

**UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

FRANCILEIDE LOPES DO NASCIMENTO

**POLOS AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO: MODOS DE
VIDA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

**ARARAQUARA - SP
2020**

FRANCILEIDE LOPES DO NASCIMENTO

**POLOS AGROFLORESTAIS DE RIO BRANCO: MODOS DE
VIDA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientanda: Francileide Lopes do Nascimento

Orientador: Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida.

**ARARAQUARA - SP
2020**

FICHA CATALOGRÁFICA

N195p Nascimento, Francileide Lopes do
Polos agroflorestais de Rio Branco: modos de vida e segurança alimentar/
Francileide Lopes do Nascimento. – Araraquara: Universidade de
Araraquara, 2020.
168f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – Universidade de
Araraquara - UNIARA

Orientador: PROF. Dr. Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida

1. Avaliação de políticas públicas. 2. Segurança alimentar. 3. Polos
Agroflorestais. 4. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar-EBIA.
I. Título.

CDU 62-1

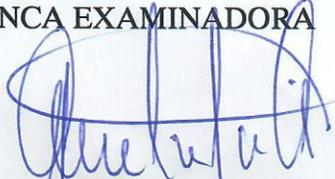
FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): *Francileide Lopes do Nascimento*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

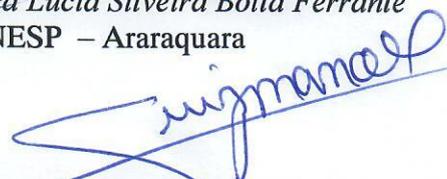
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Gustavo Fonseca de Almeida
UFSCAR – Lagoa do Sino



Profa. Dra. Vera Lucia Silveira Botta Ferrante
UNESP – Araraquara



Prof. Dr. Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida
UNIARA – Araraquara

Araraquara – SP 05 de março de 2020.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me sustentado até essa etapa e a minha mãe, Raimunda Lopes do Nascimento, por suas orações.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre por autorizar meu afastamento para qualificação, conforme a legislação em vigor.

À diretora do campus Avançado Baixada do Sol, Hévea Maciel, por ceder a caminhonete do campus para realização da pesquisa no polo Geraldo Fleming, ajuda imprescindível para pesquisa.

Aos bolsistas do ASPF que participaram da pesquisa de campo: Helen C. da Silva Menezes; Gustavo Sóstenes; Amanda de Moura Almeida e Itálo Henrique Bezerra da Silva.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Raimundo Claudio Gomes Maciel, por autorizar a participação dos bolsistas do ASPF.

Aos gestores públicos que concederam entrevistas: Francisco James (Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico); Caiton e Paulo Lima (Secretária de Estado de Agropecuária).

Aos produtores familiares dos polos agroflorestais que deixaram seus afazeres e dedicaram seu tempo e atenção durante a pesquisa de campo. Gratidão a todos.

E por fim, meu agradecimento especial é dedicado ao Prof. Dr. Luiz Manoel Moraes Camargo de Almeida. Este trabalho é fruto da sua dedicação e principalmente paciência. O senhor é o melhor orientador que eu poderia escolher. Obrigada por tudo.

RESUMO

Um dos grandes desafios enfrentados pelos governos dos diversos países é garantir que a população tenha acesso a alimentos saudáveis. Por isso, os gestores públicos têm direcionado seus esforços para garantir a segurança alimentar através da formulação de políticas públicas e programas específicos para esta área. A avaliação de políticas públicas para a segurança alimentar fornece informações para melhorar a utilização e controle dos recursos aplicados nesses programas. O objetivo geral deste trabalho foi avaliar a efetividade dos polos agroflorestais em assegurar a segurança alimentar dos agricultores familiares assentados, tratada de maneira ampla. O universo empírico deste estudo corresponde a três polos agroflorestais do município de Rio Branco-Acre, que foram selecionados em virtude de possuírem características distintas. A hipótese desta pesquisa foi que a renda agrícola seria a principal variável contributiva para a condição de segurança alimentar satisfatória dos agricultores. Foram entrevistadas 89 (oitenta e nove) famílias assentadas. O instrumento de pesquisa adotado foi um formulário semiestruturado composto por nove módulos incluindo as questões da metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Além disso, foram realizadas entrevistas abertas com gestores da administração pública municipal e estadual. Os dados obtidos foram analisados de forma quantitativa, sendo apresentados através de tabelas e gráficos e a análise qualitativa fundamentou-se nos registros dos diálogos com os produtores e das entrevistas com gestores públicos. Resultados da pesquisa de campo revelaram que o polo Custódio Freire apresentou melhores condições de segurança alimentar, seguido pelo polo Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro. No aspecto qualitativo, apesar de alguns problemas verificados, relacionados a infraestrutura e produtividade, os agricultores demonstraram satisfação com a vida nos polos agroflorestais. Foi constatado que diversos fatores limitam a produção para o autoconsumo nos polos, como por exemplo, pouca mão de obra disponível, tamanho dos lotes e problemas de fertilidade do solo. Desta forma, a renda agrícola torna-se a variável mais importante para melhoria das condições de segurança alimentar das famílias pela possibilidade de aquisição de alimentos no mercado.

Palavras chave: Avaliação de Políticas Públicas; Segurança Alimentar; Polos Agroflorestais; Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA.

ABSTRACT

One of the major challenges facing governments in different countries is ensuring that the population has access to healthy food. For this reason, public managers have directed their efforts to guarantee food security through the formulation of public policies and specific programs for this area. The evaluation of public policies for food security provides information to improve the use and control of the resources applied in these programs. The general objective of this work was to evaluate the effectiveness of agroforestry centers in ensuring food security for settled family farmers, treated in a broad manner. The empirical universe of this study corresponds to three agroforestry centers in the municipality of Rio Branco-Acre, which were selected due to their distinct characteristics. The hypothesis of this research was that agricultural income would be the main contributory variable for the satisfactory food security condition of farmers. 89 (eighty-nine) settled families were interviewed. The research instrument adopted was a semi-structured form composed of nine modules including the questions of the methodology of the Brazilian Food Insecurity Scale - EBIA. In addition, open interviews were conducted with managers of the municipal and state public administration. The data obtained were analyzed quantitatively, being presented through tables and graphs and the qualitative analysis was based on the records of dialogues with producers and interviews with public managers. Results of the field research revealed that the Custódio Freire pole had better food security conditions, followed by Geraldo Fleming and Wilson Pinheiro. In the qualitative aspect, despite some verified problems, related to infrastructure and productivity, farmers demonstrated satisfaction with life in agroforestry centers. It was found that several factors limit production for self-consumption at the hubs, such as, for example, little available labor, lot size and soil fertility problems. Thus, agricultural income becomes the most important variable for improving food security conditions for families due to the possibility of purchasing food on the market.

Keywords: Public Policy Evaluation; Food Security; Agroforestry Poles; Brazilian Food Insecurity Scale - EBIA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização dos Polos Custódio Freire, Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro.	25
Figura 02 – Contribuição relativa da agricultura familiar na produção agrícola no Brasil.	51
Figura 03 – Sexo dos entrevistados, em percentual.	71
Figura 04 – Atividades desenvolvidas no meio rural antes da mudança para os polos agroflorestais, em percentual.	71
Figura 05 – Entrevistados que já trabalharam fora do meio rural, em percentual.	72
Figura 06 – Faixa etária dos moradores dos polos agroflorestais de Rio Branco, em percentual.	73
Figura 07 – Nível de escolaridade dos moradores dos polos agroflorestais em percentual.	74
Figura 08 – Condição de atividade e ocupação, em percentual.	75
Figura 09 – Qual nível de ensino está frequentando?	76
Figura 10 – Período de tempo dedicado ao trabalho na lavoura/criação.	77
Figura 11 – Material predominante nas paredes externas dos domicílios dos polos agroflorestais de Rio Branco, em percentual.	78
Figura 12 – Quantidade de vezes ao ano que recebe visita de agente de saúde, em percentual.	80
Figura 13 – Membros da família com deficiência física ou mental, em percentual.	81
Figura 14 – Dificuldades na agricultura e/ou criação de animais, em percentual.	84
Figura 15 – Melhoria do desempenho econômico após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.	85
Figura 16 – Aumento da variedade da produção após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.	86
Figura 17 – A participação no PAA ou PNAE melhorou o planejamento da produção?	87
Figura 18 – A participação no PAA ou PNAE melhorou a busca de novas tecnologias?	88
Figura 19 – Nos últimos três anos contratou financiamento?	89
Figura 20 – O recurso é/foi suficiente para a realização do pretendido?	89
Figura 21 – Percentual de produtores que receberam assistência técnica no último ano.	90
Figura 22 – Grau de satisfação em relação à assistência técnica.	91
Figura 23 – Consumo de produtos oriundos da propriedade.	92
Figura 24 – Diversificação da produção, em percentual.	94
Figura 25 – Origem da renda não agrícola nos polos agroflorestais, em percentual.	97
Figura 26 – Renda familiar permite chegar até o final do mês em que condições, em percentual.	98
Figura 27 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual.	99
Figura 28 – Relação entre a escolaridade dos chefes das famílias e o nível de (in) segurança alimentar.	104
Figura 29 – Relação entre a participação nos programas governamentais PAA e PNAE e o nível de (in) segurança alimentar.	105
Figura 30 – Relação entre o acesso a financiamentos agrícolas e o nível de (in) segurança alimentar.	105
Figura 31 – Relação entre benefícios sociais e o nível de (in) segurança alimentar.	107
Figura 32 – Relação entre a quantidade de membros das famílias e os níveis de (in) segurança alimentar.	108
Figura 33 – Relação entre o período de tempo que os chefes das famílias dedicam ao trabalho na lavoura e os níveis de (in) segurança alimentar.	109
Figura 34 – Relação entre o consumo de alimentos oriundos da propriedade e a EBIA.	110
Figura 35 – Relação entre a diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar.	111
Figura 36 – Relação entre o nível de satisfação com a assistência técnica recebida e a EBIA.	112
Figura 37 – Ramal Beija-Flor, registro em fevereiro e julho de 2019.	116

Figura 38 – Polpas de frutas produzidas pela COPERMIX.	117
Figura 39 – Despoldadeira de frutas.	118
Figura 40 – Quadra de futebol de areia, Polo Geraldo Fleming.....	119
Figura 41 – Igreja Católica, Polo Geraldo Fleming.	119
Figura 42 – Comemoração do dia da criança, polo Geraldo Fleming.....	120
Figura 43 – Ponte sobre igarapé São João (imagem esquerda). Ramal (imagem direita).	121
Figura 44 – Escola estadual rural Wilson Pinheiro.	121
Figura 45 – Açude de uma propriedade localizada no polo Custódio Freire.	122
Figura 46 – Doença na produção de cebolinha, polo Custódio Freire.	123
Figura 47 – Ramal Castanheira, Polo Custódio Freire.	123
Figura 48 – Igreja Assembleia de Deus, polo Custódio Freire.....	124
Figura 49 – Comercialização na CEASA e feira de bairro	125
Figura 50 – Caminhões para transporte da produção.	126
Figura 51 – Recuperação de solo por meio de gradagem.....	127
Figura 52 – Área de Cultivo, polo Wilson Pinheiro.	129
Figura 53 – Área de cultivo, polo Geraldo Fleming.....	129
Figura 54 – Almoço de uma família de produtores do polo Geraldo Fleming.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Quantidade de famílias entrevistadas por polo.	20
Quadro 2 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.	23
Quadro 3 - Problemas crônicos de saúde que acometem os membros das famílias dos polos Geraldo Fleming, Wilson Pinheiro e Custódio Freire.	79
Quadro 4 - Produtos comercializados pelos agricultores dos polos agroflorestais.	93
Quadro 5 - Variáveis socioeconômicas dos agricultores familiares dos polos agroflorestais.	100
Quadro 6 - Relação entre a renda agrícola média mensal e o nível de (in) segurança alimentar.	106
Quadro 7 - Relação entre o gasto médio mensal com alimentação e o nível de (in) segurança alimentar.	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Áreas naturais protegidas	60
Tabela 02 – Renda Pobreza e Desigualdade Município de Rio Branco – Acre.	68
Tabela 03 – Utilização das terras.	69
Tabela 04 – Projetos de Assentamentos no município de Rio Branco, tamanho de área, Capacidade de Assentamento e Famílias Assentadas.....	70
Tabela 05 – Destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade, em valores absolutos.....	79
Tabela 06 – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares dos polos agroflorestais, em percentual.....	83
Tabela 07 – Rendas auferidas pelas famílias assentadas nos polos agroflorestais.....	96

LISTA DE SIGLAS

ASPF	Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre
CEASA	Central Estadual de Abastecimento
COPERMIX	Cooperativa de Produtores Familiares do Polo Geraldo Fleming
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
EBIA	Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
NARI	Núcleos de Apoio Rural Integrado
NUPEDOR	Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PADs	Projetos de Assentamento Dirigidos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAFRA	Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico
SENAR	SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESI	Serviço Social da Indústria
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UTRE	Unidade de Tratamento de resíduos Sólidos de Rio Branco
ZEAS	Zoneamento Econômico, Ambiental, Social e Cultural de Rio Branco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
Apresentação do Tema e do Problema de Pesquisa	14
Objetivos	18
<i>Objetivo Geral</i>	18
<i>Objetivos Específicos</i>	19
2 METODOLOGIA	19
2.1 Abordagem de Políticas Públicas	30
2.1.1 <i>Definição da Forma de Coleta dos Dados</i>	19
2.1.2 <i>Instrumentos de Pesquisa Quantitativa</i>	22
2.1.3 <i>Instrumentos de Pesquisa Qualitativa</i>	23
2.1.4 <i>Aspectos Éticos e Organização da Dissertação</i>	24
2.2 Universo Empírico	25
2.2.1 <i>Polo Wilson Pinheiro</i>	26
2.2.2 <i>Polo Custódio Freire</i>	27
2.2.3 <i>Polo Geraldo Fleming</i>	28
3 REFERENCIAL TEÓRICO	30
3.1 Abordagem de Políticas Públicas	30
2.1.1 <i>Ciclo de Políticas Públicas</i>	32
3.2 Avaliação de Políticas Públicas	33
3.3 Desenvolvimento Territorial e Capital Social	37
3.4 Segurança Alimentar	41
3.5 Agricultura Familiar	50
3.6 Agricultura Familiar na Amazônia e suas Especificidades	51
3.6.1 <i>Agropecuária no Acre e Aspectos Ambientais</i>	58
3.7 Política Pública de Assentamentos Rurais: os Polos Agroflorestais do município de Rio Branco	61
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUANTITATIVA	67
4.1 Local de estudo de Rio Branco	67
4.2 Características Socioeconômicas dos Moradores dos Polos Agroflorestais	70
4.2.1 <i>Características Sociodemográficas</i>	70
3.2.1.1 <i>Características Sociodemográficas dos Jovens</i>	74
4.2.2 <i>Informações Gerais dos Domicílios</i>	77
4.2.3 <i>Condições de Saúde</i>	79
4.2.4 <i>Canais de Comercialização e Dificuldades Relacionadas à Produção</i>	82
4.2.5 <i>Acesso às Políticas Públicas</i>	85
4.2.6 <i>Acesso à Financiamentos e Assistência Técnica</i>	89
4.2.7 <i>Autoconsumo e Diversificação da Produção</i>	92
4.2.8 <i>Rendas Auferidas pelas Famílias</i>	95
4.2.9 <i>Caracterização da Segurança Alimentar/Fome</i>	98

4.3 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA VERSUS Caracterização dos Produtores	103
4.3.1 <i>Relação entre Escolaridade e a EBIA</i>	104
4.3.2 <i>Relação entre Programas Governamentais para a Agricultura Familiar, Financiamentos e a EBIA</i>	104
4.3.3 <i>Relação entre Renda Agrícola Média Mensal, Benefícios Sociais e a EBIA</i>	106
4.3.4 <i>Relação entre a Quantidade de Membros das Famílias, Tempo Dedicado à Lavoura e a EBIA</i>	108
4.3.5 <i>Relação entre Autoconsumo, Diversificação da Produção e a EBIA</i>	110
4.3.6 <i>Relação entre o Grau de Satisfação com Assistência Técnica e a EBIA</i>	112
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUALITATIVA	113
5.1 Processo de Ocupação	113
5.2 Criação Legal dos Polos Agroflorestais	114
5.3 Condições Atuais dos Polos Agroflorestais	116
5.4 Algumas Ações da Prefeitura	124
5.5 Algumas Ações do Governo do Estado	128
5.6 Formas de Cultivo e Comercialização	128
5.7 Papel das Mulheres Assentadas: Alimentação, Produção e Famílias	135
5.8 Percepção dos Assentados sobre a Vida nos Polos e a Permanência dos Jovens .	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	146
ANEXO I – Formulário semiestruturado, agricultor familiar	157
APÊNDICE I – Roteiro de entrevista, gestor público	167
APÊNDICE II – Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de campo (fase qualitativa)	168

1 INTRODUÇÃO

Apresentação do Tema e do Problema de Pesquisa

A descoberta do processo de fabricação de borracha, tendo como matéria-prima o látex extraído da *Hevea brasiliensis*, árvore nativa da região Amazônica, fez despertar o interesse pela ocupação do estado do Acre, liderado por grupos econômicos estrangeiros e brasileiros. Conforme aponta Pontes (2015), duas fases caracterizaram a ocupação: o primeiro ciclo da borracha (1870-1913), que teve fim a partir da concorrência dos seringais de cultivo, sobretudo na Malásia; e o segundo ciclo, que abrange o período de (1939-1945), para atender aos aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, a compra da produção de borracha do Acre foi interrompida e, com isso, os donos dos seringais declararam falência.

Estes acontecimentos resultaram em mudanças na estrutura produtiva do estado. Os trabalhadores envolvidos nos sistemas de produção da borracha ficaram sem condições de permanecer na produção extrativista. Os antigos seringalistas teriam vendidos suas terras para os “paulistas”¹. Em outros casos, as terras foram alvo de grilagem. Por isso, uma parcela significativa dos seringueiros deixou de trabalhar na floresta.

A partir deste momento, o estado passou por processo de distribuição demográfica. De acordo com dados do censo demográfico do IBGE, em 1960 a população rural correspondia a 78,89%. Em 2015, apenas 28,94% da população ainda vivia nas áreas rurais do Acre (IBGE/SIDRA, 2015). Grande parte desta população fixou-se em Rio Branco, capital do estado.

Diante do êxodo rural e de seus problemas associados, algumas políticas públicas foram aprovadas como resposta aos problemas oriundos desta nova realidade, que teve como consequência a urbanização acelerada e desorganizada. Conforme Toni (2006), em meados da década de 1990, a Prefeitura Municipal de Rio Branco criou um projeto de assentamento rural denominado polos agroflorestais, que se localizavam no entorno

¹ “Paulistas” era uma expressão pejorativa utilizada para fazer referência aos empresários do centro-sul durante a década de 1970 e 1980. Todos aqueles procedentes do Mato Grosso até o Rio Grande do Sul eram considerados “paulistas” e representavam uma ameaça aos trabalhadores rurais nativos da região. (CARDIA, 2010).

da cidade para receber o grande contingente populacional que chegava das áreas rurais. O objetivo era levar de volta ao meio rural os imigrantes que viviam na periferia, muitos deles desempregados ou em ocupações precárias devido à falta de qualificação e baixa escolaridade.

A criação dos polos agroflorestais representou uma experiência de descentralização nos projetos de reforma agrária no estado. Tradicionalmente, a gestão de assentamentos rurais era centralizada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Além dos polos geridos pela prefeitura de Rio Branco, até o ano de 2006, o governo do estado do Acre criou 12 projetos de assentamento agroflorestais, sob sua administração (ACRE, 2011).

Em pesquisa desenvolvida por Souza, Pinto e Fiúza (2013), verificou-se que, para alguns agricultores, a inserção nos polos agroflorestais representou uma oportunidade de renda e importante estratégia para a sua subsistência. No entanto, o papel de intermediação comercial dos “atravessadores”, aliado ao baixo desempenho da produção agrícola, fez com que alguns produtores procurassem ocupações no mercado de trabalho urbano para incrementar a renda familiar. Os estudos dos autores concluiu que existe ineficiência econômica em relação à renda dos agricultores. Indicaram, em suas conclusões, que o desenvolvimento de estratégias que elevem a viabilidade econômica destes polos deve ser colocado como desafio para os gestores públicos.

Outro estudo elaborado por Maciel *et al.* (2018) analisou o desempenho econômico dos polos comparando os períodos de 2005/2006 e 2015/2016. A metodologia utilizada foi desenvolvida pelo projeto denominado Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre (ASPF). Constatou-se que houve uma evolução considerável nas rendas familiares em todos os polos. Além disso, foram poucas as famílias que se encontravam abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza. A participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) contribuiu de maneira decisiva para o crescimento da comercialização dos produtos. Porém, uma pequena parte das famílias, ainda em situação de pobreza, mostrava a necessidade de ações efetivas para a erradicação por completo da pobreza nestes assentamentos.

É possível afirmar que os polos agroflorestais foram idealizados como uma política pública para garantir acesso à terra, visando o desenvolvimento da agricultura

familiar e geração de renda para a população excluída e que possuía vocação para o trabalho agrícola. Tendo em vista que o projeto está inserido no âmbito de políticas públicas municipais e estaduais, torna-se necessário a sua avaliação e, desta forma, verificar se os resultados esperados durante a sua formulação foram alcançados e a efetividade da mesma para os atores beneficiários.

Esta política, além de um projeto de reforma agrária, também pode ser considerada uma política de desenvolvimento da economia local, uma vez que o aumento da produção agrícola abastece os mercados do município de Rio Branco, reduzindo a dependência da importação de alimentos de outras regiões do país.

Por sua vez, o aumento da produção de alimentos é uma das variáveis que pode contribuir para o fortalecimento da segurança alimentar. Na visão de Souza (2005), fonte atual a produção agrícola familiar é o setor que tem garantido o abastecimento de alimentos no país, sendo responsável por grande parcela da produção de alimentos que compõem tradicionalmente a dieta dos brasileiros, como por exemplo: mandioca (87%); feijão (72%); café (54%) e arroz (46%).

Nesta perspectiva, a produção agrícola desenvolvida nos polos é uma atividade que pode garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares assentados, pois é capaz de gerar renda, que é a principal condição para que um indivíduo tenha acesso à alimentação, além de potencialmente garantir a segurança alimentar através do autoconsumo, dentre outras estratégias, como a diversificação da produção, acesso aos canais de comercialização, institucionalidades e organização social. Assim, a segurança alimentar através da produção agrícola familiar pode contribuir para permanência dos agricultores no meio rural.

O desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a segurança alimentar é relevante por tratar-se de um tema transversal e atual, pois está relacionado à promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável. No âmbito da agricultura familiar, é importante investigar elementos específicos que interferem no nível de segurança alimentar dos agricultores. A análise dos polos agroflorestais com um olhar aprofundado sobre a segurança alimentar dos agricultores familiares representa um diferencial em relação a outras pesquisas realizadas nessa política pública do município em análise, justificando a originalidade deste estudo.

A abordagem teórica deste trabalho é a avaliação da efetividade de políticas públicas, com recorte temático em segurança alimentar dos agricultores e a promoção do desenvolvimento territorial. A questão de pesquisa deste trabalho é identificar quais variáveis analíticas, na ótica da segurança alimentar, contribuem para garantia da efetividade da política pública analisada e para a segurança alimentar dos agricultores familiares. Entre as variáveis que diferenciam os polos em relação às condições de segurança alimentar dos produtores, destacam-se: renda agrícola, autoconsumo, canais de comercialização, diversificação da produção, financiamento, idade, organização social e escolaridade.

A hipótese levantada nesta pesquisa é que a renda agrícola é a principal variável que contribui para condição de segurança alimentar dos agricultores. A renda agrícola gera poder de compra para aquisição de alimentos, algo fundamental para garantir a segurança alimentar das famílias, tendo em vista que diversos fatores limitam a produção para o autoconsumo nos polos agroflorestais. As dificuldades relacionadas à produção para o autoconsumo são: tamanho dos lotes, baixa fertilidade dos solos e pouca mão de obra disponível.

Além da questão principal, outras questões específicas também nortearão o desenvolvimento desta pesquisa, conforme abaixo:

- Quais são as variáveis econômicas e sociais que influenciam as condições de segurança alimentar das famílias assentadas?
- Quais as formas de organização social e sociabilidade presentes nos polos e possíveis reflexos nas condições de segurança alimentar dos agricultores?
- Qual a percepção dos moradores a respeito das condições de vida e de alimentação das famílias nos polos agroflorestais?

O trabalho se propõe a verificar a efetividade desta política em relação ao resgate da dignidade das famílias beneficiárias, que em sua maioria viviam em condições de vulnerabilidade social quando da criação dos polos agroflorestais.

O recorte territorial deste estudo corresponde a três polos agroflorestais do município de Rio Branco, que foram selecionados em virtude de possuírem características distintas em relação ao tamanho dos lotes, tempo de criação, quantidade famílias e esfera responsável pela gestão.

A pesquisa realizada pelo projeto de pesquisa vinculado ao curso de ciências econômicas da Universidade Federal do Acre “Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre” (ASPF) ilustra que os polos apresentam diferenças em relação à diversidade produtiva, ou seja, alguns se dedicam à produção de pequena quantidade de produtos, enquanto outros produzem uma maior variedade. A produção compreende ao cultivo de hortaliças, frutas, verduras e criação de animais (ASPF, 2016).

No estudo do ASPF (2016) constatou-se que o Polo Custódio Freire apresentou a maior diversidade, o que contribuiu para uma renda agrícola familiar mensal de R\$ 3.821,25, valor bastante superior à renda agrícola total dos demais polos, sendo Geraldo Fleming R\$ 1.712,67 e Wilson Pinheiro R\$ 1.587,14 (ASPF, 2016). Apenas os agricultores do Geraldo Fleming realizam beneficiamento de parte da sua produção através da agroindústria recém-inaugurada.

Além disso, os polos também se distinguem em relação à quantidade de famílias assentadas, gestão e localização, conforme se verifica abaixo:

- Polo Agroflorestal Custódio Freire: 20 famílias assentadas, gestão da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Localização: BR 364, KM 08.
- Polo Agroflorestal Geraldo Fleming: 60 famílias assentadas, gestão da Prefeitura Municipal de Rio Branco. Localização: Rodovia AC 10, KM 19.
- Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro: 40 famílias assentadas, gestão do Governo do Estado do Acre. Localização: Rodovia AC 90, KM 18.

Objetivos

Objetivo Geral

O objetivo geral desse trabalho foi avaliar a efetividade dos polos agroflorestais em garantir a segurança alimentar dos agricultores familiares, tratada de maneira ampla².

² Elementos da segurança alimentar tratados de maneira ampla abarcam variáveis ou indicadores econômicos, sociais, culturais e ambientais como: nível de segurança alimentar (EBIA), saúde, escolaridade, redes de cooperação, trabalho, renda, pluriatividade, formação de redes de formação social,

Objetivos Específicos

Especificamente, buscou-se alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar as variáveis que diferenciam os polos em relação às condições de segurança alimentar dos agricultores familiares;
- Discorrer qualitativamente sobre o modo de vida, reprodução social e econômica com interfaces com questões de segurança alimentar dos agricultores familiares;
- Analisar os relatos registrados nos diários de campo para verificar os benefícios da política pública dos polos agroflorestais para a vida dos assentados.

2 METODOLOGIA

2.1 Definição da Forma de Coleta dos Dados

Em relação à coleta dos dados, o tipo de levantamento proposto foi o censo, técnica estatística que consiste em entrevistar todos os indivíduos de determinada população. Optou-se por este tipo de levantamento, tendo em vista o tamanho relativamente pequeno da população, 120 famílias assentadas divididas da seguinte forma: Custódio Freire, 20 famílias, Wilson Pinheiro, 40 famílias e Geraldo Fleming, 60 famílias.

No entanto, verificou-se, durante a pesquisa de campo, que nem todas as famílias praticavam a agricultura. Em alguns casos, o dono da propriedade dividiu o lote entre os filhos. Essa divisão possibilitava a existência de várias famílias vivendo no mesmo lote, sendo que muitos desses filhos trabalhavam na cidade. Algumas propriedades também eram utilizadas apenas com a finalidade de moradia por aposentados e ex-agricultores, que deixaram de produzir por motivos de saúde ou motivos pessoais.

Alguns produtores se recusaram a responder ao formulário. Em determinado caso, o produtor estava há três meses no polo e ainda estava trabalhando no preparo da terra. Além disso, cerca de dez propriedades estavam fechadas: foram realizadas mais de uma visita, porém, não havia ninguém nas casas.

Com base nesta informação, foram incluídos, nesta pesquisa apenas os assentados que praticam a agricultura nos polos agroflorestais e excluídos os moradores dos polos que não se dedicavam à agricultura. Os agricultores, chefes de família, responderam a um formulário composto por nove módulos. Portanto, foram entrevistados apenas os moradores que são agricultores familiares, pois este grupo corresponde ao público-alvo da pesquisa. O Quadro 01 apresenta a distribuição da quantidade de famílias entrevistadas por polo.

Quadro 1 - Quantidade de famílias entrevistadas por polo.

POLO	QUANTIDADE DE FAMÍLIAS ENTREVISTAS
Geraldo Fleming	38
Wilson Pinheiro	34
Custódio Freire	17
Total	89

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa foi realizada no período de janeiro, fevereiro, julho e agosto de 2019 e janeiro de 2020. Além da autora, quatro estudantes do curso de economia da Universidade Federal do Acre, bolsistas do projeto ASPF participaram da pesquisa de campo. A autora realizou a apresentação dos bolsistas aos agricultores participantes e explicou a finalidade da pesquisa. Foram realizadas 89 (oitenta e nove) entrevistas no total.

Os pesquisadores realizaram a leitura do formulário que era composto por nove módulos, os quais abordavam aspectos relacionados ao saneamento e aspectos ambientais, condições de alimentação entre adultos e crianças das famílias. Características sócio demográficas e trabalho, hábitos alimentares, acesso aos atendimentos na área de saúde, participação dos agricultores em organizações sociais e a origem das rendas familiares. Entre as variáveis de análise destacou-se:

- Renda agrícola: renda monetária obtida com a comercialização de produtos agrícolas e produção animal.
- Renda não agrícola: renda que corresponde aos rendimentos obtidos em atividades não relacionadas à produção agrícola, ou ainda, a renda oriunda de programas sociais. Conforme Ney e Hoffmann (2008), no caso do Brasil, a renda não agrícola se correlaciona com a redução da pobreza no meio rural. Ao mesmo tempo, esta renda pode ser utilizada para realização de investimentos na atividade agrícola, compensando a falta de acesso a capital de giro, favorecendo a fixação da população no campo.
- Autoconsumo: a parcela da produção originária da propriedade rural e destinada ao consumo dos membros da família. Considerado como fonte de renda não-monetária, que melhora as condições de vida no meio rural (GRISA, SCHNEIDER, 2008).
- Participação em organizações sociais: as organizações sociais são instituições que surgem da união dos esforços individuais na perspectiva de encontrar, de maneira conjunta, a solução para os problemas e promover interesses específicos comuns ao grupo. As comunidades tendem a se organizar com o objetivo de resolver suas necessidades e, desta maneira, melhorar suas condições de vida. A participação social é determinante no processo de conquistas materiais, além de fortalecer processos democráticos (ARAÚJO; GODRIM; SOUZA, 2007).
- Canais de comercialização: referem-se à forma como os produtores colocam à disposição seus produtos junto ao mercado consumidor. Os principais canais de comercialização para os produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar são:
 - Mercado tradicional – as feiras são uma das mais simples e antigas formas de comercializar produtos. São os canais de mais fácil acesso para produtos agrícolas e onde os pequenos produtores não ficam em desvantagens em relação aos demais, pois demandam baixo nível tecnológico. Um outro exemplo deste mercado é a venda para os atravessadores, que podem ser pessoa física ou jurídica e normalmente se responsabilizam pela compra e pelo transporte dos produtos adquiridos. Geralmente compram produtos *in natura* e geralmente realizam transações sem a formalização em contrato. O pagamento costuma ser

feito à vista e o processo de compra é contínuo durante todo ano (FIDA, 2018).

- Mercado institucional – representa as compras realizadas pelos órgãos públicos das esferas municipal, estadual e federal. A administração pública direta e indireta pode comprar alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, sem a necessidade de processo licitatório. Com o decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015, se estabelece no âmbito da administração pública federal, o percentual, mínimo de 30% destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações a partir de 1º de janeiro de 2016. Isso quer dizer que compras para órgãos públicos têm que ser da agricultura familiar local (FIDA, 2018).

2.2 Instrumentos de Pesquisa Quantitativa

A etapa da pesquisa quantitativa teve início com a elaboração de formulário que se encontra no anexo. Os dados obtidos foram organizados e apresentados em gráficos, tabelas e quadros. Estão presentes no referido formulário a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. A proposta também incluiu, avaliar os agricultores familiares pertencentes aos polos agroflorestais através de um olhar da segurança alimentar tratada de maneira ampla.

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA é a metodologia adotada para mensurar o nível de segurança alimentar das famílias. É um método de mensuração da situação alimentar domiciliar a partir da percepção das famílias, a dificuldade de acesso familiar aos alimentos e também outras dimensões da insegurança alimentar, como medo de faltar alimentos no futuro, passando pelo comprometimento da qualidade da dieta, limitação da qualidade de alimentos consumidos, até o nível mais grave de fome já atingido (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009).

A escala EBIA é composta de 15 questões relativas à segurança alimentar familiar percebida nos últimos três meses. Era necessário que a família tivesse entre seus membros, alguém maior que 18 anos para a aplicação do questionário. As famílias que não tivessem membros com menos de 18 anos de idade respondiam a apenas oito

perguntas da EBIA. O somatório das respostas positivas configurava uma nota que refletia o nível de segurança/insegurança para cada uma das famílias (PANIGASSI, *et al.*, 2008). O quadro 02 ilustra a classificação dos níveis de (in) segurança alimentar segundo a metodologia.

Quadro 2 - Pontuação para classificação dos domicílios nas categorias de segurança alimentar.

CATEGORIA	NÚMERO DE PONTOS	
	Famílias com menores de 18 anos	Famílias sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1 a 5	1 a 3
Insegurança Alimentar Moderada	6 a 10	4 a 6
Insegurança Alimentar Grave	11 a 15	7 a 8

Fonte: Segall-Corrêa; Marin-Leon (2009).

Conforme Segall-Corrêa e Marin-Leon (2009) os níveis de segurança alimentar, a partir do EBIA, definem-se da seguinte forma:

- Segurança Alimentar (SA): quando não há restrição alimentar de qualquer natureza, nem mesmo a preocupação com a falta de alimentos no futuro;
- Insegurança Alimentar Leve (IAL): quando a qualidade da alimentação é afetada, juntamente com a preocupação de que possa faltar alimento num futuro próximo;
- Insegurança Alimentar Moderada (IAM): quando começa a haver restrição quantitativa na alimentação dos adultos da família;
- Insegurança Alimentar Grave (IAG): deficiência quantitativa e com alta possibilidade de fome entre adultos e crianças da família.

De posse dos dados obtidos no estudo empírico, teve início a análise quantitativa. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa quantitativa busca medir unidades e traduzir em números, opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. O centro do processo de análise é o uso de recursos e de técnicas estatísticas.

Para a análise estatística, os dados foram organizados e lançados no Microsoft Office Excel. Foram selecionadas variáveis simples para realização de cruzamentos.

Após o processamento e análise, os dados foram apresentados na forma de tabelas e figuras.

2.3 Instrumentos de Pesquisa Qualitativa

Na fase qualitativa da pesquisa, foi realizada uma entrevista com um gestor público da Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico – SAFRA de Rio Branco. Foi utilizado um roteiro semiestruturado de entrevista para analisar os vínculos institucionais entre os diferentes atores. A escolha do gestor público para entrevista foi baseada no critério de administração direta dos polos agroflorestais, que é de responsabilidade da SAFRA.

As informações acerca dos programas de compras governamentais destinados à agricultura familiar foram obtidas através de entrevistas com dois gestores públicos da Secretária de Estado de Agropecuária que é o órgão responsável pela gestão dos programas, além da Companhia Nacional de Abastecimento.

A pesquisa documental através de dados obtidos junto à administração pública municipal e estadual possibilitou o resgate histórico da construção da política pública em análise e complementou a análise qualitativa.

Outra técnica adotada foi o caderno de campo: conforme Lopes (2002), o diário ou caderno de campo é um recurso muito utilizado pela etnografia para registrar as observações e reflexões durante os diálogos com os sujeitos da pesquisa. O diário de campo foi utilizado para registrar os relatos dos produtores. Através da análise dos cadernos de campo foi possível obter informações sobre seus modos de vida e hábitos alimentares.

A análise qualitativa foi organizada nos seguintes tópicos: processo de ocupação, criação legal dos polos agroflorestais, condições atuais dos polos agroflorestais, algumas ações da prefeitura e do governo estadual, formas de cultivo e comercialização, papel das mulheres na alimentação, produção e família, percepção dos assentados sobre a vida nos polos e permanência dos jovens.

Aspectos Éticos e Organização da Dissertação

O projeto seguiu o protocolo de ética em pesquisa com seres humanos e foi aprovado pelo parecer nº. 3.625.117 do Comitê de Ética da Universidade de Araraquara.

Neste contexto, o trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro corresponde a esta introdução. O segundo capítulo apresenta o referencial teórico abordando os seguintes tópicos: abordagem de políticas públicas; avaliação de políticas públicas; desenvolvimento territorial e capital social; segurança alimentar; agricultura familiar na Amazônia e suas especificidades e políticas públicas de assentamentos rurais; os polos agroflorestais de Rio Branco. O terceiro capítulo apresenta os resultados e as discussões da análise quantitativa e o quarto capítulo os resultados e discussões associadas às análises qualitativas.

2.4 Universo Empírico

O objeto de pesquisa deste estudo correspondeu ao polo agroflorestal Wilson Pinheiro, administrado pelo governo do estado do Acre, e os polos Geraldo Fleming e Custódio Freire, sendo que ambos são geridos pela prefeitura municipal de Rio Branco. Além de diferenças relacionadas à esfera de administração responsável pela gestão, é possível elencar outras características de distinção: tamanho dos lotes, localização, tipos de cultivos, infraestrutura e o tempo de criação. A figura 01 ilustra a localização dos polos no município de Rio Branco.

Figura 01 – Localização dos Polos Custódio Freire, Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro.



Fonte: Google Earth (acesso em 27 set. 2019).

A gestão dos polos administrados pela prefeitura de Rio Branco está fundamentada na Lei Municipal n.º 1.484 de 02 de dezembro de 2002, que define as obrigações dos assentados e estabelece outras questões, como a concessão de direito real de uso, válido por um período de 10 (dez) anos. Após este período, compete à prefeitura de Rio Branco expedir título definitivo não oneroso aos produtores rurais. A lei também apresenta uma relação de atividades econômicas que poderão ser desenvolvidas nos polos: hortifrutigranjeiro, culturas permanentes, culturas temporárias; pecuária; florestas e outras que vierem a ser implementadas pelo município.

2.4.1 Polo Wilson Pinheiro

O polo Wilson Pinheiro foi o primeiro criado na gestão do governador Jorge Viana. A escolha do nome representa uma homenagem ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Wilson Pinheiro, que lutou pela preservação da floresta, e foi assassinado em 1980 (AGÊNCIA DO ACRE, 2017).

A Lei Estadual n.º 1.693, de 21 de dezembro de 2005, criou o Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro, com área de 300,4687 ha (trezentos hectares, quarenta e seis ares e oitenta e sete centiares). Através desta lei, o poder executivo concedeu o direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos polos agroflorestais para implementação da política de desenvolvimento sustentável do estado do Acre.

O polo está localizado próximo ao mercado consumidor na cidade de Rio Branco, o que facilita a comercialização da produção. Situa-se perto da CEASA (Central Abastecimento de Rio Branco-AC), mas é no Mercado Municipal Elias Mansour onde a maioria dos pequenos produtores realiza a comercialização direta dos seus produtos. Para ter acesso ao transporte público, os agricultores precisam andar 7 km na estrada principal do polo. Situa-se após a Escola da Floresta “Roberval Cardoso”, escola técnica que trabalha com formação em agrofloresta, silvicultura e agroecologia. A escola é frequentada por filhos de agricultores (PINHEIRO, 2013).

Pinheiro (2013) descreve outras características importantes do polo Wilson Pinheiro. Os lotes possuem entre 5 e 8 ha, dividindo-se a área em floresta, produção agrícola (roçado e diferentes sistemas agroflorestais) e área para produção animal. Embora essas áreas sejam consideradas pequenas para a região, elas possuem grande

diversidade. No polo havia 40 famílias assentadas, sendo que 74% eram oriundas de outros municípios do Acre (neste grupo estão 3 famílias de outros estados) e 26% são de Rio Branco.

Conforme o Zoneamento Econômico, ambiental, social e cultural de Rio Branco - ZEAS (2008), o Pólo Wilson Pinheiro tem uma composição familiar bastante vulnerável pelo fato da população adulta representar menos da metade da população total e ser um dos Pólos com maior proporção de crianças. Para contornar a redução da disponibilidade de força de trabalho, o estudo indicou a necessidade da gestão pública incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas pouco intensivas em mão-de-obra.

Estudo desenvolvido por Almeida (2012) pretendia verificar a aceitação do cultivo de transgênicos por parte de agricultores de diferentes regiões do país. O posicionamento majoritário dos produtores do polo agroflorestal Wilson Pinheiro foi de rejeição a essa tecnologia, muito embora ficou constatado que eles não têm conhecimento amplo do tema. Os motivos desta posição foram diversos: defesa do cultivo natural, pois melhoram a saúde; relação de experiências com o melhoramento de culturas como a banana e milho. No caso da banana, o problema era de que o gosto não era bom; no do milho, o tamanho e a aparência não agradaram. O envolvimento com a produção orgânica é outro motivo que tende a afastar os produtores dos cultivos transgênicos.

No tocante à visão política dos produtores, estes declararam apoiar a participação dos pequenos agricultores em decisões políticas que dizem respeito à agricultura. Embora defendam este ponto de vista, eles afirmaram que não participavam efetivamente das discussões políticas por falta de oportunidade: afirmaram que gostariam de ter acesso aos políticos (ALMEIDA, 2012).

2.4.2 Polo Custódio Freire

Criado em 1993, o polo agroflorestal Custódio Freire localiza-se no KM 08 da BR 364 sentido Rio Branco – Sena Madureira. No início da ocupação, as 23 famílias assentadas trabalhavam em lotes de 50 x 100 metros. Devido às limitações dos lotes, no ano de 2002 a Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento

Econômico - SAFRA desapropriou duas áreas rurais através dos decretos nº 638 e nº 641 de 12 de março de 2002, que foram incorporadas ao polo (ANDRADE, 2008). Atualmente, cada lote possui uma área de 2,5 ha.

Na visão de Maluf (1999) o polo Custódio Freire pode ser denominado como “polo de hortaliças” devido à sua especialização neste tipo de cultivo, diferenciando da proposta agroflorestal. Assim como os demais polos do município que adotaram essa linha de produção, este polo apresenta um bom desempenho econômico ao longo do tempo, mesmo após a redução de incentivos da prefeitura. O preço das hortaliças e o giro mais rápido dos recursos propiciado por esta atividade, são alguns dos motivos que influenciam o fortalecimento destes assentamentos.

Silva e Silva (2012) argumentam que devido a proximidade com a cidade este polo pode ser classificado como espaço transacional, que são espaços rurais que incorporaram características do espaço urbano, como por exemplo, o desenvolvimento de pluriatividade. Apesar do predomínio do uso da solo para o cultivo agrícola, os assentados procuram outras fontes de renda, como o aluguel de áreas para lazer.

O tipo de solo predominante no polo é o plintossolo que é caracterizado pela pouca profundidade. O relevo é plano e tem argila de atividade alta, o que dificulta o manejo de culturas anuais. (ANDRADE, 2008).

No diagnóstico socioeconômico do cinturão verde de Rio Branco, realizado pelo projeto ASPF, o polo Custódio Freire apresentou a maior renda bruta entre todos os polos agroflorestais do município de Rio Branco. Uma possível explicação para este desempenho é a manutenção da diversificação produtiva com a produção de hortaliças, entre elas alface, couve, cheiro verde e pimenta de cheiro, o cultivo de frutas, como banana, laranja e limão e a criação de aves (ASPF, 2016).

Por outro lado, no estudo desenvolvido por Andrade (2008) notou-se uma descaracterização em relação a um sistema agroflorestal no referido polo. Em 1986, a área de floresta representava 67,5% da área total; já em 2007, correspondia apenas a 16,7%. O estudo indicou certo grau de degradação, tanto do solo quanto dos açudes e poços que foram construídos sem assistência técnica.

2.4.3 Polo Geraldo Fleming

Em 26 de fevereiro de 1997, por meio do Decreto n° 6075-A, a Prefeitura Municipal de Rio Branco procedeu a desapropriação para fins sociais de uma área de terras de 300 hectares localizada na estrada de Porto Acre, destinada à implantação do Núcleo de Produção Agropecuária Geraldo Fleming. Os recursos para aquisição da área foram advindos de convênios, emendas parlamentares e recursos próprios do Município. Após a conclusão dos trâmites legais, iniciou-se em 1999 o processo de seleção das famílias assentadas. Ao todo, foram assentadas 60 famílias, em lotes com tamanhos que variavam de 4,5 a 7,0 hectares, onde são cultivados Sistemas Agroflorestais, piscicultura, criação de pequenos animais e olericultura (SAFRA, 2018).

Para Souza (2008), a localização do polo na rodovia AC 10, entre os municípios de Rio Branco e Porto Acre, dá aos assentados a oportunidade de atender os dois mercados. A organização social do polo acontece principalmente através da Associação de Produtores Rurais do Núcleo de Produção, com quarenta e nove associados. Sobre a questão da infraestrutura, as residências dispõem de energia elétrica, porém, inexistente iluminação pública. Internamente, o polo possui quatro ramais que não estão pavimentados, o que prejudica o transporte da produção durante o período chuvoso.

Sobre os aspectos naturais predominam dois tipos de solos: argissolos amarelos, caracterizados pelo teor de argila e os pintossolos argilúvixos, solos rasos e que possuem baixa fertilidade natural. Na área existem duas subacias, a do igarapé Consulta e Mucambo, além de três faixas de terras destinadas a reservas florestais. Devido às mudanças na cobertura florestal, o polo como um todo dispõe de 16% de reserva legal, configurando, portanto, uma situação de passivo ambiental, porquanto a legislação estabelece que a pequena propriedade rural deve ter uma reserva legal de 80% e em alguns lotes do assentamento, a área de reserva não atinge 1% (LANI, 2006).

Em relação à seleção das famílias, Souza, Pinto e Fiúza (2013) constataram que grande parte dos assentados possuía o perfil exigido pelo programa, como por exemplo, ser oriundo de periferias e ter experiência com atividades rurais. Porém, verificaram que alguns moradores adquiriram lotes de antigos assentados. Ademais, essas pessoas não atendiam aos critérios do programa e não desenvolviam produção agrícola, mostrando que existe especulação imobiliária no polo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Abordagem de Políticas Públicas

Segundo Dias e Matos (2012), modernamente, o termo política, é originário do inglês, *policy*, que significa “ação do governo”. A política fundamenta-se no direito e, através da realocação de recursos, os governos buscam atender as necessidades da sociedade. Para os autores, a política está inserida em todos os aspectos da vida humana: os grandes problemas colocados na agenda mundial são problemas que passam pela intervenção política.

Além disso, a política também pode ser considerada como um conjunto de relações estabelecidas para alcançar determinado objetivo e, neste sentido, está em toda parte. Partindo do princípio de que existe uma área de domínio da atividade humana que não é privada ou individual, mas comum a todos os indivíduos, os autores apresentam a seguinte definição para políticas públicas:

São as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana (DIAS; MATOS, 2012, p.12).

Verifica-se que a elaboração de políticas públicas não é uma tarefa de responsabilidade exclusiva do governo, permitindo a participação de determinados grupos de interesse. Os atores sociais podem atuar individualmente; no entanto, é mais comum a participação através de organizações coletivas como, por exemplo, empresas, organizações religiosas, associações, etc. As contribuições de atores públicos e sociais são utilizadas no processo de definição de uma agenda pública que compreende a definição de problemas relevantes, os quais merecem atenção. No processo de construção da agenda pública, os atores sociais apresentam suas demandas que deverão ser incluídas no plano de ação sob responsabilidade dos governos (WU *et al.*, 2014).

Souza (2007) argumenta que apesar de ser notória a participação de grupos de interesse e de movimentos sociais, com maior ou menor influência na elaboração de políticas públicas, não é possível comprovar empiricamente a redução do papel do governo em formular e gerenciar políticas públicas.

Por sua complexidade, diversos autores dedicaram-se e elaboraram classificações do conceito de políticas públicas. A proposta de tipologia estabelecida por Lowi (1964;

1972) é uma das mais consagradas na literatura. Entre as políticas públicas que mais geram controvérsia destacam-se as políticas redistributivas, porque impõem perdas concretas e em curto prazo para certos grupos sociais e para proporcionar ganhos para outros. Exemplos de políticas redistributivas são as políticas sociais universais, o sistema tributário e o sistema previdenciário (SOUZA, 2007).

Pode-se afirmar que as políticas redistributivas são as que mais interferem na estrutura da sociedade. Leite (1991) define políticas sociais como um direito dos cidadãos de usufruírem da riqueza dos bens econômicos que a sociedade produz. A autora propõe a associação entre políticas públicas e cidadania, tendo em vista que a noção de cidadania pressupõe condições mínimas de igualdade entre os indivíduos.

A justiça social é introduzida na esfera de atuação do Estado por intermédio de políticas públicas garantidoras ou redistributivas. Essa intervenção compõe o estado de bem estar social. O estado de bem estar social tem suas raízes na Europa durante o século XIX. Com o avanço da industrialização surgiram os primeiros sindicatos que reivindicavam melhores condições de vida para os trabalhadores, o que incluía assistência na área de saúde e previdência social (DELGADO; PORTO, 2018).

Nota-se que as políticas públicas consagradas no estado de bem estar social se opõem às políticas econômicas liberais. Na visão de Machado (2003), o Estado deve atuar como empresário e como regulador da economia, além de atuar na área fiscal, garantindo recursos que financiarão as políticas sociais.

Lobato (2016) destaca que, historicamente, no Brasil, as políticas sociais foram caracterizadas pela fragmentação, pois eram implementadas como forma de legitimar os diferentes regimes políticos. Desta forma, este tipo de política estava vinculada aos projetos de desenvolvimento econômico, sem estabelecer diretrizes para diminuição das desigualdades sociais.

Durante os anos de 1980, a crise da dívida externa e a estagnação econômica aprofundaram as desigualdades sociais no Brasil. Por sua vez, as reformas de cunho liberal dos anos de 1990 resultaram na elevação do desemprego, precarização do trabalho e redução dos salários reais. Esta conjuntura econômica provocou um crescimento da demanda por ações e serviços sociais. Por outro lado, constatou-se uma situação de desequilíbrios fiscais nas contas públicas num momento em que intervenção

dos governos nas questões sociais é bastante reivindicada (COSTA; CASTANHAR, 2003).

Assim, após a redemocratização do país, as políticas avançaram incorporando questões que vão além da seguridade social ou saúde. Um exemplo foi a formulação de programas de combate à fome e de segurança alimentar.

É inquestionável a importância da intervenção governamental para reduzir as desigualdades sociais. Além de ser um problema moral, a ampliação da pobreza representa um obstáculo para o desenvolvimento sustentável. Porém, diante da crise econômica, é fundamental exigir maior eficiência e maior impacto nos investimentos governamentais em programas sociais. A avaliação de políticas públicas fornece informações para melhorar a utilização e o controle dos recursos nelas aplicadas e contribuem para verificação da efetividade desses programas (COSTA; CASTANHAR, 2003).

3.1.1 Ciclo De Políticas Públicas

O processo de formulação de Políticas Públicas, também chamado de Ciclo das Políticas Públicas, apresenta diversas fases.

A formação da agenda caracteriza-se pela seleção de prioridades onde são definidos os principais problemas da sociedade. Nesta etapa, diversos atores ou grupos de interesse tentam influenciar a gestão colocando suas demandas na lista de prioridades dos governos. Para isso, utilizam diversas estratégias como, por exemplo, buscar espaço na mídia para receber apoio da opinião pública e assim conquistar atenção para sua proposta de intervenção (SECCHI, 2012).

O processo de tomada de decisão envolvendo a escolha de ações é o momento em que os interesses dos atores são equacionados e as intenções, objetivos e métodos de enfrentamento do problema são explicitados (SECCHI, 2013). É o momento onde se define, por exemplo, os recursos e o cronograma de ação da política. As escolhas feitas nesse momento são expressas em leis, decretos, normas, resoluções, dentre outros atos da administração pública.

A implementação é a etapa em que o planejamento e as escolhas são transformados em atos. “São direcionados recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos em vários âmbitos para executar a política.” (ARAÚJO; GAZZOLA, 2017,

p. 29). O corpo administrativo, exemplo secretária de agricultura, é o responsável pela execução da política, sendo delegadas responsabilidades para autores para execução de atividades, repetindo o cronograma no qual deve constar o grau de urgência das ações (ARAÚJO; GAZZOLA, 2017).

A avaliação é a última etapa do ciclo de políticas públicas. Durante esta etapa são observados aspectos estabelecidos nas fases referentes ao planejamento. Cohen e Franco (1993) sugerem que, para realizar a avaliação, é mais conveniente expor o processo sequencial de tomada de decisão a partir da perspectiva inversa, isto é, começando pela unidade mínima de execução, que são os projetos.

Projetos: Um projeto é um instrumento direcionado para as mais variadas atividades interventivas, envolvendo várias ações com prazos, das quais resultam um produto final que pode ampliar ou aprimorar a ação do Governo no alcance dos objetivos do Programa (CUNHA, 2006).

“Programa: é um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos. Estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados.” (COHEN e FRANCO, 1993, p. 85-86).

Plano: O Plano é o conjunto de programas que busca objetivos comuns, ou seja, são ações técnicas organizadas em uma sequência temporal com prioridades de atendimento da política em questão (CUNHA, 2006).

A avaliação promove transparência e bom uso dos recursos públicos. É uma etapa de vital importância, principalmente em relação às políticas públicas de abordagem social, pois através dela é possível verificar se a estrutura do processo de planejamento está gerando resultados e contribuindo para melhorar a situação do público-alvo, que são os indivíduos que estão envolvidos em determinada situação-problema, atendidos pela política pública em questão.

3.2 Avaliação de Políticas Públicas

Tendo em vista que as políticas públicas mobilizam recursos retirados de toda a sociedade via tributação e que tem por objetivo melhorar as condições de vida de

determinado grupo social, torna-se imprescindível o acompanhamento das ações para verificar se os resultados previstos durante sua elaboração estão sendo alcançados.

Para Almeida (2008), a avaliação tem sido instrumento de gestão que fornece subsídios para as tomadas de decisão. Além disso, pode contribuir para o aperfeiçoamento ou redirecionamento dos programas inseridos dentro de determinada política, também pode ser considerada uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

Na visão de Secchi (2016), o termo de análise consiste em estudar parte de um fenômeno para entendê-lo em sua totalidade. No que se refere à análise de políticas públicas, o foco do trabalho é o problema público, que é uma situação não desejada pela sociedade e que pode ser revertida pela ação pública, e a solução, que são as ações desenvolvidas como resposta ao problema. Neste sentido, a avaliação de políticas públicas pretende gerar informações que darão suporte às decisões acerca da política pública.

Esta análise é composta por duas fases: o monitoramento que compreende a análise contínua dos processos, produtos, resultados e impactos; e a avaliação, etapa na qual se busca mensurar e realizar julgamentos acerca da política, visando melhorar os seus processos (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; IPEA, 2018).

A avaliação pode ser classificada com base no momento de sua realização. Assim, temos avaliação denominada *ex ante*, que ocorre no início da implantação dos programas para verificar se as ações estão direcionadas para um problema bem delimitado e pertinente. Tem por objetivo identificar se a política pública está bem desenhada de modo que o objetivo estabelecido possa ser alcançado. Com isso, busca-se que as decisões recaiam sobre a alternativa mais efetiva, eficaz e eficiente (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; IPEA, 2018).

Por sua vez, a avaliação *ex post* é realizada após a implantação da política, quando há tempo e dados suficientes para analisar seus resultados. Esta avaliação tem por base a confrontação de dados coletados e os objetivos da política estabelecidos na sua implantação. O objetivo é avaliar o seu desempenho em relação aos aspectos da eficiência, eficácia e impactos a partir da interpretação dos resultados alcançados (FLORES, 2017).

A avaliação de políticas públicas envolve a criação de medidas para a aferição do resultado obtido, sendo que este processo compreende a definição de critérios e indicadores. De acordo com Secchi (2013), os critérios têm por base conceitos valorativos da realidade e dão subsídios para julgar se uma política pública funcionou bem ou mal.

Entre os critérios de avaliação, destacam-se:

- Eficiência, que “(...) é a relação entre custo e benefícios, onde se busca a minimização do custo total para uma quantidade de produto, ou a maximização do produto para um gasto total previamente fixado.” (CUNHA, 2006, p. 8);
- Eficácia, que é o nível de alcance dos objetivos e metas do projeto na população beneficiária, em determinado período de tempo, independente dos custos envolvidos (COTTA, 1998);
- Efetividade, considerando que
 (...) a conexão se dá entre as ações que foram executadas e o efeito provocado. Ou seja, se relaciona com a capacidade de um programa produzir um efeito positivo em uma determinada situação como consequência de sua execução (PEREZ *apud* TRALDI, 2011, p. 125).
- Equidade, que se refere à homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições) entre o público-alvo de uma política pública (SECCHI, 2013).

O monitoramento e avaliação utilizam dados que são transformadores em indicadores para comparar o resultado obtido e o previsto. Esses dados são informações relevantes para acompanhamento e aferição do nível de alcance dos objetivos de uma política, sendo que eles se referem à quantidade, à qualidade, ao cronograma e aos custos observados comparativamente (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; IPEA, 2018).

De acordo com Maia (2008), as avaliações *ex ante* situam-se no campo das Análises de Custo-Benefício (ACB) enquanto as avaliações *ex post* utilizam Análises de Custo-Efetividade (ACE). São realizadas avaliações subjetivas no momento da definição dos objetivos e metas, *ex ante*, bem como avaliações objetivas, *ex post*, a partir da mensuração dos graus de alcance das metas, calculados por indicadores.

Segundo Secchi (2016), a Análise Custo-Benefício é um método para verificar se os benefícios da política pública são maiores que os custos da sua implantação. É um

instrumento para tomada de decisão a partir dos resultados, podendo sugerir-se a ampliação ou o fim do projeto em análise.

Conforme comenta Cotta (1998) e Maia (2008), para a avaliação de políticas sociais, geralmente é utilizado o método de análise custo-efetividade que foca no impacto das ações de políticas públicas voltadas para necessidades humanas universalmente aceitas. Por se referir às necessidades universais, Ramos e Schabbach (2012) afirmam que a análise custo-efetividade não tem como foco os custos monetários: os recursos devem ser aplicados de forma a alcançar o maior número possível de beneficiários, qualquer que seja o valor monetário.

Por fim, a análise com base na efetividade considera aspectos subjetivos: por exemplo, os objetivos podem ser mensurados em termos de satisfação, a confiança dos beneficiários, a qualidade dos serviços ou a mitigação de riscos potenciais (CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; IPEA, 2018).

Conhen e Franco (2004) e Figueiredo e Figueiredo (1986) apresentam a avaliação de impacto e de efetividade como sinônimas e procuram determinar em que medida o projeto alcança seus objetivos e quais são seus efeitos secundários, previstos e não previstos.

De acordo com Cohen e Franco (1993), os efeitos procurados são aqueles que inicialmente se pensou em atingir com o projeto e que, por isso, foram previstos como objetivos. Efeitos não procurados ocorreram em consequência da realização do projeto. Estes podem ser positivos, quando se tratam de consequências não centrais para os propósitos estabelecidos mas que são valiosos por outras considerações, ou negativos, quando podem prejudicar o êxito do projeto.

A avaliação de efetividade pode ter tratamento quantitativo ou qualitativo. Pode limitar-se a medir o alcance ou cobertura do programa avaliado, ou seja, a efetividade objetiva, focando em critérios quantitativos da mudança originária do projeto. Já as pesquisas que objetivam revelar a efetividade substantiva dos projetos analisam os efeitos do critério de aferição de mudanças qualitativas nas condições sociais de vida da população-alvo, tendo a função de aferir a percepção da população no tocante aos resultados dos projetos (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Para Arretche (2001) e Figueiredo e Figueiredo (1986) sobre as avaliações de efetividade, a maior dificuldade metodológica não consiste em distinguir produtos de

resultados, mas consiste em demonstrar que os resultados encontrados, sejam eles positivos ou negativos, estão casualmente relacionados aos produtos oferecidos por uma dada política sob análise. O exame de efetividade substantiva exige, pois, uma avaliação política da mudança. Ela diz respeito aos efeitos do programa sobre a população-alvo e tem a intenção de estabelecer uma relação de causalidade entre a política e as alterações nas condições sociais, ou seja, em que medida pode-se afirmar que os resultados apresentados surgiram em decorrência dos objetivos estabelecidos nos programas.

Apesar destas dificuldades, o critério da efetividade das políticas tem estado presente em boa parte das análises. As pesquisas que visam determinar o grau de efetividade de um programa analisado, ou seja, medir o impacto da ação governamental na população-alvo ou no seu desenvolvimento sócioeconômico, e na medida em que este critério está fortemente relacionado a determinados ideais de igualdade e justiça social, por esta razão, espera-se que as políticas implementadas reduzam índices de pobreza, desigualdade e exclusão social. Não é suficiente medir se os objetivos determinados no projeto foram alcançados: propõe-se avaliar se estes resultados, com base em alguns princípios de justiça social, são positivos (ARRETCHE, 2001; FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1986).

Neste projeto optou-se pela avaliação de efetividade devido a sua abrangência ao incluir aspectos subjetivos e de justiça social. Desta forma, o projeto de polos agroflorestais poderá ser analisado não apenas em relação a sua finalidade principal, que é dar acesso à terra aos agricultores familiares, mas também por possibilitar uma análise de aspectos externos ao projeto, como o da segurança alimentar, variáveis ambientais, entre outros que poderão, também, possibilitar a avaliação do grau de satisfação dos beneficiários.

3.3 Desenvolvimento Territorial e Capital Social

A dimensão territorial do desenvolvimento vem ganhando espaço no âmbito do debate sobre desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Para a compreensão desta abordagem, faz-se necessária a apresentação de alguns conceitos básicos antes de apresentar a definição de desenvolvimento territorial.

O significado de espaço-região é um conceito chave da Geografia, sendo objeto de estudo de diversos autores, sem um consenso sobre sua definição. Blum (2014) define espaço como um conjunto de objetos dispostos na superfície, naturais ou construídos pelo homem, que se caracteriza pela relação entre natureza, trabalho, produção e circulação, onde o homem exerce relações de poder sobre seu espaço natural.

Uma abordagem diferente sobre a ideia de espaço foi introduzida por François Perroux (1967). Ele apresenta o conceito de espaço abstrato, mais adequado para analisar as inter-relações econômicas. Desta forma, os espaços econômicos nacionais são definidos também com base nos planos econômicos dos governos e dos indivíduos. Devido às atividades não se distribuírem de maneira uniforme, o autor considera que o crescimento econômico é irregular, sendo que “(...) o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis, no conjunto da economia.” (PERROUX, 1967, p. 164).

Outro termo explicativo da realidade é a noção de território. É o espaço onde se estabelecem relações, culturais, econômicas e institucionais entre diferentes atores e, por isso, construídas ao longo do tempo uma realidade em constante movimento, sendo que isto representa a própria identidade dos indivíduos e dos grupos sociais (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006).

Se, por um lado, o território caracteriza-se pela propagação do crescimento de maneira desigual, por outro lado, o território pode ser considerado como um elemento central para explicar tanto a pobreza quanto a sua reprodução. De acordo com Bronzo (2007), a pobreza apresenta diversas causas que podem ser explicadas analisando o território no qual ela se reproduz. As condições de habitação, saneamento, provisão de bens e serviços públicos são importantes para estabelecer os patamares de inclusão social.

Diante da heterogeneidade das situações de pobreza, é fundamental o desenho de estratégias vinculadas às realidades e demandas locais. O território deve ser a unidade básica para focalização das políticas e da ação governamental, pois políticas públicas definidas para o território podem gerar um diagnóstico mais adequado sobre os

problemas e, por conseguinte, planos mais efetivos para solucioná-los (BRONZO, 2007).

A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais. Na década de 1990, a principal questão do modelo de desenvolvimento endógeno concentrou-se em tentar entender por que o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo quando elas dispunham das mesmas condições na busca de fatores produtivos, como capital financeiro, mão-de-obra ou tecnologia (MORAES, 2003).

Conforme aponta Moraes (2003), a solução seria buscar, entre estes fatores, aqueles determinados dentro da região. Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar quais os fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, a pesquisa e o desenvolvimento e as instituições, como eram determinados dentro da região – e não de forma exógena, como até então eram entendidos. Consequentemente, o autor concluiu que a região dotada desses fatores, ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente, teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. Assim, o autor apresenta o seguinte conceito de desenvolvimento territorial:

Conceitualmente, o desenvolvimento territorial é endógeno e pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento centrado nas comunidades locais, rurais e urbanas que poderão passar a desenvolver estratégias e criar ou captar meios para implementar processos permanentes de mobilização, organização e endogeneização de capacidades, competências e habilidades da comunidade (MORAES, 2003, p. 126).

Percebe-se que o desenvolvimento territorial considera que os territórios são distintos não apenas por dotação de fatores, mas também pelas relações estabelecidas entre os agentes locais. Assim como é possível obter vantagens comparativas com base nas potencialidades naturais e produtivas de determinada região, também é possível incentivar o protagonismo dos atores locais para elaboração de estratégias de desenvolvimento. Ademais, o desenvolvimento que surge localmente poderá expandir-se para além das fronteiras do território.

Nesta perspectiva, Putnam (1996) afirma que o desenvolvimento local depende do engajamento da comunidade cívica, contrariando o pensamento dominante que atribui ao Estado e às instituições o papel de promotores do desenvolvimento. Por outro lado, Moraes (2003) defende que o desenvolvimento territorial exige uma nova

institucionalidade com a criação de instrumentos diferenciados de gestão que articulem os governos e as instituições locais com a comunidade.

Conforme Corrêa (2010), na década de noventa, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) analisou estudos sobre políticas nacionais, regionais e locais nos quais o foco do desenvolvimento regional eram atores locais atuando de forma articulada a políticas públicas implantadas pelos Estados Nacionais. A área de atuação das políticas não deveria ser limitada ao município, mas deveria expandir-se a territórios que se refeririam a um conjunto de municípios com diversas características semelhantes que pudessem unir esforços na formulação de projetos capazes de serem negociados com as esferas mais altas de governo. Isto envolveria uma nova institucionalidade e uma nova forma de atuação das políticas do Estado na promoção do desenvolvimento de um determinado espaço. É no contexto dessa nova abordagem que a discussão de como trabalhar com espaços de maior pobreza passa a ser abordada.

Nota-se que o processo de desenvolvimento territorial pode ser explicado pelas relações sociais em determinado espaço e território e, neste sentido, diversos estudos contextualizam a relação entre desenvolvimento territorial e capital social. Para Castilhos (2001) *apud* Moraes (2003), o capital social forma-se como relações sociais institucionalizadas na forma de norma. As relações seriam institucionalizadas porque representam acúmulos de práticas culturalmente incorporadas na história das relações dos grupos, comunidades ou classes sociais.

Na visão de Putman *et al.* (1993), a formação do capital social depende de fatores socioculturais, que por sua vez são construídos historicamente. O capital social pode ser definido como resultante de uma coesão social ou redes sociais informais com objetivos comuns, pautados em normas com alguns atributos como cooperação mútua, confiança, solidariedade. O estabelecimento dessas relações gera externalidades positivas, tais como a redução de incertezas e de custos de transação, bem como melhoria do fluxo de informações, o que possibilita ganhos econômicos e de bem-estar para os agentes envolvidos.

Para Moraes (2003), o desenvolvimento territorial, tanto rural como urbano, deve ser baseado na gestão sustentável dos seus fatores potenciais com ênfase nas habilidades das comunidades e sua identidade social e histórica. No caso do espaço

rural, estas potencialidades podem ser descritas através das multifuncionalidades deste espaço. No que diz respeito à função social, a manutenção das áreas rurais freia o êxodo da população e todos os problemas sociais originários deste processo. Sobre os aspectos ambientais, espaços rurais, por disponibilizarem paisagens naturais, surgem como espaços para turismo e lazer e de fornecimento de serviços ecossistêmicos.

Neste mote, Corrêa (2010) entende que no Brasil a discussão do desenvolvimento territorial deve considerar o espaço rural como os seguintes elementos: o rural não pode mais ser apenas sinônimo de agrícola; o rural deve envolver o aspecto de multisetorialidade e pluriatividade; além da função produtiva, o espaço rural é multifuncional, ou seja, pode exercer as funções ambiental, ecológica e social; por fim, a divisão rural e urbano, não significa uma separação total desses espaços, uma vez que o rural estabelece relações comerciais e sociais com espaços urbanos ao seu redor.

Moraes (2003) destaca ainda que a multifuncionalidade do meio rural faz com que ele contribua de forma abrangente para o desenvolvimento territorial. Pelo lado econômico, o desenvolvimento territorial contribui para geração de renda na produção de produtos locais e a gestão ambiental adequada dos recursos naturais pode garantir a sustentabilidade a longo prazo das suas atividades produtivas. Os benefícios podem se expandir para a comunidade em geral, uma vez que o espaço rural pode, por exemplo, contribuir para a segurança alimentar e para a qualidade dos alimentos. Os espaços rurais e urbanos podem se beneficiar também do desenvolvimento através da preservação e valorização da vida e dos recursos naturais, ou para a melhoria da qualidade de vida da população.

Então, especialmente no âmbito rural, a partir de uma descentralização das decisões, caso se tenha a concepção de desenvolvimento que se centre a melhoria das condições de vida das comunidades e numa maior inserção dos grupos excluídos, indica-se a importância de que políticas adotadas partam de um pacto territorial mediado e impulsionado a partir da articulação de atores locais, sindicatos, produtores, empresários, poder público, igrejas, etc. (CORRÊA, 2010).

Assim, o rural torna-se um fator chave para o desenvolvimento territorial e tem um papel específico e essencial para o desenvolvimento através da geração de emprego e renda, na produção de produtos locais e na gestão do espaço.

3.4 Segurança Alimentar

Segundo Rodrigues (2007), a alimentação é definida como a prática voluntária de escolha de alimentos para ingestão. Ela envolve diversas escolhas, como o tipo e a quantidade do alimento, a forma de preparo, a hora do consumo, etc. As pessoas, ao se alimentarem, buscam mais que o consumo de nutrientes: o ato de alimentação envolve valores culturais, sociais e afetivos.

Para Maniglia (2009), o ato da alimentação depende das condições econômicas, ou seja, para adquirir os alimentos é necessário ter poder aquisitivo. Portanto, a pobreza é o principal motivo da fome no mundo. A pobreza está relacionada, entre outros fatores, com a desigualdade social, concentração de renda e com a omissão e a corrupção dos governos.

Conforme expõe Almeida (2008) *apud* Almeida, Almeida e Ferrante (2015), cada território apresenta fatores diferentes que conduzem à existência da fome. No continente africano, a fome está relacionada à falta de alimentos. Em outras regiões, ela é consequência das desigualdades sociais que resultam em falta de renda e emprego para uma parcela significativa da população. Apesar da falta de renda dificultar a aquisição de alimentos, um programa de renda mínima é uma política importante em curto prazo, pois, a longo prazo pode tornar-se um programa apenas assistencialista, fortalecendo o círculo vicioso de desigualdade e exclusão.

O debate mundial sobre o enfrentamento da fome teve como marco histórico a primeira Guerra Mundial. Diante da destruição que assolou os países europeus, verificou-se a necessidade de elaborar medidas para combater a fome. A situação agravou-se para além das fronteiras europeias com a segunda guerra mundial. As ações a serem desenvolvidas deveriam ser discutidas de forma coletiva, o que posteriormente resultou na criação de fóruns mundiais específicos para discussão sobre soluções para este problema (SILVA, 2014).

Durante a Conferência Mundial de alimentação, em 1996, foi elaborado um documento, intitulado Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação, no qual diversos chefes de Estado assumiram o compromisso de desenvolver ações para reduzir, pela metade, o número de pessoas subalimentadas até o ano de 2015. Este documento apresenta a seguinte definição de segurança alimentar:

Existe segurança alimentar quando as pessoas têm, a todo momento, acesso físico e económico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer as suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida activa e sã. (FAO, 1996, s. p.)

Um dos grandes desafios que devem ser enfrentados pelos governos dos diversos países é garantir que a população tenha acesso aos alimentos produzidos. De acordo com Conti (2009), um desenho de políticas públicas para essa temática começou a ganhar forma a partir da década de 1970, quando ocorreu a I Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela FAO. A conferência enfatizou a importância de estimular o aumento da produção agrícola, por meio do fomento aos pacotes tecnológicos produzidos da industrialização da agricultura. Essa proposta ficou conhecida como “Revolução Verde”. Desta forma, diante do crescimento populacional, a justificativa dada era elevação da produtividade.

Segundo Conti (2009), o modelo proposto pela Revolução Verde, desde a sua implantação, quadriplicou a produção mundial de alimentos, enquanto a população mundial somente duplicou. Porém, conforme Buainain, Garcia e Vieira (2016), esse progresso proporcionado pela Revolução Verde veio acompanhado de distúrbios ambientais e problemas sociais, como o esvaziamento demográfico do meio rural. O medo em relação à falta de alimentos fez com que a questão ambiental fosse colocada em segundo plano. Em tal perspectiva, o aumento da produtividade agrícola não pode ser alcançado sem prejuízos ao meio ambiente.

Diante das externalidades ambientais e sociais que surgiram com o modelo da Revolução Verde, percebeu-se que a segurança alimentar deveria incorporar valores que estão além do acesso a alimentos e possam vir ao encontro da complexidade das necessidades humanas. Os debates no âmbito acadêmico e da sociedade civil organizada contribuíram para inserir a alimentação no contexto dos direitos humanos.

Valente (2002) apontou o direito à alimentação como o mais importante direito para humanidade, uma vez que representa a garantia da vida. O direito à alimentação tem por princípio o combate à fome. No entanto, ele vai além da ingestão de alimentos adequados à manutenção da saúde, uma vez que a alimentação envolve outros aspectos da vida humana como a interação com outros indivíduos e com a natureza. Desta forma, o direito humano deve compreender “(...) uma alimentação de acordo com os hábitos e práticas alimentares de sua cultura, de sua região ou de sua origem étnica” (VALENTE, 2002, p.38).

Neste sentido, a noção de direito humano à alimentação vem ganhando novas dimensões. Pode-se citar o conceito de soberania alimentar, definido como um elemento fundamental do direito à alimentação, que está relacionado com a autonomia dos países no que diz respeito à definição dos métodos de produção, e que estes sejam preferencialmente desenvolvidos em base ecológica, bem como o controle dos alimentos que produzem, garantindo à população local o acesso à alimentação. Com isso, a produção de alimentos será compatível com o respeito ao meio ambiente e seus hábitos alimentares (STEDILE; CARVAHO, 2010).

Apesar dos avanços conceituais, o que se observa em termos de produção de alimentos é o predomínio das técnicas de produção defendidas durante a Revolução Verde, técnicas essas que são opostas ao conceito de soberania alimentar.

A evolução de conceitos e padrões de segurança alimentar está acompanhada de uma visão transversal do tema. Neste sentido, Almeida *et al.* (2008) propõem o desenvolvimento de políticas públicas de segurança alimentar com enfoque local e regional e com normas e valores sociais próprios de cada localidade. Este tipo de política não deve abordar apenas aspectos econômicos, mas deve buscar o desenvolvimento do capital social local. Após a implantação de uma política de segurança alimentar, consolida-se uma rede de cooperação com padrões institucionais próprios que podem aprimorar ou enterrar as atuações de agentes públicos e do público-alvo.

Uma rede de segurança alimentar pode ser composta por empresas, associações, universidades, prefeituras municipais, etc. Essas redes de políticas locais podem conceber soluções de segurança alimentar, levando em consideração as especificidades de cada região (ALMEIDA; PAULILLO; FERRANTE, 2006). De acordo com Almeida *et al.* (2008), a construção social de baixo para cima com foco na inclusão social representa uma inovação no âmbito das políticas públicas. Percebe-se que as redes contribuem de maneira significativa, principalmente em municípios e regiões, para que possam alcançar a segurança alimentar.

O estudo desenvolvido por Arruda (2017) constatou a importância da implantação de uma Rede Agroecológica, em parceria com Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira - CAASO/USP, destinada à distribuição de produtos orgânicos produzidos em um projeto de assentamento no município de São Carlos – SP. A rede agroecológica

contribuiu de maneira efetiva para unir a maioria dos produtores de alimentos orgânicos de um assentamento na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável e proporcionou mecanismos de comercialização de seus produtos orgânicos, promovendo o autoconsumo de boa qualidade aos moradores e consumidores.

Conforme afirmam Almeida *et al* (2008), uma política na área de segurança alimentar local e regional deve incluir quatro esferas integradas de atuação na forma de eixos de intervenção: produção, acesso, consumo e distribuição de alimentos. Estes eixos devem estar vinculados aos valores fundamentais da população, sendo eles: 1) saúde; 2) higiene; 3) meio ambiente; 4) autenticidade e 5) solidariedade. Estes são os princípios norteadores da noção de segurança alimentar ampla. Desta forma, reconhece que a segurança alimentar vai além do acesso à renda porque deve ser reconhecida como um recurso fundamental de inclusão social. Todos esses valores são socialmente construídos em redes de políticas focadas para a funcionalidade e adaptação de um padrão alimentar com equidade para a população mal nutrida.

Almeida *et al.* (2015) argumentam que a segurança alimentar não pode ser alcançada a contento por meio de programas generalizados, uma vez que cada ator demanda um programa de segurança alimentar específico. Além disso, ressaltam a necessidade da elaboração de índices considerando as particularidades de cada grupo analisado. Os autores citam como exemplo a agricultura familiar, elementos como participações de produtores em associações, cooperativas e outras organizações sociais são importantes para a renda obtida na propriedade. O autoconsumo familiar é outra variável que pode contribuir para a segurança alimentar dos agricultores desde que realizado com alimentação autêntica e de qualidade.

Historicamente, a agricultura familiar é caracterizada pela autossuficiência no que se refere ao abastecimento de alimentos dos domicílios e propriedades rurais familiares. Esta característica está vinculada ao conceito de autoconsumo, que engloba a produção de origem animal, produtos oriundos das lavouras e os agro-industrializados voltados para sustento das famílias rurais, sendo que:

(...) trata-se, nestes termos, de uma produção que é destinada ao ciclo interno da unidade de produção, que acaba se autoaproveitando com produtos para a própria alimentação e outros usos do estabelecimento (GRISA; SCHNEIDER; CONTERATO, 2013, p.10).

Oliveira *et al.* (2013) constataram que está ocorrendo uma retomada de estudos sobre produção para autoconsumo e sua relação com a segurança alimentar e

nutricional. Os autores destacam a sua importância para a alimentação dos agricultores familiares e para manutenção da renda total, uma vez que uma menor quantidade de recursos será destinada para compras de alimentos no mercado.

O papel do autoconsumo na mensuração da pobreza no meio rural foi objeto de estudo desenvolvido por Neder, Lacerda e Rodrigues (2010). Em áreas rurais mais pobres, é significativa a parcela dos rendimentos não monetários no total dos rendimentos das famílias. Estes rendimentos advêm das atividades de autoconsumo, que é um aspecto tradicional das famílias rurais.

Neder, Lacerda e Rodrigues (2010) afirmam ainda que os indicadores de pobreza rural baseados exclusivamente na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em que não consideram o autoconsumo no cálculo da renda *per capita* domiciliar. No Brasil, não existem dados confiáveis sobre rendimentos de autoconsumo a não ser em pesquisas esparsas que abordam apenas subgrupos populacionais das áreas rurais do país. Por isso, os autores defendem uma abordagem multimendisonal na construção de índices de pobreza, principalmente em áreas rurais mais pobres.

No aspecto da pobreza abordada apenas no que se refere às privações materiais, além da insuficiência de rendimentos, deve-se levar em conta outras privações relacionados a condições habitacionais, abastecimento de água, saneamento básico, grau de instrução, inserção no mercado de trabalho e etc. (NEDER; LACERDA; RODRIGUES, 2010, p. 107).

Por outro lado, nos últimos anos ocorreram mudanças nos hábitos alimentares da população rural, caracterizado principalmente pelo aumento do consumo de alimentos industrializados devido à praticidade e facilidade de obtê-los no mercado (OLIVEIRA *et al*, 2013). No estudo desenvolvido por Menasche, Marques e Zanetti (2008), os autores destacaram a facilidade de acesso aos mercados locais e o aumento da oferta de alimentos neles disponíveis como um dos fatores para a redução da produção de alimentos voltada ao autoconsumo. Isso faz com que o autoconsumo perca espaço nas propriedades rurais e, como consequência, os agricultores tornam-se mais vulneráveis as crises do setor, colocando em risco sua reprodução no curto prazo.

Grisa e Schneider (2008) defendem a importância da produção para autoconsumo e sua relevância como fonte de renda não monetária, que efetivamente auxilia na melhoria das condições de vida, na segurança alimentar e no combate à pobreza rural. De acordo com estes autores, há uma tendência de modificação da relação dos

camponeses com o autoconsumo a partir da inserção das unidades produtivas nos mercados, onde a organização econômica passa ser regida por relações capitalistas. Cresce uma nova lógica organizativa mediada pelo mundo das mercadorias. Diante do desejo por adquirir bens de consumo e culturais, os produtores acreditam que a produção para subsistência não é suficiente diante das novas necessidades e, por isso, a produção familiar torna-se mais intensa e especializada em um número reduzido de culturas, priorizando aquelas mais demandadas no mercado e abandonando a diversidade que antes era predominante. O autoconsumo passa a ser atividade complementar à produção comercial.

Para Grisa e Schneider (2008) o autoconsumo vai ao encontro do conceito de autonomia alimentar, uma vez que, o autoconsumo é baseado nas preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo e serve como um instrumento de preservação da cultura e história locais. Além disso, contribui para uma dieta mais saudável, pois geralmente não são utilizados agrotóxicos, ao contrário dos alimentos adquiridos nos mercados que, predominantemente, são oriundos do agronegócio, menos confiáveis quanto a estes critérios.

Conforme afirma Buainain, Garcia e Vieira (2016), os desafios para segurança alimentar abrangem as seguintes dimensões: o papel da dimensão ambiental; alterações na demanda mundial e a nova dieta alimentar. Em várias regiões do planeta, o esgotamento de recursos naturais como terra e água representam entraves para o bom desempenho da produção agrícola. O crescimento demográfico é um dos principais determinantes do aumento da procura por alimentos, principalmente nos países emergentes. A urbanização, por sua vez, contribui para alterar o padrão de consumo da população: os autores citam o exemplo da China, onde a população que migrou para grandes cidades passou a incluir novos produtos em sua dieta, como a carne e derivados do leite, que necessitam de uma quantidade maior de insumos quando comparados à produção de vegetais.

A realidade atual da relação entre meio ambiente e expansão agrícola é mais delicada em comparação ao início do processo de expansão da agricultura já que o planeta tinha condições de assimilar e absorver os efeitos do processo de produção, pois vivíamos numa condição de “mundo vazio”. Hoje um aumento da fronteira agrícola terá impactos significativos ao meio ambiente, sendo necessário investir em tecnologias

capazes de aumentar a produtividade, reduzindo os danos ambientais, sobretudo o aquecimento global. Esta tarefa não é fácil, tendo em vista uma desvalorização da natureza enquanto bem econômico, o que pode ser verificado pelo baixo valor de mercado de uma área de floresta em comparação a uma área desmatada (BUAINAIN; GARCIA; VIEIRA, 2016).

Em um nível local, pode-se citar outros desafios para a segurança alimentar. No Brasil foram implantadas políticas para garantir a segurança alimentar da população, porém os resultados ainda estão aquém do esperado. Um exemplo apontado por Oliveira *et al.* (2013) é o Programa Bolsa Família, que apresenta uma boa parcela dos beneficiários com problemas nutricionais. De acordo com os autores, esta situação deve-se à ausência de análise crítica sobre a implementação e avaliação posterior.

Neste sentido, Pinto (2014) defende a adoção de estratégias complementares que incluem a valorização do salário mínimo e a inclusão produtiva dos beneficiários, o que dará oportunidade de acesso aos alimentos. Além disso, para melhor monitoramento do programa, o poder público deveria, por meio dos órgãos de assistência social, criar um plano de acompanhamento das famílias.

Traldi (2011) concluiu que mesmo sendo um programa compensatório e apresentando alguns entraves, pode-se afirmar que o Bolsa Família contribuiu para o enfrentamento das desigualdades sociais. Ao estudar as efetividades do Programa Bolsa Família em Araraquara a autora apontou como recomendações para a melhoria do programa, a divulgação dos programas de segurança alimentar do município para as famílias beneficiárias do Bolsa Família e a implementação de programas direcionados à educação alimentar e à saúde.

Pugliese (2016) analisou o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e seus reflexos para segurança alimentar de agricultores familiares no mesmo município. A autora constatou a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao PAA para que a prefeitura pudesse adquirir um volume maior e uma diversificação maior de produtos dos agricultores familiares, o que poderia fortalecer a segurança alimentar através do autoconsumo. A autora sugeriu ainda ajustes ao programa para que os produtores se adaptem melhor aos cronogramas de entrega, reduzindo os custos com a logística, bem como a criação de programas complementares, voltados para o acesso a novos mercados.

Apesar da ênfase dada ao acesso aos alimentos, para que uma sociedade alcance uma condição de segurança alimentar é necessário reconhecer a importância da qualidade nutricional. A falta de preocupação com este aspecto pode ter como consequência a má nutrição ou sobrepeso da população assistida. Para dar resposta a estes problemas, a gestão pública pode desenvolver programas de educação alimentar e nutricional que incentivem o consumo de alimentos com características que possam contribuir para a prevenção de doenças e a promover melhor qualidade de vida à população (PINTO, 2014).

De acordo com Valente (2002), a garantia da segurança alimentar de uma nação vai além da questão do aumento da produção agrícola. No caso brasileiro, desde a década de 1950, a produção de alimentos apresentou crescimento suficiente para alimentar toda população. Apesar disso, a situação de insegurança alimentar ainda é uma realidade no país. O autor destaca alguns motivos pelos quais o Brasil ainda não conseguiu superar o problema da fome:

Tal quadro pode se atribuído às graves desigualdades sociais e regionais que ainda prevalecem no país, quais sejam: extrema concentração de terra, da riqueza e da renda; o abastecimento alimentar insuficiente em várias áreas rurais e urbanas do país; o inadequado controle da qualidade de alimentos, que se consubstanciam em severas dificuldades de acesso a uma alimentação segura e nutricionalmente adequada, em nível domiciliar (VALENTE, 2002, p. 48).

Apesar de identificar a origem dos problemas de segurança alimentar nas desigualdades sociais e regionais, o autor destaca a necessidade de aumentar a produção, pois apesar do aumento da produção total existem culturas que apresentam volumes inadequados como, por exemplo, o arroz. Para Valente (2002), o país possui condições para superar tais problemas, devido às condições ambientais favoráveis e por contar com uma elite de produtores rurais que investem em inovações tecnológicas em suas propriedades. O país dispõe de grandes áreas de terras degradadas e subutilizadas que poderiam ser utilizadas na produção agrícola desses alimentos.

Percebe-se que a garantia da segurança alimentar está relacionada ao fortalecimento das atividades agrícolas. Neste sentido, destaca-se o papel da agricultura familiar, que é o setor responsável pelo abastecimento dos mercados locais. O agricultor familiar possui diferentes características conforme a região do país onde realiza suas atividades, mas uma característica comum entre os agricultores familiares é a pluriatividade. Mesmo com dificuldades inerentes as suas atividades, o agricultor, é

um agente econômico que contribui para o desenvolvimento local. Na sequência, este trabalho abordará a agricultura familiar na Amazônia apontando as características desses agricultores e os desafios de desenvolver a agricultura dessa região.

3.5 A Agricultura Familiar

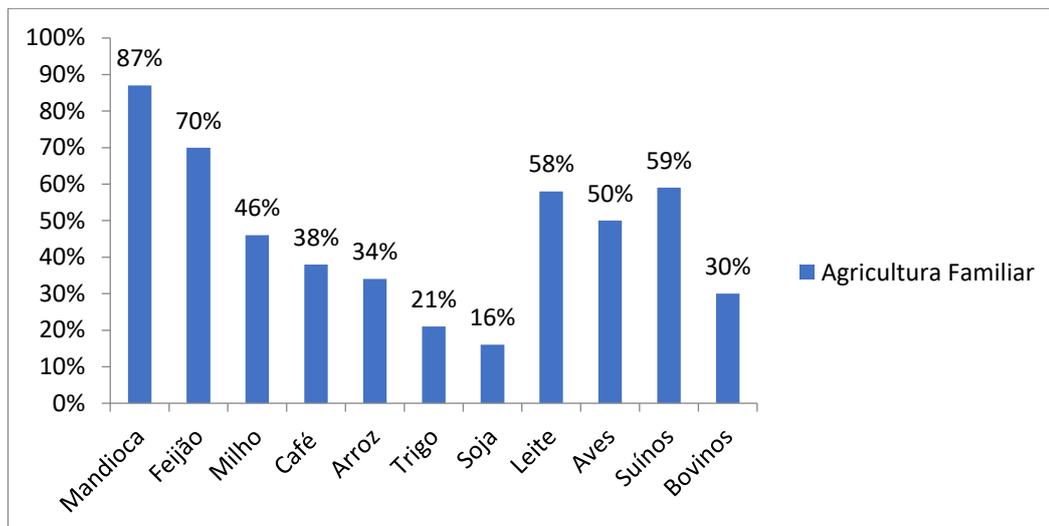
A agricultura familiar é atividade econômica cuja importância é reconhecida mundialmente. No ano de 2014, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, escolheu a agricultura familiar como tema do ano, sendo o foco dos debates sobre políticas públicas e ações privadas ligadas à temática em todo o mundo. Apesar de não existir um conceito global sobre agricultura familiar a característica comum de definição está relacionada à gestão da unidade produtiva exclusivamente por uma família. (MACEDO, 2014).

No Brasil, a lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e apresenta os requisitos necessários de enquadramento na agricultura familiar no país.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento, desta Lei.

Segundo Bazotti e Sugamoto (2011) para efeito das políticas públicas, a agricultura familiar também abrange segmentos não integrados a mercados, como a agricultura de subsistência, quilombolas e outras formas de viver no meio rural. Por outro lado, a agricultura familiar não significa produção em pequena escala ou ausência de tecnologia, esta atividade é caracterizada por uma lógica diferente da empresa agrícola voltadas para produção de commodities. Essas e outras questões mostram a agricultura familiar no contexto multifacetado da realidade rural, questões estas cruciais para manter ou redefinir políticas públicas. A figura 02 ilustra a contribuição percentual da agricultura familiar no Brasil.

Figura 02 – Contribuição relativa da agricultura familiar na produção agrícola no Brasil.



Fonte: Adaptado de Censo Agropecuário (2006).

Os dados do Censo Agropecuário (2017) ilustram expressiva participação da agricultura na produção de alimentos, a agricultura familiar contribui com a geração de empregos bastante superior ao agronegócio. Nesse contexto, do percentual de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, 67% trabalham na agricultura familiar. Por outro lado, apenas 23% da área de todos os estabelecimentos agropecuários do país são destinadas à agricultura familiar.

3.6 Agricultura Familiar na Amazônia e suas Especificidades

Caracterizar os agricultores familiares da região Amazônica é uma tarefa complexa, pois a Amazônia é composta por diferentes povos e etnias que participaram do seu processo de ocupação ao longo de diversas fases. Isto contribuiu para diversas manifestações socioculturais e estabelecimentos de relações produtivas peculiares, como no caso da agricultura familiar.

Para Castro (2007), os indígenas foram os pioneiros no desenvolvimento da agricultura na Amazônia. Estes povos buscavam desenvolver cultivos em diferentes ambientes, nas várzeas e em solo firme. A pesca e o extrativismo associados à agricultura garantiam a subsistência desta população.

Alves (2001) ao analisar a produção dos povos indígenas concluiu que a agricultura desenvolvida por estes povos era baseada em técnicas aprimoradas como o

uso de calendários e sequências lógicas de práticas agrícolas que ainda são usadas pelos agricultores da Amazônia.

Pode-se afirmar que os agricultores familiares amazônicos herdaram dos indígenas a característica de exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de sobrevivência.

Outro exemplo de produtores que também se guiam pela relação homem-natureza nas atividades produtivas são os ribeirinhos. Os ribeirinhos são as populações que vivem na beira dos rios e igarapés. Pinheiro (2012) e Castro (2007) consideram que os ribeirinhos possuem características do campesinato tradicional principalmente devido à visão de produção voltada para satisfazer as necessidades de alimentação das famílias. Lira e Chaves (2015) descrevem como os ribeirinhos utilizam seu conhecimento da natureza nas atividades produtivas:

Nessa região, os agentes sociais utilizam seus saberes tradicionais, acumulados de geração em geração, instituindo múltiplas relações com o ambiente natural e os recursos locais, como por exemplo, os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, do roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais, utilizando tais informações no seu dia a dia. Entende-se, também, que as práticas produtivas encontram-se pautadas por uma dinâmica peculiar, e não em função das relações de produção para atender as demandas do mercado. São relações de respeito ao meio ambiente e de manutenção da subsistência de seus grupos (LIRA e CHAVES, 2015, p. 74-75).

As autoras destacam a capacidade de organização dos ribeirinhos para superar as dificuldades decorrentes da carência de bens e serviços sociais, o que se configura como uma potencialidade dessas comunidades. Nas comunidades ribeirinhas são identificados laços de solidariedade e ajuda mútua. Eles valorizam sua cultura e utilizam plantas medicinais para curar doenças dos membros do grupo.

Neste sentido, Pinheiro *et al.* (2012) destacam que as comunidades ribeirinhas na Amazônia frequentemente ignoram a estrutura agrária brasileira e usam a terra de forma coletiva. Existe a produção individual, que é planejada por determinada família voltada para o seu sustento e a produção coletiva que é de responsabilidade de um grupo de ribeirinhos e seus resultados compartilhados entre seus membros. Há uma forte organização social neste processo e o planejamento da produção ocorre em reuniões na comunidade ribeirinha.

Outra categoria importante dentro da agricultura familiar é a figura do agricultor extrativista. O extrativismo é uma atividade que emprega baixa tecnologia sendo desenvolvido por populações rurais pobres de áreas isoladas. Pode ser classificado como extrativismo de coleta como, por exemplo, a extração da castanha do Brasil e de aniquilamento, cujo principal exemplo é a produção madeireira (HOMMA, 2014).

Pontes (2015) relata que o extrativismo é uma atividade que esteve presente em todo o processo histórico de colonização da Amazônia, sendo realizada pelos grupos mais primitivos da região. A atividade ganha destaque com o advento da indústria automobilística que impulsionou o extrativismo da borracha, durante o século XVIII. Esse período ficou conhecido como primeiro Ciclo da Borracha. Diante da grande demanda pelo produto e altos custos de transporte para Europa, ocorreu o contrabando de sementes para iniciar seringais de cultivo na Malásia. Com isso, a economia da borracha entrou em decadência.

A procura pela borracha da Amazônia retorna durante a Segunda Guerra Mundial quando os aliados ficaram sem acesso à produção da Ásia. Nesta segunda fase, que corresponde ao segundo Ciclo da Borracha, milhares de nordestinos tiveram que deixar sua região devido à seca e foram para Amazônia trabalhar nos seringais. Como estes homens tiveram que optar entre ir para guerra ou ir para Amazônia, os que foram para Amazônia ficaram conhecidos como “soldados da borracha” (PONTES, 2015).

Cabe destacar que, segundo Castelo (2014), os seringueiros muitas vezes não possuíam liberdade para realizar o roçado, pois os seringalistas exigiam que se dedicassem somente à extração do látex. Essa também era uma forma de garantir a compra de alimentos vendidos nos barracões que eram de propriedade dos seringalistas, tornando os seringueiros continuamente endividados. Essa era uma característica do que se convencionou chamar de sistema de aviamento³. Por isso, muitos seringueiros, quando tiveram que deixar os seringais para trabalhar, tiveram dificuldades para se adaptar ao trabalho na agricultura.

Após o declínio do segundo Ciclo da Borracha, muitos políticos e cientistas apostaram que a atividade extrativista estava fadada ao esquecimento. Porém, o extrativismo ganhou destaque novamente com a participação de seringueiros no debate

³ O sistema de aviamento era um mecanismo utilizado pelos seringalistas para manter os seringueiros sob seu domínio através de dívidas. Sem outra alternativa de abastecimento, os trabalhadores endividavam-se comprando seus suprimentos de atravessadores contratados pelo patrão (CARDIA, 2010).

sobre a importância desta atividade para o meio ambiente e sua contribuição para a geração de renda para populações tradicionais. A luta dos seringueiros resultou em mudanças na política ambiental com destaque para a criação de unidades de conservação de uso direto, as chamadas reservas extrativistas (SILVA *et al*, 2016).

Segundo Silva *et al* (2016), a primeira reserva extrativista foi criada em 1990 após o assassinato do líder acreano Chico Mendes. Com esse evento, o extrativismo foi perdendo a conotação negativa de atividade predatória e passou a ser pensado como possibilidade de valorização econômica da floresta aliada à conservação, embora em outras situações ainda seja significativo associar extrativismo a arcaísmo e atraso.

De acordo com Becker (2011) atualmente, parcela significativa da produção agrícola familiar da região é desenvolvida por agricultores assentados. Desde o início da política de reforma agrária, os assentamentos da Amazônia receberam grandes contingentes populacionais de outras regiões. O fato de acolher cerca de 70% dos assentamentos no Brasil transparece que a região é privilegiada em relação às políticas de reforma agrária. No entanto, a maioria dos assentamentos foi criada sem condições adequadas para o desenvolvimento de atividades produtivas. Desta forma, Becker (2011) defende a necessidade de repensar essas atividades e aponta o investimento em agroindústrias como a política mais eficiente para a realidade local.

As primeiras atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia ocorreram durante a colonização do Brasil. Neste período, os produtos oriundos da mineração, da flora e da fauna tinham como principal destino o mercado internacional. Em meados do século XX, o governo federal definiu estratégias de ocupação da região visando à proteção nacional (GUERRA, 2015).

Durante o regime militar, os governos definiram planos de desenvolvimento e de ocupação para regiões de baixa densidade demográfica. No caso da Amazônia, a estratégia de desenvolvimento e ocupação tinha por intuito o incentivo de implantação de projetos agropecuários na região. Assim, a produção familiar ficou em segundo plano nas estratégias de desenvolvimento da região, o que resultou em um desempenho medíocre do setor se comparado às demais regiões do país. (GUERRA, 2015).

Apesar de apresentar um fraco desempenho em relação às outras regiões, a agricultura familiar na Amazônia contribui de maneira significativa para o valor total da produção agropecuária da região. Segundo Castro (2013), “(...) em quatro dos sete

estados da região, a agricultura familiar é responsável por mais de 50% do valor da produção agropecuária total do estado.” (CASTRO, 2013, p.10). Cabe destacar que essa informação é baseada nos dados do Censo Agropecuário de 2016.

Piroux *et al.* (2015) destacaram como características da agricultura familiar na Amazônia o extrativismo, com a extração de recursos florestais e pesqueiros. A pecuária é realizada de forma extensiva e se adapta ao isolamento e às carências econômicas da região. Em relação ao extrativismo, Homma (2015) aponta os limites desta atividade, pois a oferta só é capaz de abastecer pequenos mercados. Conforme a demanda aumenta, os agricultores são estimulados a realizar plantações e com isso acontece o colapso dessa atividade. O ciclo produtivo do extrativismo é composto pela fase da expansão, em seguida a estabilização e, por fim, o declínio.

A maioria dos agricultores familiares realiza a derrubada e “queima” com preparo do solo para produção. Esta técnica é uma herança dos indígenas, que utilizavam o fogo de forma controlada, devido ao tamanho reduzido de suas áreas de cultivo e respeito ao período de pousio das áreas utilizadas. Atualmente, a realização de “queima” representa riscos ao meio ambiente pelo esgotamento dos recursos naturais e exigência do aumento da produção (ALVES, 2001).

Outra singularidade destacada por Santos (2011) refere-se ao solo da região amazônica, que tem como característica ser pobre em nutrientes, o que pode prejudicar a produção de certos tipos de cultura ao mesmo tempo em que se desenvolve uma vegetação exuberante. Ainda em relação às características do solo, Alves (2001) na Amazônia predominância do solo argiloso, o que impede a mecanização de grandes áreas. Por isso, segundo Homma *et al.* (2014), a pequena produção familiar utiliza o fator trabalho de forma intensiva, devido às dificuldades de mecanização em alguma etapa do processo produtivo, o que limita o aumento da produtividade. Para reverter essa situação, seria necessário desenvolver máquinas adequadas para a região.

Segundo Alves (2001), a região não possui vocação para a monocultura. Para fundamentar sua tese, o autor lembra-se das experiências de implantação de grandes maciços florestais ou imensas áreas de cultivos de grãos ou pastagens após a retirada da floresta, porém os resultados não foram positivos. De acordo com o autor “(...) quando isso ocorre, ou os plantios são prejudicados pela agressiva concorrência com invasoras ou são dizimados por pragas e doenças que ocorrem na região.” (ALVES, 2001, p.5).

Um exemplo da dificuldade de desenvolver a monocultura foi o que aconteceu durante a tentativa de racionalização da seringueira na região. De acordo com Maciel (2003), durante a implantação dos seringais de cultivo ocorreu o desenvolvimento de uma doença denominada “mal-das-folhas”, provocada pelo fungo *Microcyclus uley*. Esta situação resultou na mudança geográfica dos investimentos heveícolas, que foram retirados da região amazônica para outras regiões brasileiras consideradas áreas de escape.

Homma (2015) apresenta a implantação de sistemas agroflorestais como uma resposta a este tipo de problema. Trata-se de um modelo de produção onde diferentes espécies de cultivos perenes são cultivadas na mesma área, sendo um sistema adequado para ocupar áreas degradadas. Nem todas as espécies de plantas apresentam viabilidade econômica ou sustentabilidade no longo prazo: o sucesso de um sistema agroflorestal vai depender da demanda no mercado das plantas componentes.

Além das questões naturais, outros fatores prejudicam o desempenho da agricultura. Os produtores familiares não possuem tradição associativista, como ocorre com os produtores do sul do país, e, com isso, eles perdem os benefícios relacionados ao associativismo como, por exemplo, acesso ao crédito, acesso à assistência técnica, compra de insumos a um melhor preço e venda da produção em melhores condições (CASTRO, 2013).

Sobre a assistência técnica, Castro (2013) explica que atualmente essa atividade é de responsabilidade dos estados. Somente os grandes produtores têm condições de contratar os serviços de assistência técnica oferecidos por empresas privadas. Para que os agricultores familiares possam ter acesso a estes serviços é importante a participação de órgãos de pesquisa, bem como organizações sociais, a fim de elaborar metodologias participativas de assistência técnica, incluindo o conhecimento dos agricultores familiares neste processo.

A questão fundiária sempre foi um entrave para pequenos produtores na Amazônia. Desde o período de colonização existem conflitos entre pequenos e grandes produtores pela posse da terra. Estes embates, além de marcados pela violência, também são responsáveis por uma série de problemas sociais relacionados à expulsão de agricultores do campo (PIRAUX *et al.*, 2015).

No que se refere à industrialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, os governos justificam o baixo nível de investimento em decorrência da pequena escala ou da oferta inconstante. De acordo com Santos (2011), este argumento leva ao surgimento de um círculo vicioso, pois os agricultores não têm interesse em aumentar a escala de produção uma vez que não há garantia de demanda efetiva por seus produtos. A instalação de agroindústrias demonstraria o interesse dos governos em desenvolver o setor.

Outro problema enfrentado pelos agricultores familiares é a redução dos seus lucros devido à intermediação comercial realizadas pelos atravessadores. Bezerra *et al* (2014) realizaram estudo sobre a produção de macaxeira no Projeto de assentamento São Pedro-Acre, no qual constatou-se que o preço do produto era inferior ao custo unitário da produção devido aos atravessadores se apropriarem da margem de comercialização. Os autores propõem o estabelecimento de uma política de preços mínimos para garantir a venda da produção a um preço justo.

Santos (2011) considerou uma alternativa adequada para agricultura familiar da região o investimento na agricultura em terrenos desocupados em zonas urbanas e suburbanas. A produção nestas áreas seria suficiente para abastecer milhares de pessoas com produtos hortifrutigranjeiros, tendo como vantagem competitiva a proximidade com mercados consumidores.

Para aumentar a produtividade da agricultura familiar da Amazônia, são necessários investimentos que alterem a forma de produzir na região. Homma (2015) sugere entre outros elementos a inserção de tecnologias apropriadas, com uso de calcário, fertilizantes e da mecanização agrícola.

Verifica-se que diversos perfis de agricultores familiares habitam a região amazônica que cumprem um papel importante de suprir os mercados locais e reduzir a dependência externa de produtos, contribuindo para a manutenção de preços mais baixos e fornecem alimentos que fazem parte da cultura alimentar dos habitantes da Amazônia.

3.6.1 Agropecuária no Acre e os Aspectos Ambientais

A produção agrícola majoritária no Estado do Acre pode ser classificada como agricultura de subsistência, uma vez que apresenta como características a pequena

propriedade, a pobreza, culturas alimentares, o consumo da produção pelos próprios produtores ou o autoconsumo. Apesar de que a agricultura do Acre apresenta desempenho inferior em comparação à agricultura praticada em outros estados, essa atividade possui importância econômica para o desenvolvimento local (DOMINGUES, 2006).

Outra definição dada por Pereira e Kahil (2010) apresenta a agricultura do Acre como vinculada ao campo não moderno; ou seja, as atividades agrícolas são direcionadas ao próprio território e a produção é realizada com base nos recursos/insumos disponíveis para atender às necessidades locais. As atividades do campo não moderno são intensivas em fator trabalho com pouco emprego do fator capital e não estão inseridas nos grandes canais de distribuição ou de industrialização da produção. A produção de pequeno porte e com emprego de mão-de-obra familiar corresponde a 80% de toda a produção agrícola no Acre (ACRE, 2011).

A mandioca é o principal produto agrícola em termos de quantidade produzida, e o seu subproduto, a farinha de mandioca, contribuiu para melhoria da renda dos pequenos agricultores. O produto é cultivado em todo o estado, mas a região do vale do Juruá apresenta maior volume de produção e possui cerca de três mil casas de farinha em funcionamento. Destaca-se na região o município de Cruzeiro do Sul, pois a farinha produzida neste município é exportada para outros estados da região. O consumo anual de mandioca no Acre chega a 16,6 kg/habitante. No entanto, ocorre com a produção de mandioca e farinha o que acontece também com outras culturas: as dificuldades no escoamento da produção e a estrutura de distribuição com a presença de atravessadores acaba por diminuir a renda do pequeno produtor no campo (PEREIRA e KAHIL, 2010).

Lima Júnior e Silva (2012), no estudo sobre a caracterização do nível de eficiência da agricultura familiar no estado do Acre utilizando o índice de tecnologia agrícola, verificaram um nível muito baixo de tecnologias aplicadas à produção agrícola, concluindo que cerca de 80% dos municípios do Acre ainda possuem dificuldades em atingir a eficiência tecnológica.

Em relação a pecuária desenvolvida no estado, os dados oficiais mostram que o valor adicionado da sua produção no ano de 2010 foi de 317 milhões passando para 522 milhões em 2014, constituindo uma parcela representativa do produto interno bruto. Outro dado que mostra a importância desta atividade é o crescimento do rebanho: entre

os anos 2004 e 2008, o efetivo bovino cresceu 17,6%. Uma preocupação constante diz respeito à pressão que este tipo de produção pode exercer sobre os recursos florestais (ACRE, 2017).

A pecuária de corte no estado do Acre é praticada em substituição à vegetação original de floresta, com o rebanho alimentado essencialmente a pasto graças às condições climáticas favoráveis e ao crescimento das plantas forrageiras na maior parte do ano. Mesmo após o período chuvoso é possível alimentar o rebanho a pasto com maior facilidade do que nas demais regiões pecuárias do país. Esse é um fator decisivo para a competitividade da atividade, já que o pasto representa o alimento mais barato para a alimentação dos ruminantes e, atualmente, há grande demanda do mercado internacional de carne bovina pelo chamado boi verde, criado a pasto (DOMINGUES, 2006).

Graças ao trabalho conjunto dos órgãos públicos agropecuários do estado e à ação dos pecuaristas, o Acre tornou-se zona livre de aftosa, o que valoriza o produto e facilita a exportação. O bom desempenho da pecuária deve-se também aos investimentos, realizados pelos produtores, em melhoramento genético do rebanho acreano.

O Acre é o estado que mais insemina matriz de corte: são 800 cruzamentos do gado de corte com o gado europeu que possui grande vigor híbrido. Ao lado do sistema melhorado com leguminosas e rotação de pastagens é possível obter-se um boi gordo abatido com 22 a 26 meses, quando atinge aproximadamente 17 arrobas, para adultos, e 14 a 15 meses, para novilhas. Esse bom desempenho é atribuído à maior quantidade de chuvas e de pasto verde. Nos sistemas tradicionais (extensivos), o abate só é possível aos três e quatro anos de idade. (DOMINGUES, 2006, p. 53)

Nos últimos anos, o governo estadual criou diversos incentivos para o manejo florestal, o que fez com que hoje o estado se tornasse o estado que apresenta o maior número de planos de manejo florestal comunitário na Amazônia. A gestão destes projetos está dividida entre empresas privadas e o Poder Público. O destino da madeira é o mercado internacional. Um ponto positivo é a possibilidade do uso desses projetos para um controle mais eficaz sobre o desmatamento, ao mesmo tempo em que promove renda para as populações e distingue dentre os processos aplicados quais causam impactos significativos. Por outro lado, mesmo que o plano de manejo estabeleça um período mínimo para a derrubada, esse período não é condizente com o número de anos que a espécie necessita para seu ciclo pleno (IBGE, 2009).

Nos anos 2000, o governo estadual estabeleceu uma política de preservação da biodiversidade do Acre, que ficou consagrada com o termo “florestania” o qual representava o programa de desenvolvimento sustentável com base no uso e preservação dos recursos florestais. Existe um arcabouço legal em nível federal, estadual e municipal, que garantem a manutenção de áreas naturais. A Tabela 01 apresenta o nível de conservação das áreas naturais do estado.

Tabela 01 – Áreas naturais protegidas.

Categorias	Área (ha)	Percentual do Estado (%)
Área Total do Estado	16.412.371	
1. Áreas Naturais Protegidas	7.523.699	45,84
1.1 Unidade de Conservação	5.133.587	31,28
1.1.1 - Unidades de Conservação de Proteção Integral	1.563.769	9,53
Estação Ecológica do Rio Acre	84.387	0,51
Parque Estadual Chandles	695.303	4,24
Parque Nacional da Serra do Divisor	784.079	4,78
1.1.2 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável	3.569.818	21,75
Área de Proteção Ambiental Igarapé São Francisco	30.004	0,18
Área de Proteção Ambiental Lago do Amapá	5.224	0,03
Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra	909	0,01
Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim – Pentecoste	25.751	0,16
Área Seringal Nova Esperança	2.576	0,02
Floresta Estadual do Antimary	45.639	0,28
Floresta Estadual Mogno	143.897	0,88
Floresta Estadual Rio Gregório	216.062	1,32
Floresta Estadual Rio Liberdade	77.303	0,47
Floresta Nacional São Francisco	19.139	0,12
Floresta Nacional Macauã	177.047	1,08
Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	152.575	0,93
Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	320.118	1,95
Reserva Extrativista Alto Juruá	538.492	3,28
Reserva Extrativista Alto Tarauacá	151.199	0,92
Reserva Extrativista Cazumbá – Iracema	733.68	4,47
Reserva Extrativista Chico Mendes	930.203	5,67
1.2 - Terras Indígenas	2.390.112	14,56

Fonte: Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/SEMA. Algumas áreas das unidades de

conservação foram demarcadas e apresentaram alterações nos perímetros, ainda estando em processo de retificação através do decreto de criação.

Mais de sete milhões de hectares do território acreano é destinado às áreas protegidas. Destes, 31,28% são destinados às Unidades de Conservação e mais de 14,56% são para Terras Indígenas. Ressalta-se que esses percentuais referem-se às áreas de vegetação legalmente protegidas, sendo que a área de floresta é bastante superior: de acordo com o Instituto de Mudanças Climáticas, o percentual da área total de vegetação preservada corresponde a 87% do território do Acre (ACRE, 2011).

3.7 Política Pública de Assentamentos Rurais: os Polos Agroflorestais do município de Rio Branco

Conforme Cardia (2010), as relações socioeconômicas do extrativismo no estado do Acre começaram a ser modificadas com advento dos governos militares que apresentavam uma nova proposta para região e que tinham por meta ocupar os “espaços vazios” e integrar a Amazônia ao restante do país a partir da realização de um amplo programa de infraestrutura e de projetos de desenvolvimento econômico nas áreas de agropecuária e de extração madeireira.

A partir deste novo olhar a respeito da região, empresários da região centro-sul receberam incentivos fiscais, para desbravar regiões da Amazônia. Isto, aliado ao baixo preço das terras, impulsionou a vinda destes “paulistas” que tinham como objetivo desenvolver a pecuária e em outros casos adquirir terras para fins de especulação fundiária. Essa expansão do capital sobre a floresta fez com que seringueiros fossem expulsos de suas terras e, quando havia o pagamento pela terra, o valor era simbólico (CARDIA, 2010).

Durante a segunda metade da década de 1970 foram elaboradas as primeiras políticas públicas para dar resposta ao êxodo rural no Acre, com a implantação de assentamentos agrícolas como os Núcleos de Apoio Rural Integrado (NARI) e de Projetos de Assentamento Dirigidos (PADs). O objetivo desses projetos era dar condições de acesso à terra para pequenos produtores, visando fortalecer a produção de alimentos. Porém, a produção nestas áreas foi destinada apenas para subsistência, além

da falta de assistência técnica e serviços sociais básicos, como escolas e atendimento na área da saúde (SOUZA, PINTO, FIÚZA, 2007).

Segundo Souza, Pinto e Fiúza (2007), a agricultura itinerante era predominante nos assentamentos rurais, a preparação das áreas de plantio era feita através da derrubada e “queima”, sendo utilizadas por um período de no máximo três anos. Os resultados destes assentamentos não foram satisfatórios tanto na questão econômica, pois a renda dos agricultores era insuficiente para justificar sua permanência na atividade agrícola, quanto em relação aos problemas ambientais devido ao desmatamento feito para obter novas áreas de cultivo.

Um exemplo de caso de insucesso foi o projeto de assentamento dirigido Pedro Peixoto: diante da falta de infraestrutura os seringueiros assentados tomaram a decisão de “arriscar na cidade”. Eles souberam de uma área de terra, próximo ao rio Acre, que poderia ser invadida sem dificuldades (atualmente é a área do bairro Cidade Nova). Ao chegarem na cidade, o novo contexto era totalmente diferente da realidade dos seringais em termos sociais e culturais. Os trabalhadores sem estudo não encontraram espaço no mercado de trabalho, formal e informal, realizando apenas trabalhos esporádicos (CARDIA, 2010). Diante destes problemas, foi necessário propor um novo modelo de assentamento viável economicamente e com sustentabilidade ambiental.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o município de Rio Branco recebeu um grande contingente populacional: mais de 50% da população do estado passou a viver na capital e, como consequência, ocorreu a formação de muitos bairros carentes de serviços públicos essenciais. Tendo em vista as características da população migratória, a prefeitura municipal de Rio Branco criou, em 1993, um programa de reforma agrária denominado “Polos Agroflorestais”, cujo objetivo era dar oportunidade de retorno ao campo para famílias de ex seringueiros e ex agricultores, visando o desenvolvimento da agricultura no sistema agroflorestal (VAZ, 2002).

Pereira (2009) define o sistema agroflorestal como uma produção consorciada entre espécies exploradas comercialmente e espécies florestais. De acordo com Souza (2008), nos polos agroflorestais busca-se a associação entre espécies lenhosas (árvores, arbustos, palmeiras), cultivos de lavoura branca (arroz, feijão, mandioca e milho), além da produção de frutas e criações de animais de pequeno e médio porte. Uma das principais vantagens da diversificação produtiva é a geração de renda durante todo o

ano. Este modelo de produção pode ser uma alternativa de uso sustentado do ecossistema tropical úmido.

De acordo com Vaz (2002) a maior parte dos produtores assentados nos polos é oriunda de outros municípios do estado que migraram para Rio Branco após a falência da economia extrativista. O processo de seleção das famílias é realizado pelo governo com a participação de sindicatos e organizações não governamentais. A habilidade ou conhecimento com o trabalho agrícola das famílias que ocupavam áreas de risco, como as encostas dos rios era um dos critérios para selecionar os futuros assentados. Para escolha das famílias, é importante que elas sejam formadas por, pelo menos, dois filhos para ajudar as atividades produtivas diárias.

Foram definidos também critérios de exclusão, como não ter vínculo empregatício, não ter débitos fiscais, não exercer atividades comerciais e não participar de programas de reforma agrária. A divulgação do processo de seleção foi realizado em parceria com entidades ligadas aos trabalhadores rurais. Após a apresentação dos candidatos um órgão colegiado foi formado para definir uma classificação com base nos critérios elaborados pela prefeitura (FRANKE, 2005).

As famílias assentadas receberam lotes com tamanho entre três e nove hectares (PAULA; SILVA, 2008). Sobre a situação fundiária, os polos diferenciam-se dos modelos de assentamentos tradicionais, pois se valoriza o uso da terra. Assim, inicialmente a terra pertence ao município e as famílias recebem concessão de uso para desenvolverem atividades agrícolas (VAZ, 2002).

Franke (2005) ressalta a relação positiva entre o custo-benefício desta política pública, uma vez que o custo para implantação girava em torno de doze mil reais por família⁴, valor considerado baixo diante do alcance social e econômico. Na etapa posterior de consolidação dos polos, a gestão local procurou reverter a realidade das regiões longínquas da Amazônia, criando a infraestrutura necessária para permanência das famílias, principalmente na construção de pontes e estradas vicinais.

Maluf (1999) destacou a importância da experiência dos polos agroflorestais de Rio Branco, dado que pela primeira vez uma administração municipal desenvolveu um programa de reforma agrária a partir de uma decisão política local. Para isso, a gestão realizou a desapropriação de terras, alegando a utilidade pública da ação como, por

⁴ Valor que envolve, em maior intensidade, a compra da terra, construção de residência e outras construções, mecanização inicial da área e energia elétrica (FRANKE, 2005).

exemplo, com a ampliação da oferta de alimentos. Neste sentido, o autor definiu os polos agroflorestais como uma experiência que contribuiu para o fortalecimento da segurança alimentar. A proposta era proporcionar acesso à terra para que as famílias tivessem a oportunidade de alcançar a auto-suficiência alimentar, além da renda familiar entre dois e seis salários mínimos mensais, oriunda da comercialização de excedentes.

De acordo com Oliveira (2014), logo após a implantação do primeiro polo ficou evidente a melhoria da qualidade de vida das famílias que foram beneficiadas. Porquanto passaram a residir fora da cidade, afastadas de áreas de riscos além de aumentar e diversificar a produção de alimentos para o autoconsumo e comercialização do excedente. O projeto estava contribuindo para combater a miséria e a fome de forma afirmativa e contrária às alternativas populistas e alienadoras, como são as variadas formas de assistencialismo.

Maciel *et al.* (2018) destacam que a localização dos Polos Agroflorestais é uma vantagem em comparação aos assentamentos tradicionais. A maior proximidade com o mercado facilita o escoamento da produção, a comercialização, e o acesso a insumos e materiais e, além disso, a infraestrutura é mais adequada para o desenvolvimento das famílias pois existe a disponibilidade de transporte público em alguns polos, bem como a disponibilização de energia elétrica em todas as áreas.

Na visão de Souza, Pinto e Fiúza (2013), o programa dos Polos Agroflorestais em Rio Branco foi idealizado para abranger as três dimensões do desenvolvimento sustentável. No aspecto econômico, o projeto teve como objetivo garantir a sustentabilidade por meio da geração de renda e meios de subsistência: a elevação da produção local reduz a dependência do estado de outros centros produtores. A sustentabilidade social está relacionada com alguns serviços sociais básicos, como acesso a moradia. Do ponto de vista ambiental, a conservação dos recursos naturais e a revitalização das áreas degradadas estava presente na proposta da prefeitura, bem como incentivo à diversidade de produção para manter equilíbrio do solo.

O processo de implantação dos polos agroflorestais teve início na década de 1990. A partir deste momento a criação dos demais polos ocorreu de maneira gradativa e, atualmente, existem sete polos agroflorestais instalados dentro do município de Rio Branco. Dentre estes, cinco são geridos pela prefeitura municipal de Rio Branco: Polo Agroflorestal Custódio Freire; Polo Agroflorestal Hélio Pimenta; Polo Agroflorestal

Benfica; Polo Agroflorestal Geraldo Fleming; Polo Agroflorestal Geraldo Mesquita (SOUZA, 2008). O Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro e o Polo Agroflorestal Dom Joaquim são administrados pelo governo estadual.

O processo de implantação dos polos pode ser dividido em dois períodos. Entre 1993 e 1996, os polos funcionavam como projetos pilotos, uma iniciativa exclusiva da prefeitura de Rio Branco. Entre 1998 e 2001, após o período de aprendizagem com as primeiras experiências, o governo do estado decidiu assumir também esta política e levá-la para outros municípios do estado, beneficiando 642 famílias. A expansão dos polos a partir deste período era algo esperado pois, em 1999, Jorge Viana assumiu o cargo de governador e foi durante seu mandato de prefeito de Rio Branco que ocorreu a elaboração da proposta (FRANKE, 2005).

Na visão de Oliveira (2014), a política de descentralização de políticas públicas, seja para o governo estadual ou prefeituras, como é o caso desse Programa de Reforma Agrária, idealizado por técnicos locais, focado na realidade regional e financiado quase que exclusivamente com recursos próprios, facilita a chegada de benefícios a imensas massas de populações excluídas da sociedade.

Para garantir a melhoria na qualidade de vida dos assentados, a gestão pública planejou a escolha das áreas e o processo de implantação dos polos agroflorestais:

Os requisitos básicos para a implantação de um Pólo Agroflorestal são: área próxima ao mercado de consumo; infra-estrutura viária mínima, que possibilite o escoamento da produção e o acesso aos equipamentos sociais indispensáveis, como saúde e educação; disponibilidade de energia; recursos hídricos (rios, açudes, vertentes) e um solo propício para as atividades agrícolas (VAZ, 2002, p. 209).

Ressalta-se que estes requisitos são apresentados nos documentos oficiais do governo referentes ao programa de implantação dos polos. Apesar de ser considerado uma política pública que representa um modelo de produção sustentável, alguns autores apontam problemas identificados nesta política pública.

Em relação à capacidade dos solos, Pereira (2009) indica que a maioria dos assentamentos ocupa antigas áreas de pastagens degradadas, sendo necessária alguma recuperação da fertilidade dos solos. Já Oliveira (2014), muitas áreas de vegetação arbórea, como conjunto de árvores de capoeira e florestas secundárias, são decorrentes do período pós-criação dos polos, representando melhorias como “fruto” das atividades dos assentados.

Paula e Silva (2008) apontaram pontos críticos, como as incertezas da viabilidade econômica dos sistemas agroflorestais e os custos mais elevados para a estrutura da produção hortifrutigranjeira. Sobre a questão fundiária, os autores apontaram a questão da incerteza jurídica em relação à situação da posse dos lotes (concessão de uso ou titulação). As dimensões dos lotes podem ser consideradas pequenas para o desenvolvimento da produção agrícola ao considerar o módulo rural do município segundo o INCRA. No aspecto da organização social exige-se tempo para a formação de uma identidade comunitária e política entre as famílias assentadas.

Maciel *et al.* (2018) constataram a substituição de sistemas agroflorestais por monocultivos, principalmente de culturas perenes e roçados e isto é motivo de preocupação, porque a monocultura prejudica o solo. Ademais, a utilização das áreas de pastagem dobrou em um período de dez anos. Assim, em médio e longo prazos, caso essa situação persista, será um problema para a sustentabilidade ambiental desses polos.

Esta seção apresentou o conceito de segurança alimentar dentro de uma visão ampla e as singularidades da agricultura na Amazônia, bem como as dificuldades que impedem o desenvolvimento do setor. Além disso, foi realizado um resgate histórico dos polos agroflorestais, tendo por base principal a literatura baseada em documentos oficiais. As próximas seções apresentarão dados empíricos que serão confrontados com a proposta inicial dos idealizadores desta política pública.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUANTITATIVA

4.1 Local de estudo de Rio Branco

A população de Rio Branco formou-se principalmente por migrantes nordestinos que vieram trabalhar no extrativismo da borracha. Devido à sua localização privilegiada, o território de Rio Branco, no início do século XX, tornou-se um grande centro comercial que abastecia os seringais de outros municípios do estado. Segundo Leite (2010), esta condição atraiu povos estrangeiros, como os sírios e libaneses, que se estabeleceram em Rio Branco realizando comércio como regatões e mascates e, posteriormente, exercendo atividades que em outras regiões do país foram tradicionalmente dominadas por portugueses, como o caso das padarias e diversas casas comerciais.

Fundada em 1904, a cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre, localiza-se na mesorregião vale do Acre, possui uma área territorial de 8.834,942 km². Tem como limite os municípios de Sena Madureira, Bujari, Plácido de Castro, Senador Guiomard, Capixaba, Porto Acre e Xapuri. A população estimada para o ano de 2018 corresponde a 401.155 pessoas (IBGE, 2017).

Assim como a maioria das cidades da Amazônia, Rio Branco surgiu às margens do rio Acre, que divide a cidade em primeiro distrito, margem esquerda, e segundo distrito, margem direita. É ligado a dois afluentes, o igarapé São Francisco e o Judia. Esta condição hidrográfica aliada com a forma de ocupação desordenada do município de Rio Branco contribuíram para uma série de problemas que surgem em decorrência das enchentes (FRANCA, 2013).

As mudanças no ciclo hidrográfico resultam em enchentes que ocorrem praticamente todos os anos, porém com diferentes intensidades. Segundo Franca (2013), a enchente de 2012 atingiu 28 bairros, o que representa cerca de cento e vinte quatro mil pessoas: “(...) os prejuízos na economia e serviços essenciais foram computados em R\$ 212.757.340,00 (duzentos e doze milhões, setecentos e cinquenta e sete mil e trezentos e quarenta reais).” (FRANCA, 2013, p. 211). Outro tipo de custo que não é computado está relacionado com a manutenção da infraestrutura, principalmente vias urbanas.

Além disso, este desastre natural gera tensões sociais, pois modifica o cotidiano das famílias atingidas e de maneira indireta, de toda população.

Leite (2010) afirma que durante a década de 1970 surgiram as primeiras atividades industriais, destinadas ao consumo interno e baseadas em recursos naturais com destaque para o setor madeireiro, beneficiamento de couro vegetal e olarias.

Conforme o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil de 2015, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Rio Branco foi 0,727, o que situa o município na faixa de desenvolvimento humano alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). O componente que mais contribuiu para o IDHM do município foi a longevidade, com índice de 0,798, seguido da renda, com índice de 0,729 e de educação, com índice de 0,661. Apesar de ser a variável com menor peso no IDHM, entre os anos 2000 e 2010, a educação foi o componente cujo índice mais cresceu em termos absolutos (com crescimento de 0,238). O tabela 02 apresenta a evolução da renda e desigualdade em Rio Branco.

Tabela 02 – Renda Pobreza e Desigualdade no Município de Rio Branco – Acre.

Renda, pobreza, índice de Gini	1991	2000	2010
Renda per capita	437,12	527,43	744,67
% extremamente pobres	13,01	10,59	4,85
% pobres	32,78	27,27	14,38
Índice de Gini	0,60	0,61	0,59

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2015).

Nota-se uma evolução positiva da renda, com crescimento de 70,36% no período de análise. A redução do percentual de extremamente pobres e pobres se refletiu na redução do Índice de Gini. De acordo com Wolffenbüttel (2004) este índice mede o grau de concentração de renda.

Os dados sobre trabalho e rendimento referentes ao ano de 2016 mostram que o salário médio mensal era de 3,1 salários mínimos. Os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa correspondiam a 36,4% da população (IBGE, 2016).

Sobre aspectos relacionados à saúde da população, os dados do IBGE para o ano de 2016, apresentados na página IBGE-CIDADES (2016), apontavam que a taxa de mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos) foi de 15,41%. A cidade apresenta 56,7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 13,8% de domicílios

urbanos em vias públicas com arborização e 20,4% de vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com outras cidades do Brasil, sua posição foi de 1.956, 5.302 e 1.826, respectivamente.

O censo demográfico de 2010 apresentou os seguintes dados relacionados à população residente por religião: optam pela fé Católica Apostólica Romana 133.926 pessoas, pela fé Evangélica 133.632 pessoas e pela fé Espírita 3.309 pessoas.

Conforme dados do censo agropecuário de 2017, apresentados na Tabela 03, em termos de números de estabelecimentos agropecuários, as pastagens representam a principal forma de utilização das terras, com 2.799 estabelecimentos. O crescimento dessas áreas acelerou entre 1996 e 2006, com crescimento de 12% neste período. As áreas de matas ou florestas ultrapassam a quantidade de estabelecimentos destinados à lavoura permanente e temporária, quando consideradas individualmente. Sobre as culturas da lavoura permanente, a produção de bananas é a principal atividade produtiva, com volume de 3.352,869 toneladas de bananas/ano. Já na lavoura temporária, destaca-se a produção de macaxeira, com 12.304,848 toneladas.

Tabela 03 – Utilização das terras no município de Rio Branco.

LAVOURAS	ESTABELECEMENTOS
Permanentes	2.205
Temporárias	2.573
Área para cultivo de flores	51
PASTAGENS	
Plantadas em boas condições	2.799
Plantadas em más condições	516
MATAS OU FLORESTAS	
Naturais	417
Naturais destinadas à preservação permanente ou reserva	2.375
Florestas plantadas	39
SISTEMAS AGROFLORESTAIS	
Área cultivada com espécies florestais também usada para lavouras e pastejo por animais	140

Fonte: Censo Agropecuário 2017 - Resultados preliminares

Em Rio Branco, assim como no restante do estado, a maior parcela dos estabelecimentos agropecuários é destinada à produção familiar. O município possui

uma quantidade significativa de projetos de assentamento. Na Tabela 04, apresenta-se a quantidade de assentamentos do Instituto Nacional de Reforma Agrária.

Tabela 04 – Projetos de Assentamentos no município de Rio Branco, tamanho de área, Capacidade de Assentamento e Famílias Assentadas.

Projetos	Área do Projeto	Capacidade de famílias	Famílias Assentadas
Figueira	25.567,3805	354	353
Vista Alegre	9,471,034	35	35
Carão	11.161,3480	270	265
Benfica	6.827,0000	496	494
Colibri	1.356,0000	48	48
Baixa Verde	4.807,8832	167	162
Boa Água	4.122,8222	151	147
Gal. Moreno Maia	20.684,8374	500	487
Itamaraty	8.736,1382	187	146
Barro Alto	6.018,6895	185	169

Fonte: Adaptado de ACRE, 2011.

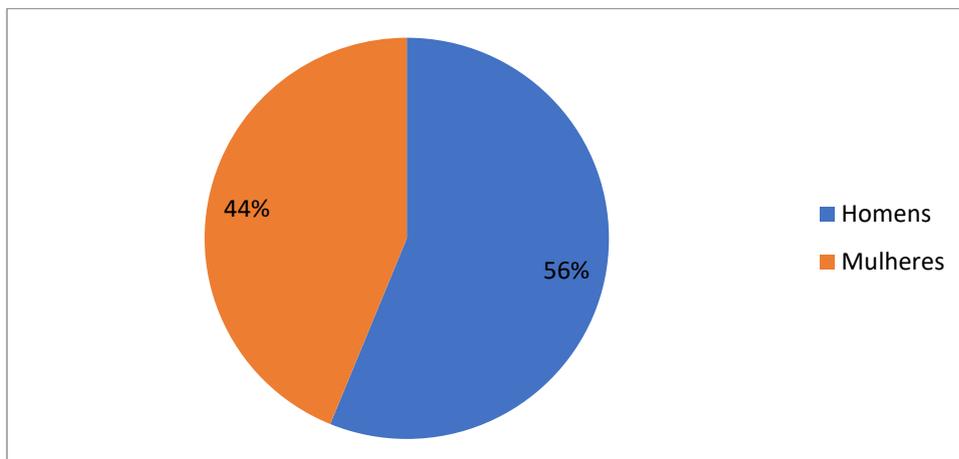
Além dos projetos de assentamento do INCRA, a Prefeitura Municipal de Rio Branco e o Governo do Estado deram sua contribuição para a reforma agrária através de 7 (sete) Polos Agroflorestais, que são: Polo Benfica, Polo Custódio Freire, Polo Dom Joaquim, Polo Geraldo Fleming, Polo Geraldo Mesquita, Polo Hélio Pimenta e Polo Wilson Pinheiro.

4.2 Características Socioeconômicas dos Moradores dos Polos Agroflorestais

4.2.1 Características Sociodemográficas

Esta seção apresenta os resultados obtidos após pesquisa de campo em propriedades rurais dos polos agroflorestais do município de Rio Branco. As variáveis simples estão relacionadas às características socioeconômicas e de segurança alimentar dos agricultores familiares. Estas variáveis podem interferir no desempenho econômico da propriedade ou no nível de bem estar dos produtores. O sexo dos entrevistados é a característica demográfica apresentada na Figura 03.

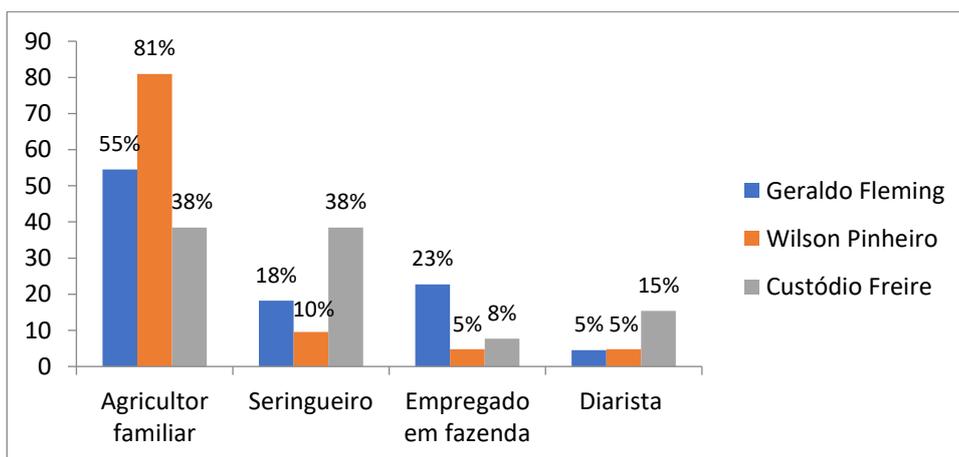
Figura 03 – Sexo dos entrevistados, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Percebe-se que a quantidade de homens entrevistados supera ligeiramente o percentual de mulheres. Todos os entrevistados apresentaram-se como chefes da família e também trabalhavam na lavoura. Alguns produtores pararam suas atividades para nos atender, outros responderam ao formulário enquanto estavam trabalhando na horta. Cabe informar que durante as visitas, em determinados casos, apesar de estar presente o chefe da família, eles preferiram não participarem da pesquisa, pois os seus cônjuges eram os responsáveis pela produção e não estavam presentes no lote.

Figura 04 – Atividades desenvolvidas no meio rural antes da mudança para os polos agroflorestais, em percentual.



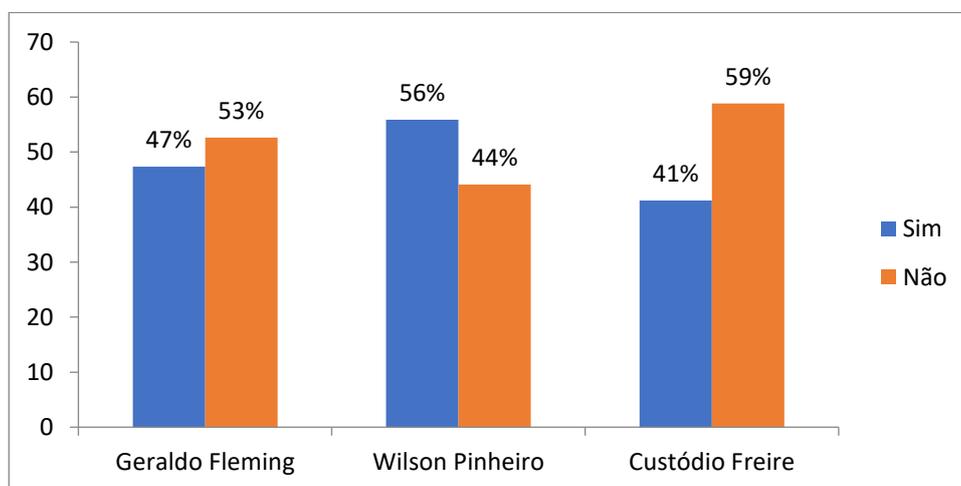
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Verifica-se que a maioria dos entrevistados trabalharam no meio rural antes de serem contemplados com lotes nos polos agroflorestais. Cabe destacar que a categoria

agricultor familiar contempla aqueles que trabalhavam na propriedade dos seus pais e também aqueles que tinham a posse de terra e exerciam a agricultura como “agricultor proprietário”. A atividade de seringueiro é a segunda atividade que aparece com maior frequência. Estes produtores em sua maioria vieram de outros municípios do estado, uma vez que em Rio Branco existiam poucos seringais. Conforme mencionado no capítulo anterior, os seringueiros dedicavam-se quase que exclusivamente a extração do látex pois muitos seringalistas proibiam o desenvolvimento de roçados. Por isso, muitos destes produtores não possuíam experiência na produção agrícola.

Em relação à atividade de empregado em fazenda, o polo Geraldo Fleming apresentou uma porcentagem numericamente maior de residentes, superior ao dobro dos demais polos. Importante observar que este tipo de trabalho era desenvolvido de maneira informal, ou seja, os empregadores não realizavam registro em carteira de trabalho. Poucos foram os entrevistados que trabalharam como diaristas, antes de serem assentados. A Figura 05 apresenta respostas sobre o trabalho fora do meio rural.

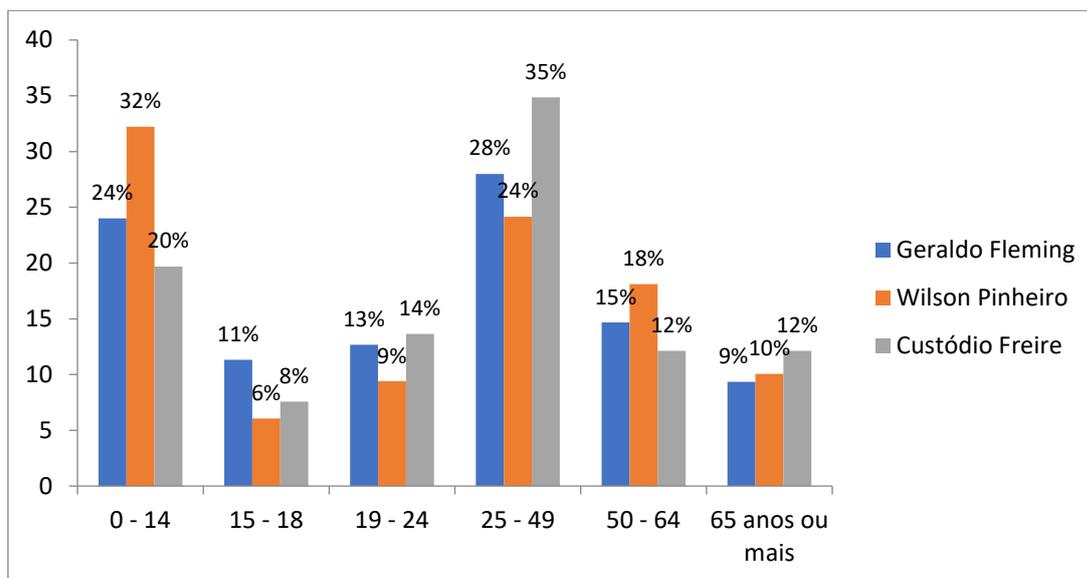
Figura 05 – Entrevistados que já trabalharam fora do meio rural, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Nota-se que apenas o polo Wilson Pinheiro apresentou uma porcentagem de produtores que já trabalharam fora do meio rural, superior a daqueles que nunca trabalharam em atividades urbanas. Os trabalhos na construção civil e no comércio foram citados com maior frequência. A Figura 06 apresenta a faixa etária dos moradores dos polos.

Figura 06 – Faixa etária dos moradores dos polos agroflorestais de Rio Branco, em percentual.



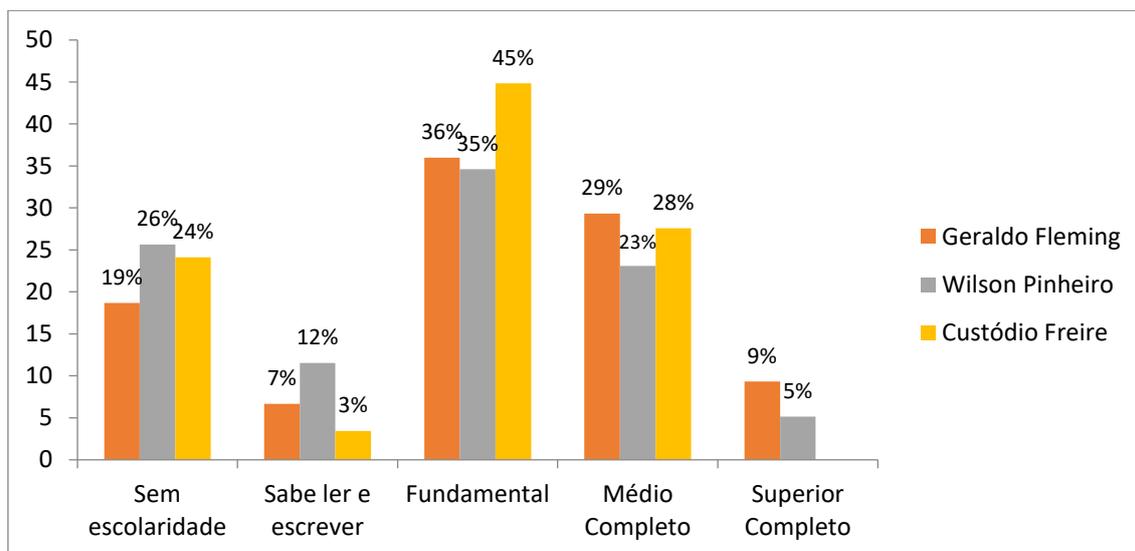
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

É possível verificar semelhanças na estrutura etária dos moradores dos polos. Nos três polos, a faixa etária entre 15 e 18 anos é a que apresenta menor parcela da população. As faixas etárias de 0 a 14 anos e mais de 65 anos representam a parcela da população que não está na idade economicamente ativa, sendo que o somatório das duas faixas apresentaram o seguinte percentual por polo: Geraldo Fleming, 33,33%; Wilson Pinheiro, 42,28%; e Custódio Freire 31,82%.

Essa população dependente reduz a disponibilidade de mão de obra para atividades rurais, o que pode prejudicar o desempenho da unidade produtiva, tendo em vista que os agricultores não contratam trabalhadores fora da unidade familiar. No caso do polo Wilson Pinheiro ao mesmo tempo que possui o maior percentual de crianças, o que reduz a disponibilidade de mão de obra, também foi o polo que apresentou maior quantidade de pessoas nas faixas etárias entre 50 e 64 anos e acima de 65 anos ou mais, isto constitui uma vulnerabilidade do polo, pois pessoas com idade avançada podem apresentar problemas de produtividade do fator trabalho. Alguns agricultores relataram que não possuem boas condições físicas para o trabalho na roça.

No que tange à escolaridade, a Figura 07 apresenta uma análise em conjunto dos polos, tendo em vista que os três polos apresentaram homogeneidade no grupo de moradores que não frequentavam a escola.

Figura 07 – Nível de escolaridade dos moradores dos polos agroflorestais em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

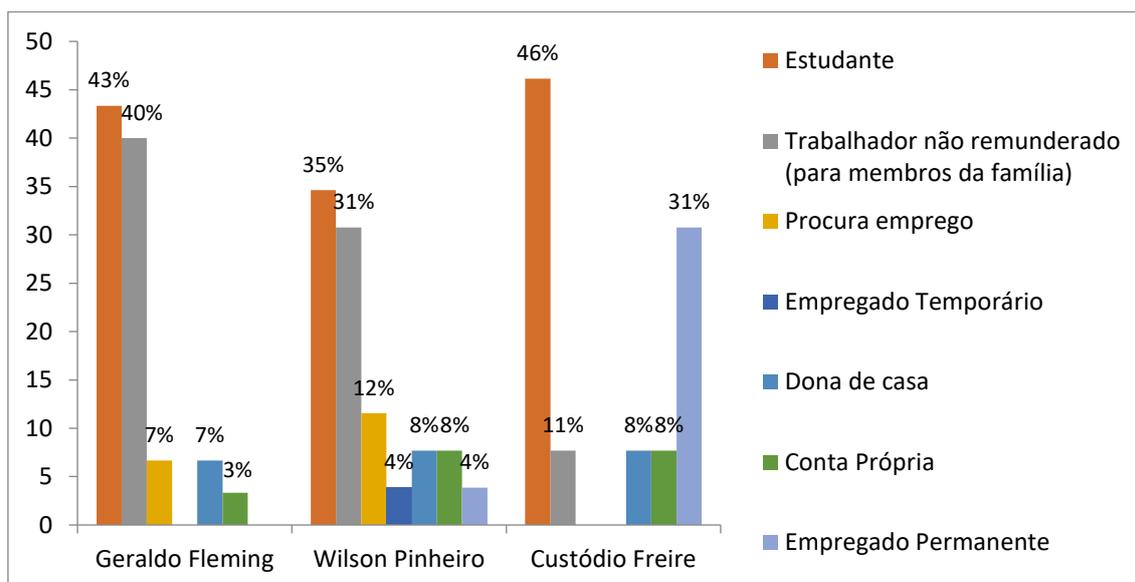
Observa-se, com base nos dados coletados, que os moradores dos polos agroflorestais possuem baixo nível de escolaridade, uma vez que a somatória dos grupos que não têm escolaridade e os que sabem ler e escrever (analfabetos funcionais) supera, por exemplo, aqueles que possuem nível médio. Cabe mencionar que muitos assentados, ex seringueiros, viviam isolados na floresta e sem acesso a nenhum tipo de oferta de ensino.

É importante destacar ainda que ao longo dos anos foram ofertadas, por diversas instituições públicas, capacitações com o objetivo de elevar a produtividade dos trabalhadores. Os dados do ZEAS (2008) revelam que durante pesquisa realizada entre 2005/2006, 69,57% Wilson Pinheiro, Geraldo Fleming 53,57% e Custódio Freire 35,29%, responderam positivamente ao serem questionados sobre a participação de algum membro da família em treinamentos e capacitações, nas suas comunidades. As capacitações ofertadas no polo Wilson Pinheiro tinham como foco a produção rural, já os polos Geraldo Fleming e Custódio Freire tiveram acesso também a cursos direcionados para outras áreas, como informática e culinária. Entre as instituições que ofertaram cursos estão o Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

4.2.1.1 Características Sociodemográficas dos Jovens

Nesta seção são apresentados dados sobre a população jovem dos polos agroflorestais. Justifica-se uma análise deste grupo, pois representam uma importante fonte de mão de obra. Além disso, o futuro dos polos depende do desejo dos jovens permanecerem no campo. A Figura 08 traz dados sobre a ocupação dos jovens assentados.

Figura 08 – Condição de atividade e ocupação, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

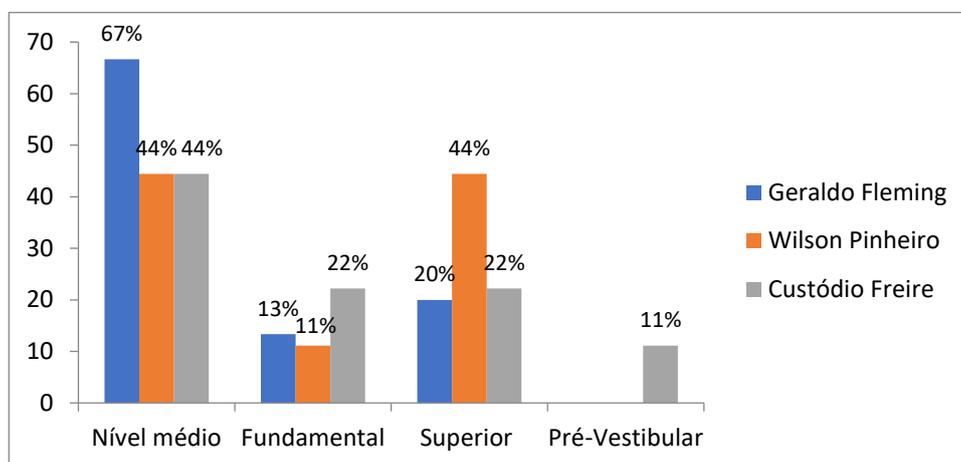
Para esta questão os entrevistados poderiam responder indicando mais de uma opção. Nos três polos analisados, a maioria dos jovens são estudantes, seguido do trabalho não remunerado, que é o trabalho na lavoura da família ou em atividades domésticas não remuneradas. Cabe informar que grande parte dos jovens conciliam estas atividades.

Observa-se que é baixa a porcentagem de jovens que trabalham por conta própria ou como empregado permanente, exceto no caso do polo Custódio Freire. Porém, quando acrescentado à porcentagem daqueles que procuram emprego fora da propriedade rural, traz incertezas em relação a continuidade das atividades desenvolvidas pelo polo.

Destaca-se também o percentual de jovens do polo Custódio Freire que são empregados permanentes. Neste polo verificou-se maior quantidade de divisão de lotes para construção de moradia para os filhos dos assentados. Pelo proximidade com núcleo

urbano, cerca de 20 km do centro de Rio Branco, os moradores têm fácil acesso ao mercado de trabalho urbano.

Figura 09 – Qual nível de ensino está frequentando?



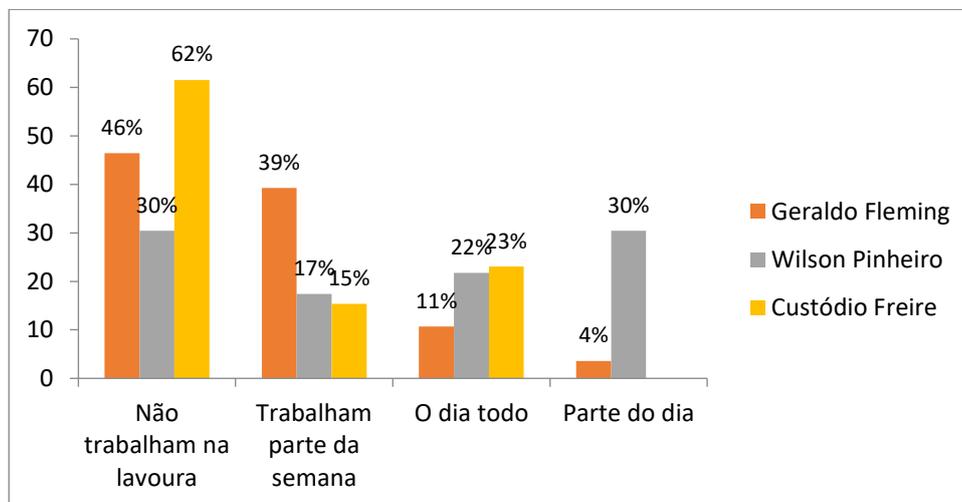
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

É possível verificar que nos polos analisados que a maioria dos jovens frequentam o ensino médio. Neste cenário destaca-se o percentual de jovens do polo Geraldo Fleming que cursam este nível de ensino, o que pode ser explicado pelo fato deste polo apresentar, proporcionalmente, a maior quantidade de jovens na faixa etária de 13 a 18 anos, justamente a idade indicada para o ensino médio.

Outro dado relevante é o elevado percentual de jovens do polo Wilson Pinheiro que frequentam o nível superior. Esta situação reflete a falta de interesse de grande parcela dos jovens em não continuar na produção agrícola (será melhor analisado no próximo capítulo). Isto pode expressar a busca de melhor qualificação para a inserção no mercado de trabalho urbano. Ademais, a proximidade dos polos com o núcleo urbano possibilita acesso ao ensino superior, o que pode ser observado pela elevada porcentagem dos que estudam neste nível de ensino. A rodovia AC 90, que dá acesso ao polo Wilson Pinheiro, fica localizada próximo à rota das principais universidades de Rio Branco, o que facilita o acesso dos estudantes do polo. A existência do transporte público, neste polo, também pode contribuir para a continuidade dos estudos.

Pode-se afirmar que a defasagem de idade-série é baixa, uma vez que apenas um jovem frequentava a modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA. A Figura 10 apresenta o tempo dedicado ao trabalho na lavoura/criação dos jovens assentados.

Figura 10 – Período de tempo dedicado ao trabalho na lavoura/criação.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

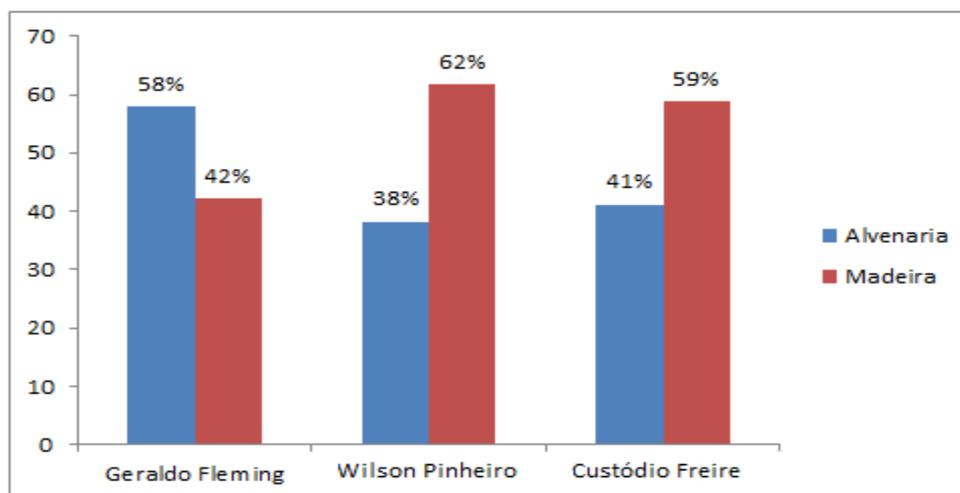
A elevada porcentagem dos jovens que não trabalham na lavoura pode ser explicada pelo percentual de jovens que frequentam a escola (Figura 09). Os jovens que dedicam-se integralmente à lavoura estão em sua maioria na faixa etária de 18 a 24 anos. Os jovens que trabalham parte da semana geralmente colaboram durante os dias de colheita. Verificou-se, durante a pesquisa de campo, que muitos jovens que não frequentam mais a escola, não trabalhavam e não ajudavam no trabalho agrícola. Esta situação, além de impedir uma maior renda familiar, bem como gera dúvidas em relação à continuidade das atividades produtivas desenvolvida nos polos.

4.2.2 Informações Gerais dos Domicílios

Um dos objetivos estabelecidos durante a implantação dos polos agroflorestais era garantir moradia para famílias de produtores que viviam em áreas de riscos sem nenhum tipo de infraestrutura e saneamento. Sabe-se que as condições de habitação interferem no nível de qualidade de vida. Quando questionados sobre a origem da água utilizada no domicílio, 68,54% dos produtores responderam que utilizam açude, 21,35% poço, 6,74% caminhão pipa, 2,25% vertente e chuva 1,12%. Cinco entrevistados do Polo Geraldo Fleming informaram que também compram água mineral para beber.

Sobre o destino do esgoto sanitário, em 75,25% dos domicílios existe fossa séptica, 22,47% utilizam fossa rudimentar e 2,25% não possuem nenhum tipo de rede coletora de esgoto. Para verificar as condições dos imóveis, o formulário aplicado apresentou uma pergunta sobre o material predominante nas paredes externas das casas.

Figura 11 – Material predominante nas paredes externas dos domicílios dos polos agroflorestais de Rio Branco, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O tipo de material utilizado interfere na qualidade do imóvel, pois construções em alvenaria possuem uma maior durabilidade elevando o tempo de vida útil do bem e dão conforto em relação a intempéries. Percebe-se que o Polo Geraldo Fleming foi o único que apresentou uma quantidade superior de construções em alvenaria em relação a de madeira. Os polos Wilson Pinheiro e Custódio Freire apresentam resultados bastante próximos de moradias construídas em madeira, sendo 61,76% e 58,72%, respectivamente. Observou-se durante a pesquisa de campo que o Polo Wilson Pinheiro apresenta casas com estrutura em más condições, sendo esta situação mais recorrente nas casas onde viviam os agregados no momento da coleta dos dados.

Outra proposta definida pelos gestores públicos que elaboraram o programa dos polos agroflorestais era promover assentamentos sustentáveis do ponto de vista ambiental. Para isso, a agricultura deveria ser desenvolvida em antigas áreas degradadas e dentro do sistema agroflorestal, modelo de produção no qual a floresta é mantida na mesma área de cultivo. No entanto, outras variáveis ambientais podem ser incluídas na análise para verificar se a sustentabilidade ambiental está sendo alcançada.

Tabela 05 – Destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade, em valores absolutos.

Polo	Coletado pela prefeitura	Queimado e/ou enterrado	Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à	Jogado no córrego, rio, lago ou mar
Geraldo Fleming	5	31	1	1
Wilson Pinheiro	34	0	0	0
Custódio Freire	17	0	0	0

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Prefeitura Municipal de Rio Branco oferece o serviço de coleta de lixo nos polos Wilson Pinheiro e Custódio Freire. Já o polo Geraldo Fleming não possui este serviço, provavelmente em virtude da falta de pavimentação asfáltica nos ramais. Com isto, os produtores não fazem a destinação correta dos resíduos, conforme o que consta na tabela 05 a maioria realiza queima, contribuindo para poluição do ar. Cabe ressaltar que, de acordo com um dos entrevistados, o lixo da sua propriedade é coletado pela prefeitura, porque ele deixa “lá na frente” (sic), ou seja, na rodovia AC 10, onde existe a coleta.

4.2.3 Condições de Saúde

Um fator que pode contribuir para a redução da produtividade do trabalhador é o acometimento de doenças de difícil tratamento. O quadro a seguir apresenta os casos de doenças crônicas relatadas pelos produtores entrevistados.

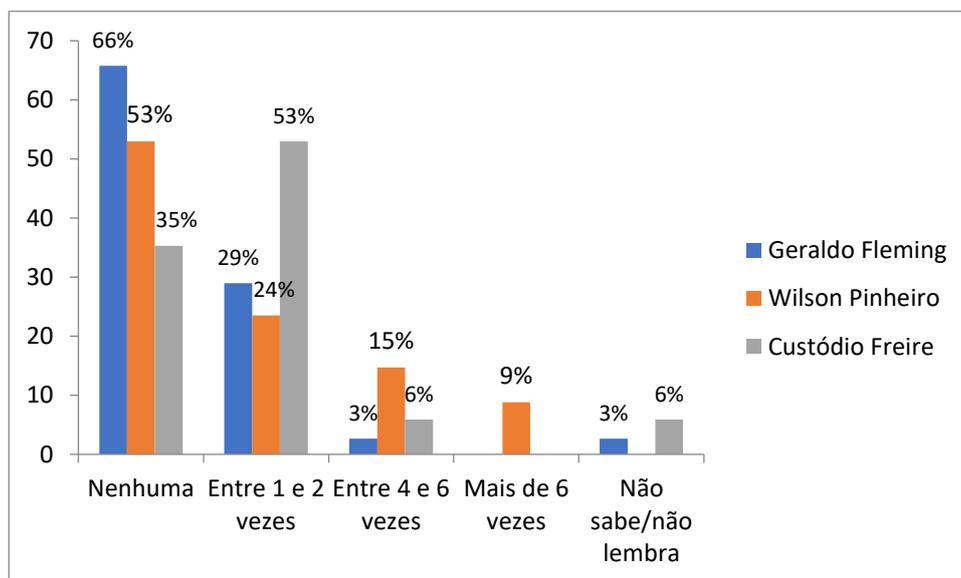
Quadro 3 - Problemas crônicos de saúde que acometem os membros das famílias dos polos Geraldo Fleming, Wilson Pinheiro e Custódio Freire.

Doença	Frequência
Diabetes	11
Hipertensão	9
Asma	1
Artrite	1
Cardiopatia	2
Remaustismo	1
Renite Alérgica	1
Osteoporose	1
Fibromealgia	1
Coluna	1

Fonte: Pesquisa de campo 2019.

Verifica-se que a diabetes e a hipertensão aparecem com frequência bastante superior comparando com as demais doenças. Estas doenças possuem algumas causas em comum como, por exemplo, a má alimentação ou o consumo de alimentos industrializados ricos em sódio e açúcares. Nota-se a incidência de algumas doenças que acometem as articulações (artrite, osteoporose, reumatismo) que podem prejudicar ainda mais a atividade na lavoura. Ao mesmo tempo, chama a atenção o fato de ser mencionado apenas um caso de problema na coluna, tendo em vista que o trabalho no campo exige muito esforço muscular. A Figura 12 informa sobre os serviços de agente de saúde nos polos.

Figura 12 – Quantidade de vezes ao ano que recebe visita de agente de saúde, em percentual.



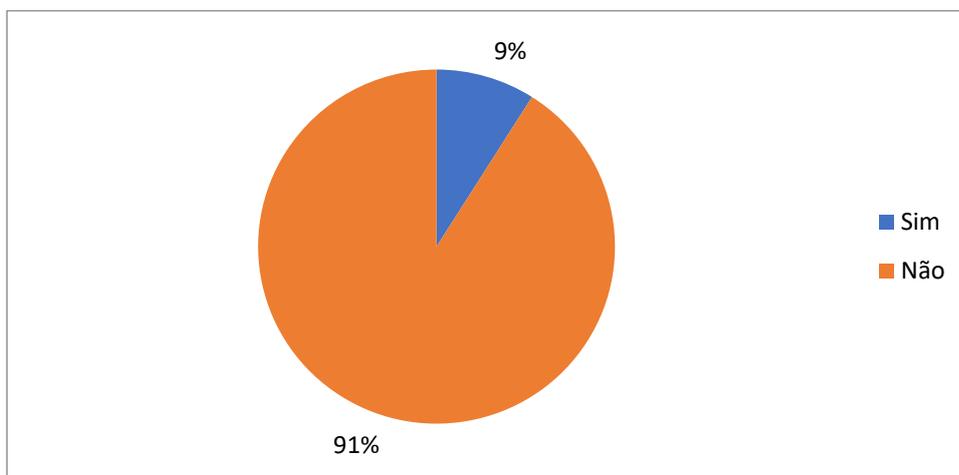
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os polos agroflorestais não possuem unidades básicas de saúde. Em virtude disto, o trabalho dos agentes de saúde é primordial para acompanhamento da saúde dos assentados, sem a necessidade de deslocamento dos assentados até a área urbana. Porém, verifica-se que mais da metade dos produtores informaram que não receberam visitas dos agentes de saúde no último ano. De acordo com um entrevistado do polo Geraldo Fleming, “a agente de saúde do polo ficou de licença maternidade e nunca mais teve visita”, o que demonstra falta de planejamento e atenção da prefeitura na oferta de

serviços de saúde nos polos. Um produtor disse do polo Wilson Pinheiro disse que a comunidade reivindica a construção de um módulo de saúde (Entrevista 24).

Outra variável que pode influenciar na disponibilidade de mão de obra é a presença de membros da família com algum tipo de deficiência física ou mental. Os dados da pesquisa mostram que o percentual de moradores do polos nesta condição é bastante baixo, conforme dados da Figura 13.

Figura 13 – Membros da família com deficiência física ou mental, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A maioria dos entrevistados informou não ter nenhum tipo de despesa com saúde. Os dados das famílias que tiveram gastos com saúde no último ano apresentam-se da seguinte forma: o polo Custódio Freire apresentou o maior gasto médio, R\$ 379,29, em seguida o polo Wilson Pinheiro, R\$ 148,88 e por fim o polo Geraldo Fleming com despesa médio de 129,06.

4.2.4 Canais de Comercialização e Dificuldades Relacionadas à Produção

No que tange à participação em redes, é possível notar que os agricultores familiares participam de poucas organizações sociais. Das dezoito opções de tipo de organização e grupo, que constavam no formulário foram mencionadas participações em apenas três tipos de organizações: associações, igrejas e cooperativas. A partir dos diálogos, foi possível perceber que, apesar da maioria dos assentados participarem da associação do seu polo, poucos são os que realmente participam de maneira efetiva.

Além disso, é importante destacar que, para participar dos programas de compras institucionais, é necessário ser membro da associação, o que pode contribuir para maior participação dos produtores neste tipo de organização. Sobre a participação em organizações religiosas, os membros das igrejas evangélicas apresentam um número ligeiramente superior em comparação aos católicos. Por fim, a fraca vocação para o cooperativismo é evidenciada com a participação de apenas três entrevistados em cooperativas.

De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, pode-se afirmar que os agricultores familiares dos polos agroflorestais analisados utilizam diversos canais de comercialização para levar seus produtos ao mercado consumidor, conforme demonstra a tabela 06 a seguir.

Tabela 06 – Canais de comercialização utilizados pelos agricultores familiares dos polos agroflorestais, em percentual.

Canais de Comercialização	Geraldo Fleming	Wilson Pinheiro	Custódio Freire
Programas governamentais	55,26	38,24	70,59
Venda direta ao consumidor	57,89	52,94	23,53
Venda para o comércio local e centrais urbanas de abastecimento (feiras)	50,00	52,94	58,82
Venda para atravessador	39,47	29,41	41,18
Venda para cooperativas	2,63	0,00	0,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os produtores poderiam indicar mais de uma opção como resposta para esta questão, indicando todos os canais utilizados para comercializar seus produtos. Embora exista diversificação nos canais de comercialização, a venda através de atravessadores reduz a renda agrícola, pois estes comerciantes ficam com boa parte dos lucros dos agricultores. O polo Custódio Freire apresentou maior percentual de vendas para atravessadores e este fato surpreende devido à proximidade e facilidade de acesso ao mercado consumidor, o que, em tese, não justificaria a presença de atravessadores.

Sobre a venda para o comércio local, a venda direta ao consumidor e a venda para o comércio local e central de abastecimento (feiras) representam os principais canais de comercialização para os agricultores do polo Wilson Pinheiro e a Central Estadual de Abastecimento - CEASA de Rio Branco, o principal ponto de venda.

Já os agricultores do Geraldo Fleming comercializam nas feiras de bairros da cidade, enquanto os produtores do Custódio Freire, além da venda nos bairros, também

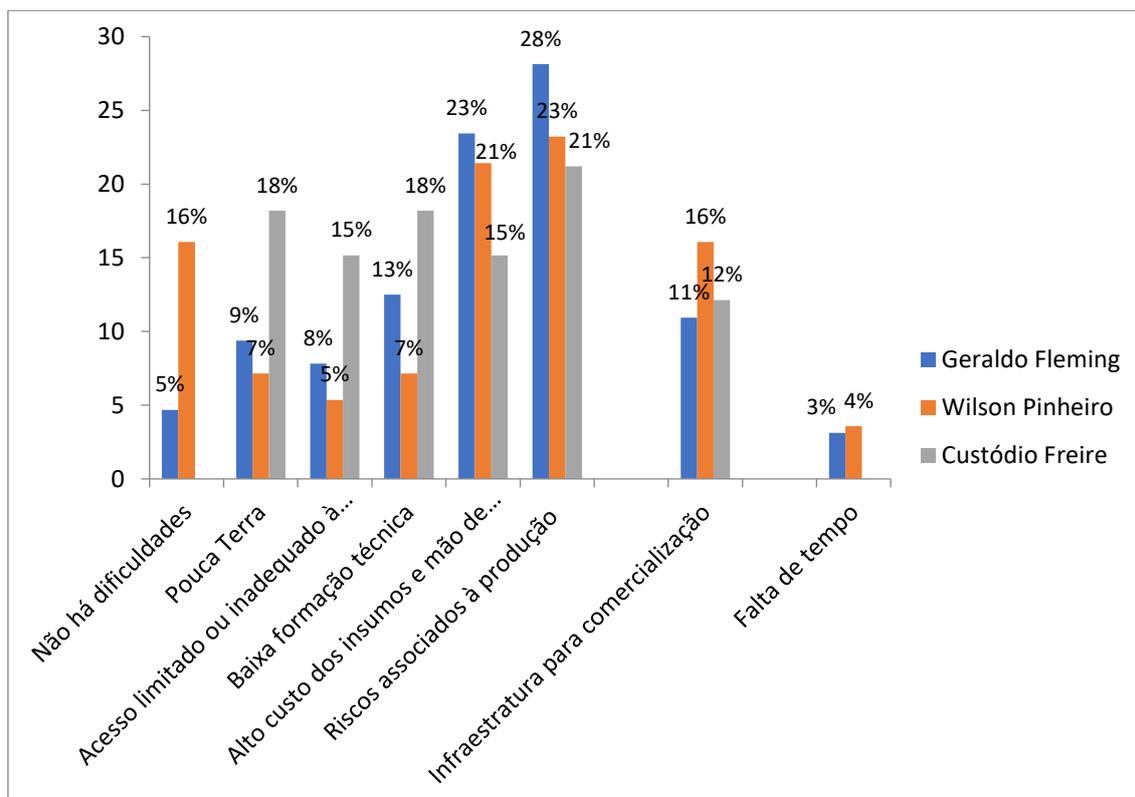
vendem nos mercados municipais. Nos três polos os entrevistados informaram que a prefeitura disponibiliza caminhão para transporte dos produtos até o local de venda, cabendo aos produtores o abastecimento do veículo. Alguns produtores reclamaram da obrigação imposta a eles de pagar o combustível e a montagem das barracas.

Os agricultores do Geraldo Fleming são prejudicados devido à falta de pavimentação dos ramais, o transporte da prefeitura fica disponível na rodovia AC 10, cabendo aos agricultores transportar os produtos até o local de embarque. Alguns desses produtores possuem veículo e realizam o transporte dos produtos por conta própria e outros, mesmo sem transporte próprio, não utilizam o veículo da prefeitura.

Ressalta-se que a maior parte dos entrevistados acessa mais de um canal comercial, mas alguns produtores realizam suas vendas através de um único canal: por exemplo, alguns produtores realizam venda apenas para os programas governamentais. Novamente, o fraco nível de cooperativismo é comprovado através das vendas insignificantes para cooperativas.

Para o desenvolvimento da agricultura familiar os assentados precisam superar diversos obstáculos. Alguns destes problemas são inerentes a atividade agrícola, outros poderiam ser superados com implantação de programas governamentais. A Figura 14, ilustra as principais dificuldades dos assentados relacionados ao trabalho na lavoura e da criação de animais.

Figura 14 – Dificuldades na agricultura e/ou criação de animais, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Destaca-se a elevada porcentagem de produtores que indicou os riscos associados à produção como a principal dificuldade para agricultura e criação de animais. Estes riscos estão relacionados com questões climáticas e naturais, por exemplo, secas e enchentes, bem como a possibilidade de ataques de pragas nas lavouras. Apesar de 10% dos entrevistados apontarem a pouca quantidade de terras como principal dificuldade, este problema é agravado diante da divisão do lote entre os filhos adultos dos beneficiários. As demais dificuldades poderiam ser amenizadas através da ampliação de programas governamentais para oferta de cursos de qualificação técnica, também com investimentos na manutenção dos ramais.

4.2.5 Acesso às Políticas Públicas

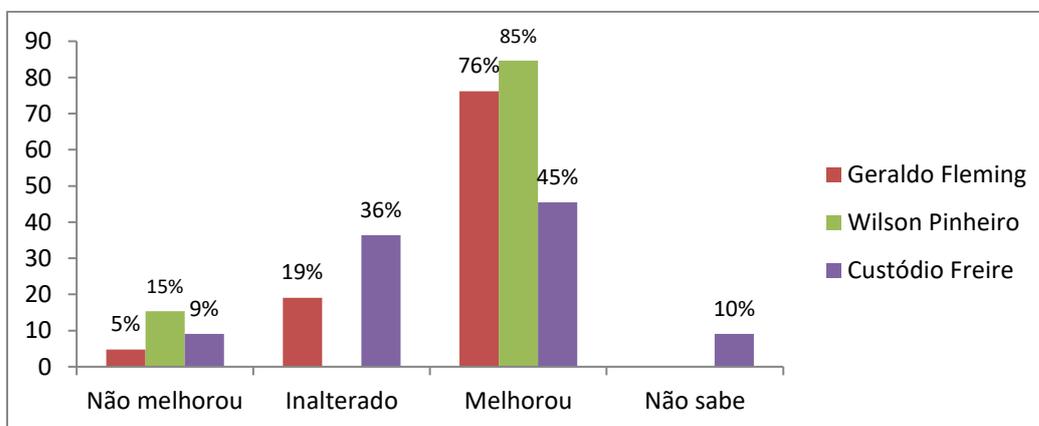
Segundo Belik e Souza (2010) o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos são instrumentos capazes de desenvolver a produção local e promover a segurança alimentar e nutricional. O

Programa de Nacional de Alimentação Escolar no Brasil consiste no processo na compra de alimentos por parte dos governos locais cujo destino são as escolas públicas. O programa existe desde 1950, mas somente em 1979 alcançou abrangência nacional. Em 1994, aconteceu a descentralização e a priorização da produção local para reduzir os custos.

Os referidos autores mencionam que o programa de aquisição de alimentos foi criado na estrutura do programa fome zero. Lançado em 2003, o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos sofreu alterações ao longo dos anos, porém os critérios básicos são os mesmos, como a compra sem licitação de produtos provenientes da agricultura familiar e a destinação para a merenda escolar, bem como para doação a instituições de assistência social.

Durante a pesquisa de campo, buscou-se identificar quais os resultados econômicos e mudanças na produção surgiram após a participação dos agricultores nos programas PAA e PNAE. As Figuras 15, 16, e 17 apresentam a visão dos produtores sobre este tema.

Figura 15 – Melhoria do desempenho econômico após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

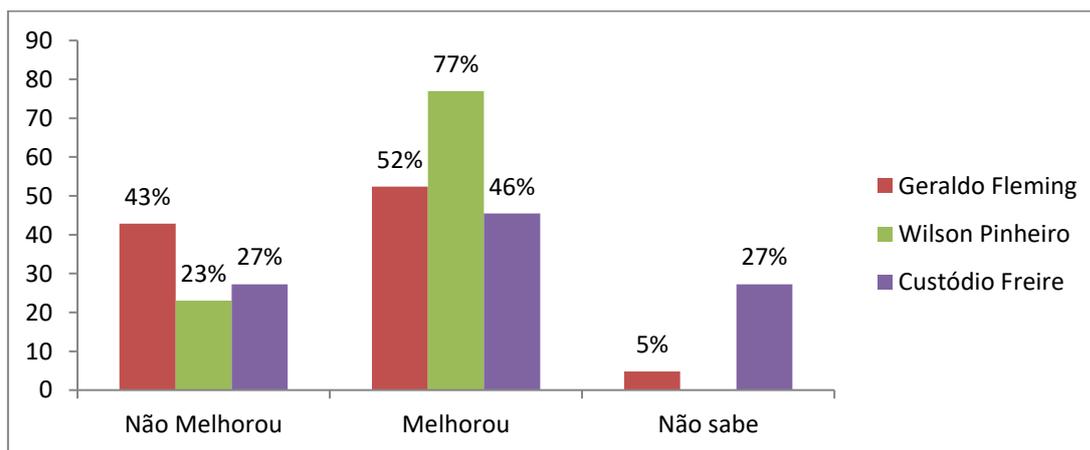
Nos polos analisados, os produtores possuem uma percepção positiva em relação ao desempenho econômico da sua propriedade após a participação nos programas destinados à agricultura familiar. A posição dos agricultores do polo Wilson Pinheiro pode ser explicada devido ao maior número de agricultores que vendem apenas para programas governamentais: a venda para o PAA é, portanto, essencial para geração de

renda agrícola. Neste polo, 11,76% dos produtores vendem somente para programas governamentais.

Os produtores informaram que no PAA o limite de compras por produtor é de R\$ 2.500,00. Este valor compreende a modalidade de compra com doação simultânea. Quando questionados sobre como eles avaliavam a participação no PAA, muitos agricultores responderam de forma breve com expressões “é ótimo” “muito bom”. Um agricultor entrevistado no polo Custódio Freire disse que antes de aderir ao programa sua casa era de madeira. Com o aumento da renda, construiu uma casa de alvenaria (Entrevista 15). Essas declarações demonstram que os programas estão contribuindo para melhorar a renda dos agricultores.

As principais avaliações negativas estão relacionadas com o valor das vendas. Um agricultor informou que “no começo a verba era maior” (Entrevista, 14). Outro produtor fez a seguinte declaração” muito pouco o valor, não é rentável para mim” (Entrevista 16). Os produtores não souberam informar o motivo dessa redução, uma vez que os gestores do programa não explicaram o motivo da redução dos valores pagos. Também foram feitas algumas reclamações relacionadas ao processo de seleção, o processo de seleção não está claro para os assentados. Muitos produtores informaram que em alguns anos não foram contemplados pelo programa.

Figura 16 – Aumento da variedade da produção após a participação nos programas governamentais para agricultura familiar, em percentual.



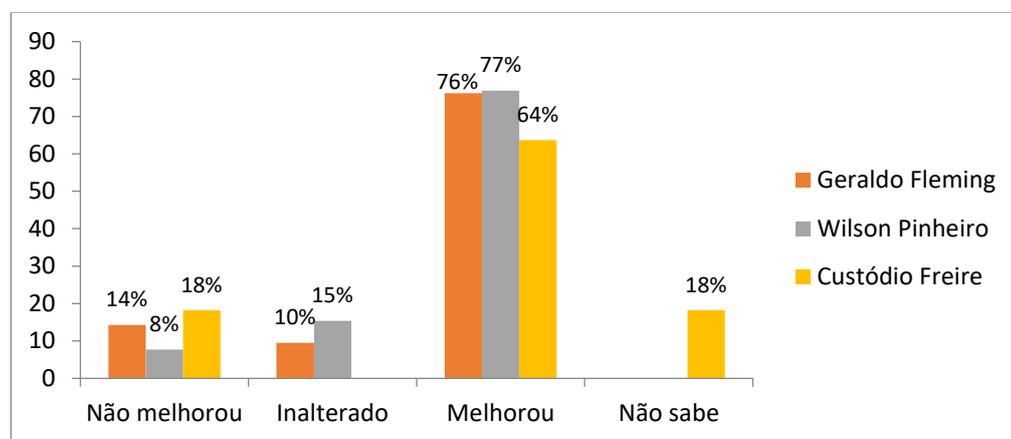
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

No que diz respeito à contribuição dos programas para a diversificação produtiva, a maior parte dos produtores concorda que os programas governamentais

contribuíram para diversificação na produção de alimentos, uma vez que as compras contemplam diversos grupos de alimentos.

Destaca-se o percentual elevado dos produtores dos polos Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro que declararam aumento da produção após a participação no programa de compras governamentais. Estes polos apresentam vantagens devido sua dedicação para produção de frutas e macaxeira que são produtos bastante demandados nestes programas.

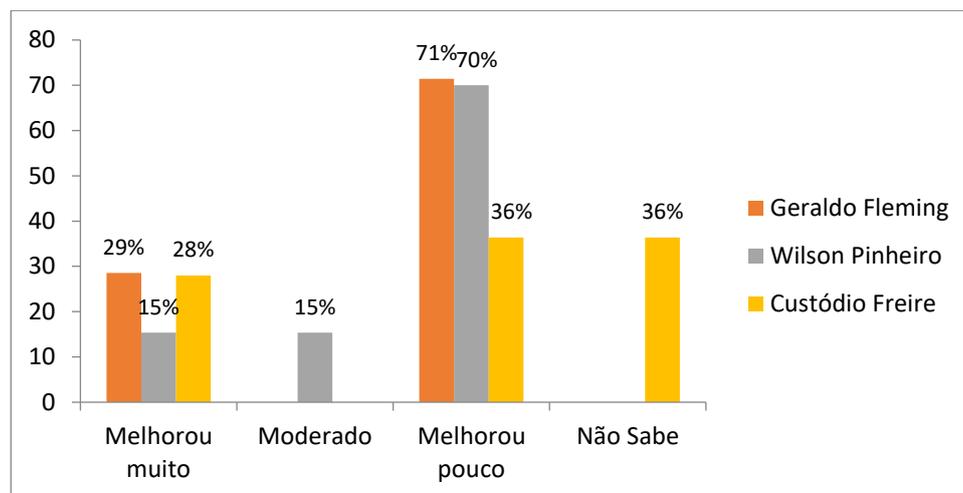
Figura 17 – A participação no PAA ou PNAE melhorou o planejamento da produção?



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Apesar de não ter calendário fixo, a venda de alimentos para o PAA e PNAE acontece no primeiro semestre do ano, geralmente no início do verão amazônico. Com base nesta informação, os produtores organizam sua produção e esperam o lançamento dos programas para receberem o cronograma de entrega. Alguns produtores reclamaram das mudanças nos critérios de unidade estabelecidos para entrega dos produtos “agora tem que ser por kilo a entrega da alface e não mais por maço” (Entrevista, 88). Eles acreditam que esta forma acarreta prejuízos financeiros.

Figura 18 – A participação no PAA ou PNAE melhorou a busca de novas tecnologias?



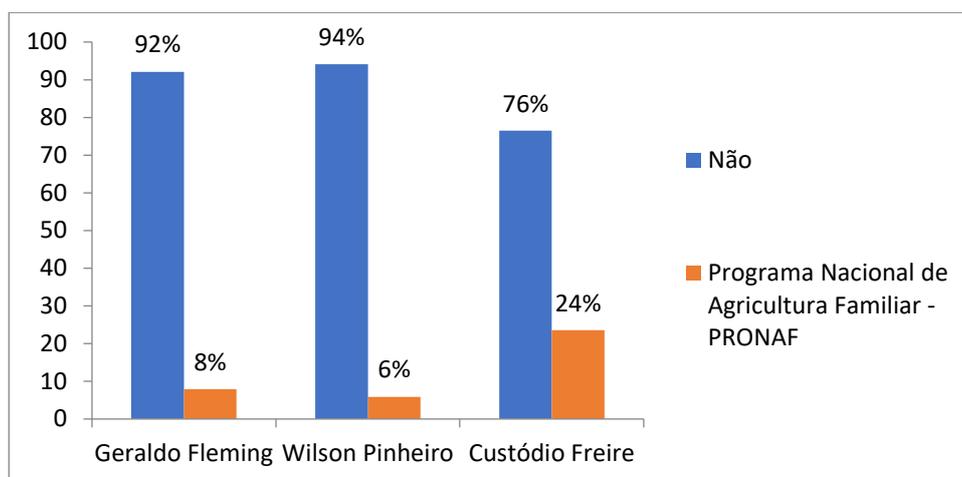
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Novas tecnologias consistem em novas formas de preparo e seleção de sementes e mudas, mudanças no preparo do solo, adoção de novos compostos para adubação, entre outros. Na visão dos produtores, a participação no PAA e PNAE melhorou pouco a busca de novas tecnologias, já que os produtos adquiridos pelo governo, em grande parte, já eram cultivados nos polos. Além disso, a principal fonte de aprendizado de novas técnicas é através da assistência técnica fornecida por instituições públicas e de acordo com os produtores não foi disponibilizado nenhuma capacitação ou treinamento específicos para inserção no programa.

4.2.6 Acesso a Financiamentos e Assistência Técnica

Na literatura sobre a agricultura familiar, diversos autores ressaltam a importância que o financiamento rural tem para o fortalecimento desta atividade. O acesso a recursos permite investimento em máquinas e ferramentas capazes de facilitar o processo produtivo, além da aquisição de insumos básicos. A Figura 19 ilustra o percentual de produtores que tiveram acesso a financiamento nos últimos três anos.

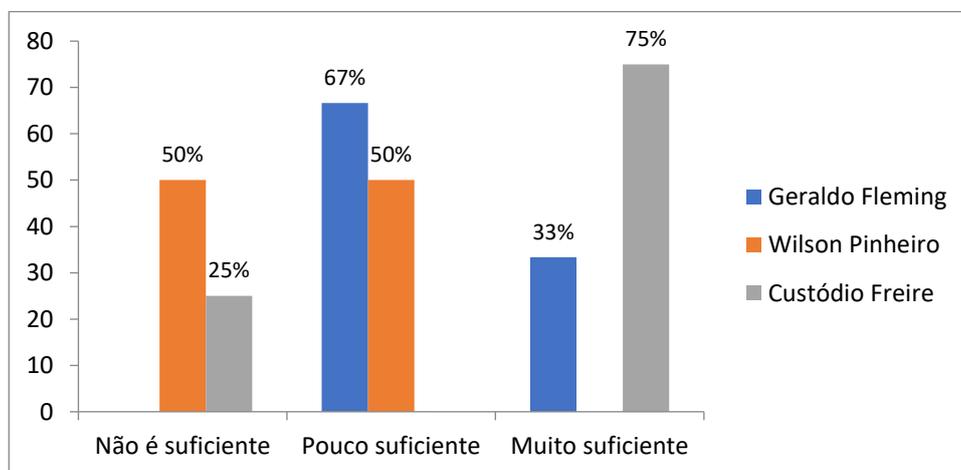
Figura 19 – Nos últimos três anos contratou financiamento?



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O percentual de produtores que não acessaram financiamento é bastante expressivo. Diversos motivos foram apontados para não contratação de financiamentos: “não querer” (Entrevistas 50, 72, 89, 69), “medo de dívida” (Entrevista 3), “muito caro os juros” (Entrevistas 1 e 18) e o fato de estarem inadimplentes impedia a contratação de novos financiamentos (Entrevistas 43 e 76). O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF foi a fonte de recursos acessada nos financiamentos contratados pelos assentados. O formulário apresentou as cooperativas de créditos como uma opção, porém nenhum produtor respondeu ter acessado financiamento através destas instituições, o que demonstra a realidade da região Amazônica onde o cooperativismo de crédito é limitado.

Figura 20 – O recurso é/foi suficiente para a realização do pretendido?



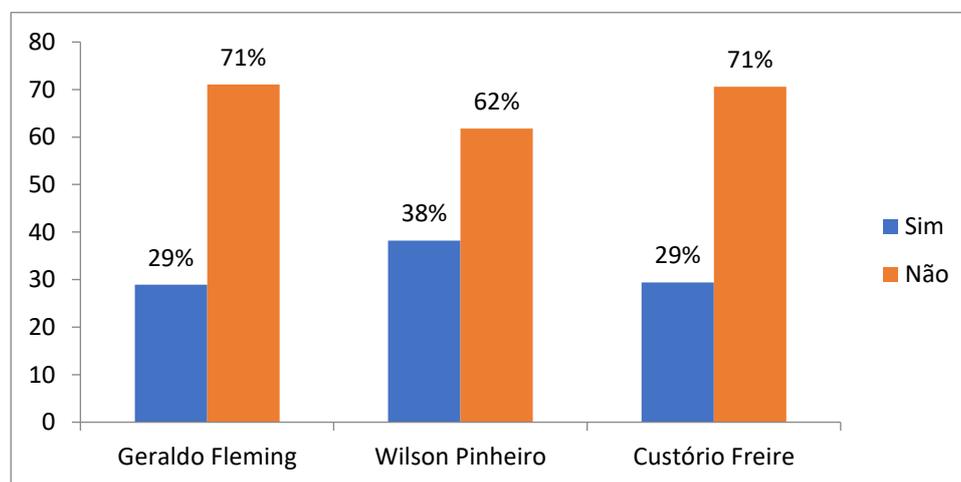
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Foi bastante distinta, entre os três polos, a percepção sobre a suficiência dos recursos do financiamento para os investimentos e custeios pretendidos. Os valores contratados pelos agricultores dos três polos foram entre R\$ 2.500 a R\$ 20.000,00 contemplados nas linhas Pronaf A e B.

Destaca-se o percentual expressivo dos produtores do polo Custódio Freire que consideraram o recurso muito suficiente. Um fato que pode explicar esta percepção é o tamanho dos lotes, o que resulta em uma área plantada bastante reduzida. Muitos produtores relataram produzir em áreas de 0,5 ha, isto quando não há divisão da terra entre os filhos, havendo relatos de agregados cultivando no espaço de 0,005 ha. Essa limitação da terra disponível para agricultura pode limitar a expansão produtiva, resultando na necessidade de poucos recursos para realização de benfeitorias.

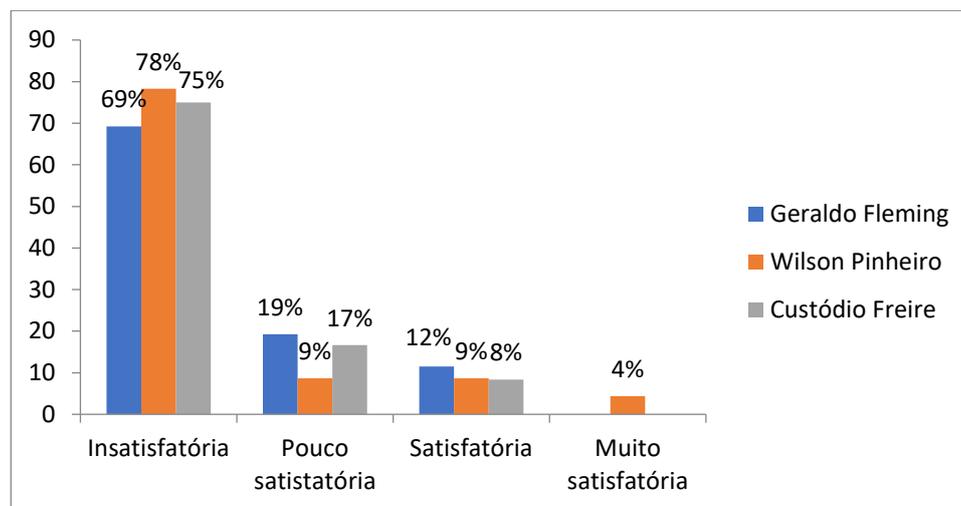
De acordo com as Figuras 21 e 22, observa-se um percentual elevado de produtores que informaram não ter recebido assistência técnica no último ano, sendo também expressivo o percentual daqueles que receberam assistência técnica, mas consideraram o serviço insatisfatório.

Figura 21 – Percentual de produtores que receberam assistência técnica no último ano.



Fonte: Pesquisa de campo. 2019.

Figura 22 – Grau de satisfação em relação à assistência técnica.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A insatisfação está relacionada não só à quantidade de vezes que receberam visita dos técnicos, mas também aos resultados obtidos. A visão dos produtores sobre a assistência técnica também foi registrada nos diários de campos. O relato apresentado a seguir, revela os problemas relacionados a este serviço.

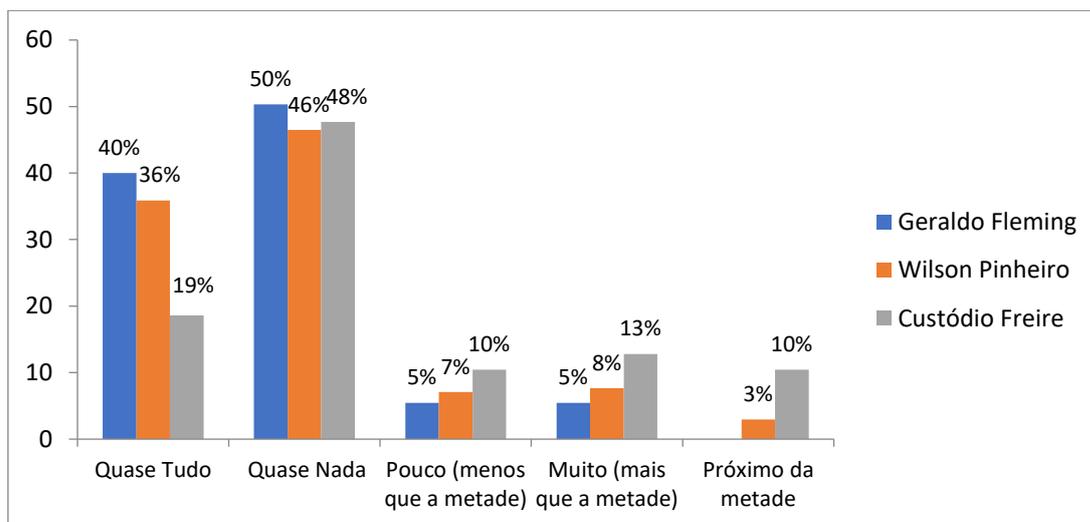
Pra mim eu digo que tem assistência técnica se o técnico vier aqui falar o que devo passar pra matar a praga da planta e acabar com a doença... passamos dois anos com praga no alface que o que produzia não dava nem pro consumo e ninguém resolveu. (Entrevista, 82)

O elevado nível de insatisfação verificado durante a pesquisa de campo é compatível com os dados do ZEAS (2008). Neste estudo, a assistência técnica foi apontada pelos produtores como a principal desvantagem competitiva que teoricamente deveria ser uma das vantagens diante da localização próxima às instituições públicas que ofertam este serviço.

4.2.7 Autoconsumo e Diversificação da Produção

O autoconsumo é uma prática associada à agricultura familiar que pode contribuir para melhoria da segurança alimentar dos produtores, a figura 23 ilustra o nível de consumo de produtos oriundos da propriedade nos polos agroflorestais.

Figura 23 – Consumo de produtos oriundos da propriedade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O aspecto que chama atenção é o fato de que em todos os polos o consumo de produtos oriundos da propriedade representa quase nada do consumo total das famílias. É possível notar que o polo Custódio Freire apresentou menor nível de autoconsumo, apenas 19% dos participantes da pesquisa informaram consumir quase quase tudo o que é produzido no lote.

Os polos agroflorestais surgiram como proposta de formar um cinturão de verde em torno da cidade de Rio Branco com unidades produtivas que exercessem a agricultura de maneira diversificada a partir de consórcios de culturas e criação de pequenos animais. Os tipos de culturas e criações comercializadas podem indicar se existe diversificação produtiva nos polos agroflorestais.

Quadro 4 - Produtos comercializados pelos agricultores dos polos agroflorestais.

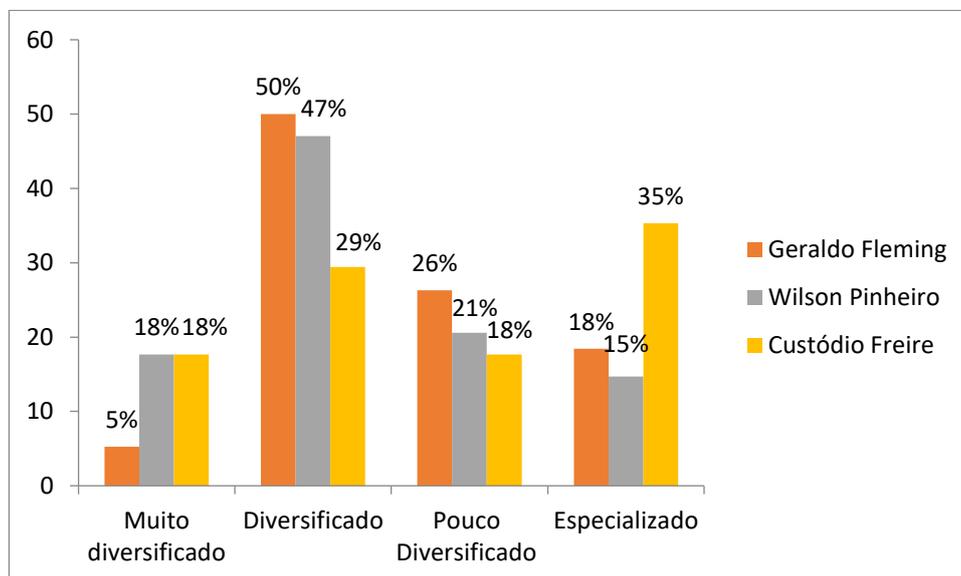
Polo	Tipo de Cultura/Criação					Total
	Hortaliças	Frutas	Vegetais/legumes	Raizes/Cereais	Criações	
Geraldo Fleming	Cheiro verde, Couve, Rúcula, Alface, Chicória, Maxixe, Pimenta de cheiro, Coentro, Cebola, Pimenta, Salsa	Limão, Coco, Manga, Graviola, Cupuaçu, Banana, Mamão, Ponkan, Goiaba, Laranja, Acerola, Açaí, Banana Comprida, Tangerina, Pupunha	Jerimum, Jiló, Pepino, Quiabo	Macaxeira	Galinha, Pato, Peru, Capote, Carneiro, Peixe, Suíno	38
Wilson Pinheiro	Cheiro verde, Couve, Rúcula, Alface, Chicória, Maxixe, Pimenta de cheiro, Coentro, Cebola, Mastruz, Pimenta ardida	Limão, Laranja, Abacate, Coco, Manga, Caju, Graviola, Cupuaçu, Banana comprida, Açaí, Abacaxi, Banana, Pupunha	Abobrinha, Jerimum, Pepino, Quiabo,	Macaxeira, Milho	Galinha, Pato, Peixe, Suíno	35
Custódio Freire	Cheiro verde, Couve, Rúcula, Alface, Chicória, Maxixe, Pimenta de cheiro, Coentro, Cebola, Mastruz, Pimenta, Salsa, Hortelã, Jambú	Limão, Coco, Manga, Graviola, Cupuaçu, Banana, Mamão, Ponkan	Abóbora, Pepino, Quiabo	Macaxeira	Galinha, Pato	28

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Cabe apontar que determinados tipos de culturas são produzidas por apenas um único produtor. É o caso do mastruz no Custódio Freire, da criação do Peru no Geraldo

Fleming e da pupunha no Wilson Pinheiro. A Figura 24 apresenta a diversificação incluindo produtos destinados ao autoconsumo.

Figura 24 – Diversificação da produção, em percentual.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Para a análise da diversificação foram incluídos os produtos vendidos, os produtos destinados ao autoconsumo e também as criações. Classificou-se os diferentes tipos de produtos em grupos, hortaliças, frutas, verdura/legumes, raízes, cereais e criações. A definição da diversificação fundamentou-se na presença de pelo menos um produto de cada grupo e, desta forma, definiu-se as seguintes categorias: muito diversificado, quando a produção abrange cinco ou seis grupos; diversificado, quando abrange três ou quatro grupos; e pouco diversificado, sendo abrangidos dois grupos e, especializado, apenas um grupo.

De modo geral, os polos desenvolvem agricultura de maneira diversificada. Apesar disso, os produtos prioritários do polo Custódio Freire são as hortaliças, o que pode ser explicado pelo tamanho reduzido da área de 2,5 hectares por lote. No referido polo, a criação de animais é insignificante, sendo que apenas dois produtores realizavam criações para comercialização. Já os lotes dos polos Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro possuem áreas entre 4,5 a 7 hectares o que possibilita realizar outros tipos de cultivos além de hortaliças. O Geraldo Fleming foi o único polo no qual havia um produtor que dedicava-se exclusivamente à criação de animais. No polo Wilson Pinheiro destaca-se a produção de banana e cupuaçu.

Os dados sobre a origem dos alimentos consumidos pelas famílias assentadas revelam que as hortaliças, seguidos da macaxeira, são os principais produtos destinados ao autoconsumo. Destaca-se que todas as famílias adquirem o arroz no mercado. Este fato reflete o baixo volume de produção no estado. O feijão é um produto básico que é cultivado apenas para o autoconsumo, mesmo assim apresentou baixo volume de consumo oriundo da propriedade, apenas pelo Geraldo Fleming 10,53%, pelo Custódio Freire 5,88% e Wilson Pinheiro 2,94%.

A categoria frutas, sucos naturais e vegetais apresentam maior percentual de consumo de produtos oriundos da propriedade, porém o fato de que alguns produtores adquirem maior parte desses produtos no mercado surpreende, principalmente no caso de produtos como macaxeira, que é um produto de fácil adaptação na região.

A proximidade com mercado consumidor urbano, ao mesmo tempo em que facilita a comercialização, também estimula a compra de produtos no mercado, reduzindo a produção para o autoconsumo. O polo Custódio Freire apresenta uma dependência externa de alimentos maior que os demais polos, algo que pode ser justificado devido muitos produtores optarem pela especialização em hortaliças, sendo necessário adquirir o restante dos produtos fora da propriedade. Isto prejudica a situação econômica das famílias, pois elas possuem renda baixa e ainda destinam parte dela para as compras de alimentos.

Ressalta-se que no formulário havia a opção das famílias receberem alimentos através de doação, no entanto nenhum entrevistado indicou a doação como resposta. Algumas famílias realizam trocas de produtos com vizinhos e um produtor relatou que vende para outros produtores.

4.2.8 Rendas Auferidas pelas Famílias

A análise econômica dos polos agroflorestais concentra-se nos diferentes tipos de renda auferidas pelos produtores assentados. Após a conclusão das entrevistas, deu-se início ao trabalho de tabulação e de análise dos formulários aplicados. O trabalho consistia em excluir dados que não apresentavam consonância com os demais

formulários e informações que não eram coerentes com a questão proposta. A tabela 07 apresenta informações sobre os diferentes tipos de rendas auferidos pelas famílias.

Tabela 07 – Rendas auferidas pelas famílias assentadas nos polos agroflorestais.

Rendas e Desvio Padrão	Geraldo Fleming	Wilson Pinheiro	Custódio Freire
Renda Agrícola Anual	886.381,00	783.473,84	638.533,00
Renda Não Agrícola Anual	34.410,00	34.658,00	15.600,00
Renda Total Anual	920.791,00	818.131,84	654.133,00
% Renda não agrícola sobre renda total	3,88	4,42	2,44
Renda Agrícola Média Mensal	1.996,35	1.920,28	4.095,53
Desvio Padrão	3.047,00	2.352,54	5.136,38

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O polo Custódio Freire apresentou a menor renda total em valores absolutos. Porém, em termos proporcionais, é o que apresenta maior renda mensal média. A situação econômica do polo Wilson Pinheiro, apresentando a menor renda agrícola média, constrata com a infraestrutura encontrada no local. O referido polo possui ramais em melhores condições de conservação e localização privilegiada, pois está a cerca de 13 KM do Ceasa. Também é o único que possui escola pública estadual e transporte público coletivo. O tamanho dos lotes em alguns casos é o dobro da área das propriedades do polo Custódio Freire.

Cabe destacar que para definição da renda não foi levado em consideração os custos de produção que, no meio rural, compreendem insumos, transportes, energia, combustível etc. Mesmo os produtores obtendo baixos rendimentos, a situação deles pode ser considerada positiva, pois muitos estavam desempregados e viviam em áreas de risco antes de mudarem para os polos agroflorestais quando considera-se o nível de renda dos moradores de Rio Branco.

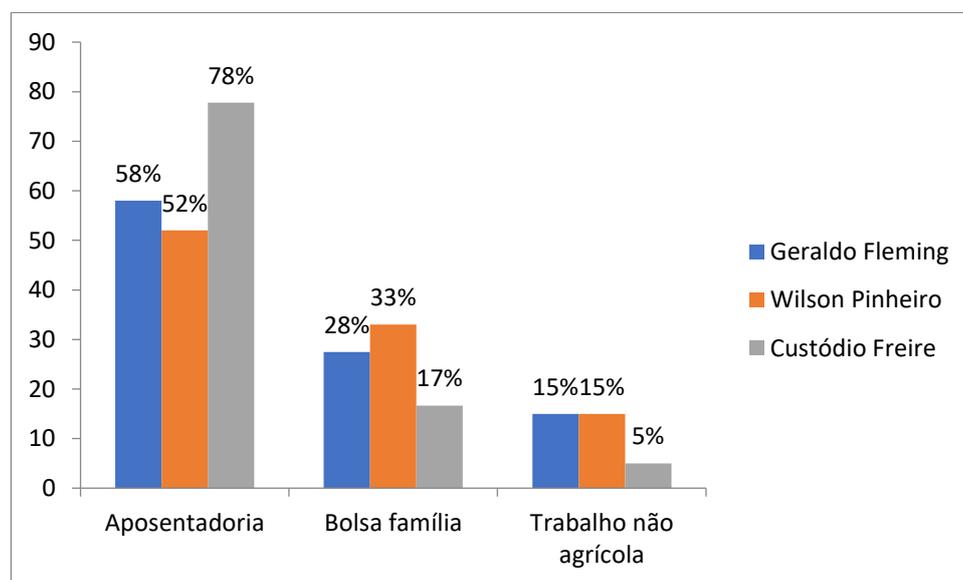
Analisando individualmente os dados dos formulários respondidos pelos produtores é possível identificar bastante discrepância entre a renda de diferentes famílias. O desvio padrão é uma medida de dispersão estatística que permite demonstrar o grau de dispersão de determinado conjunto de dados. Neste sentido, o polo Wilson Pinheiro possui menor desvio padrão, o que demonstra maior homogeneidade no tocante à renda familiar dos produtores, ou seja, os rendimentos de cada família

apresentam valores semelhantes ou próximos. Por outro lado, o desvio padrão do polo Custódio Freire indica maior variação entre as rendas recebidas pelos produtores.

Percebe-se que a renda não agrícola, que compreende os benefícios sociais e trabalho fora da propriedade, tem pequena participação na renda total, não chegando a 5% deste valor, o que indica que os produtores estão dedicando-se à agricultura e que o uso do lote apenas para moradia é exceção.

A comparação da renda média mensal com os gastos mensais com alimentação é importante para demonstrar o nível de dependência externa de alimentos. O polo Custódio Freire, apresentou maior despesa R\$ 788,94, (19,26% renda agrícola média mensal) seguido do Wilson Pinheiro, R\$ 559,48, (29,14% renda agrícola média mensal) e Geraldo Fleming, R\$ 530,79, (26,59% renda agrícola média mensal). Percebe-se que estes gastos são equivalentes aqueles realizados por famílias que vivem na área urbana, indicando que a prática do autoconsumo precisa ser incentivada.

Figura 25 – Origem da renda não agrícola nos polos agroflorestais, em percentual

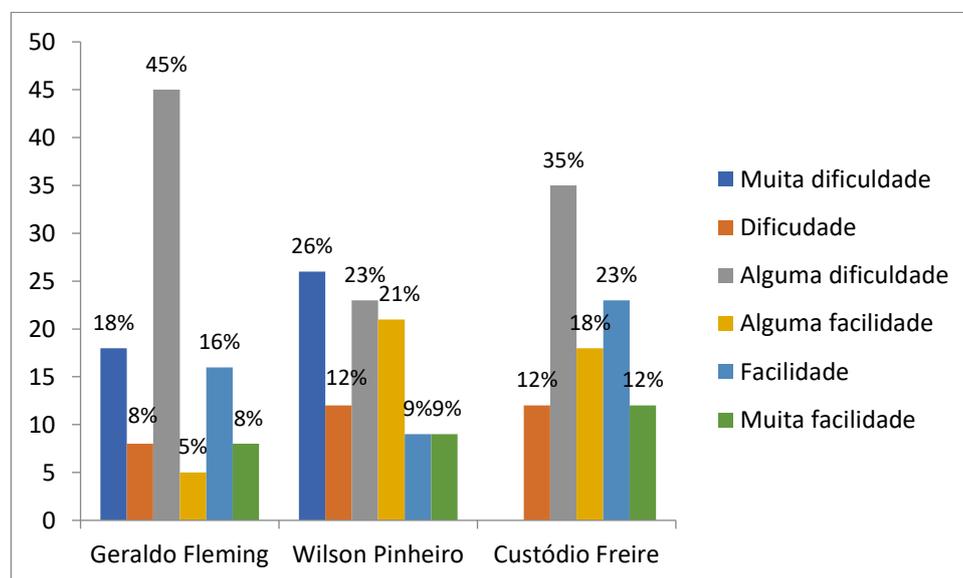


Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os três polos têm a aposentadoria como a principal fonte de renda não agrícola. Em alguns casos esta é também a principal renda familiar, uma vez que a renda agrícola obtida por algumas famílias é um valor inexpressivo. Em relação ao trabalho não agrícola, este corresponde principalmente ao trabalho informal e as atividades que

apresentaram maior frequência foram a doméstica, cuidador de idoso e diarista em propriedades rurais.

Figura 26 – Renda familiar permite chegar até o final do mês em que condições, em percentual.



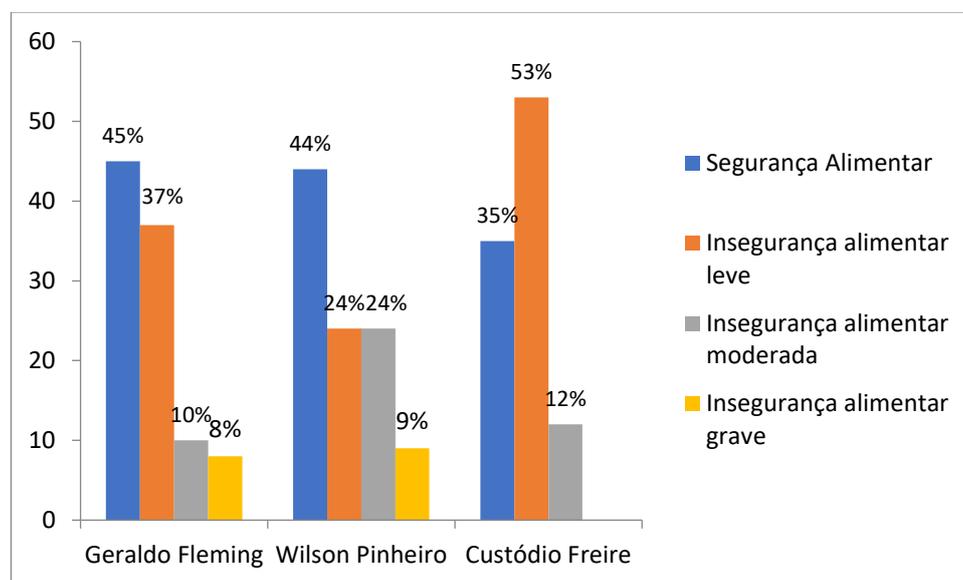
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

O nível de satisfação dos beneficiários das políticas públicas contribuem para avaliar se os resultados da política são positivos. Na perspectiva dos agricultores, a renda familiar possibilita viver com alguma dificuldade até o final do mês. Os que sobrevivem com muita dificuldade, nos polos Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro, representam uma proporção superior aos que informaram viver com muita facilidade. Essa situação não significa condições ideais, tendo em vista que se verificou famílias com rendas agrícolas mensais abaixo de um salário mínimo. Essa condição afeta principalmente as famílias com crianças. Os moradores do polo Custódio Freire demonstraram ter melhores condições de sobrevivência em relação aos moradores dos demais polos, pois nenhum produtor informou ter muita dificuldade para chegar até o final do mês.

4.2.9 Caracterização da Segurança Alimentar/Fome

Nesta etapa do trabalho, a mensuração do nível de segurança e insegurança alimentar das famílias assentadas nos polos foi realizada através aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.

Figura 27 – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA, em percentual.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De modo geral, as famílias apresentam uma condição de insegurança alimentar superior, em termos proporcionais, àquelas que alcançaram a segurança alimentar. Verifica-se que nos polos Geraldo Fleming e Wilson Pinheiro a situação de segurança alimentar apresenta um percentual superior às demais situações, ou seja, na percepção da maioria dos entrevistados não existe falta de alimentos e nem receio que possa faltar alimentos no futuro. Se, por um lado, o polo Custódio Freire possui o menor percentual de famílias em situação de segurança alimentar, por outro lado foi o único polo que não apresentou nenhum caso de família em situação de insegurança alimentar grave.

A composição familiar é um fator que pode explicar a situação de insegurança alimentar. Cabe apontar que nenhuma família formada apenas por adultos estava em situação de insegurança alimentar grave. Além disso, a pesquisa de campo revelou que a situação de segurança alimentar aparece com maior frequência nas famílias sem menores de 18.

Estes resultados são condizentes com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domício – PNAD os quais indicam que a insegurança alimentar prevalece em famílias com moradores menores de dezoito anos (IBGE, 2010). Verificou-se que 38% da população assentada no Polo Wilson Pinheiro são menores de dezoito anos e foi este polo que apresentou maior porcentagem de insegurança alimentar grave que representa situação de restrições de alimentos entre adultos e crianças.

As famílias do polo Wilson Pinheiro possuem maior quantidade de membros menores de dezoito anos e justamente foi este polo que apresentou maior porcentagem de insegurança alimentar grave, que representa situação de restrições de alimentos entre adultos e crianças. Este tipo de composição familiar reduz a quantidade de força de trabalho familiar disponível na propriedade rural, sendo necessário maiores esforços para manter a alimentação da família. Esta situação pode contribuir para redução do volume de produção e por consequência menor renda agrícola.

O estudo desenvolvido por Hoffman (1995) para avaliar a evolução da pobreza no Brasil utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 a 1990, considera o número de pessoas por domicílio uma variável determinante da condição de insegurança alimentar, ou seja, os domicílios com uma quantidade maior de pessoas são mais propensos à insegurança alimentar moderada e grave do que outros domicílios de referência. Esta situação é condizente com os resultados do polo Wilson Pinheiro. Entre os polos analisados, esse polo apresentou a maior média de quantidade de pessoas por família, 4,38%, e níveis mais graves de insegurança alimentar em relação aos demais. Neste caso, quanto maior o número de indivíduos nas famílias, maiores serão os esforços necessários para garantir a alimentação familiar.

O quadro 5 apresenta um resumo das diferentes condições de segurança alimentar entre os polos explicada pelas variáveis: renda agrícola, autoconsumo, canais de comercialização, diversificação produtiva, financiamento, idade, organização social e escolaridade.

Quadro 5 - Variáveis socioeconômicas dos agricultores familiares dos polos agroflorestais.

Variável	Geraldo Fleming	Wilson Pinheiro	Custódio Freire
Condição de Segurança alimentar conforme a EBIA	A maioria da população encontra-se em situação de segurança alimentar. Por outro lado, apresenta elevado percentual de famílias nos níveis mais graves de insegurança alimentar.	Com 33% das famílias nos níveis mais graves de insegurança alimentar (IAM e IAG), o polo Wilson Pinheiro apresentou piores resultados em relação à situação de segurança alimentar das famílias.	A maioria da população encontra-se em situação de insegurança alimentar leve. Por outro lado, foi o único polo que não apresentou famílias em situação de IAG. Desta forma, as famílias do polo Custódio freire apresentaram a melhor situação de segurança

			alimentar, pois apresentou menor percentual de famílias nos níveis mais graves de insegurança alimentar (IAM e IAG)
Renda agrícola	Apresentou renda agrícola mensal baixa, correspondendo aproximadamente a metade renda agrícola do polo Custódio Freire	As famílias possuem maior renda não agrícola. Maior percentual da renda não agrícola sobre a renda total. Maior porcentagem de bolsa família.	As famílias possuem maior renda agrícola e apresentou maior percentual de agricultores que recebem aposentaria que contribui para uma renda total elevada.
Autoconsumo	Apresentou maior nível de consumo de produtos oriundos da propriedade. O que pode melhorar alimentação da família e reduzir os gastos com compras de mercado.	Apresentou elevado nível de consumo de produtos oriundos da propriedade. O que pode melhorar alimentação da família e reduzir os gastos com compras de mercado.	Menor porcentagem de produtores que declararam que quase tudo que consomem ou muito são produtores oriundos da propriedade. Apresentou menor criação de animais. Devido menor diversificação faz elevar os gastos com compras no mercado.
Canais de comercialização	Maior diversificação dos canais de comercialização que pode facilitar a venda dos produtos. Contribui para expansão do mercado	Apresentou menor proporção de produtores que acessaram o mercado institucional.	Apresentou maior acesso ao mercado institucional. A elevada participação dos produtores nos programas governamentais representa uma garantia de compra que eleva as vendas e por consequência a renda agrícola
Diversificação produtiva	Maior porcentagem dos produtores na categoria de produção diversificada. Para Dias (2017) a diversificação pode contribuir para maior estabilidade econômica da	Menor nível de especialização. Maior porcentagem de produtores na categoria muito diversificados. Para Dias (2017) a diversificação a	Maior porcentagem de produtores na categoria de produção especializada. De acordo Dias (2017) com a especialização está ligada a profissionalização da

	agricultura familiar.	contribuir para maior estabilidade econômica da agricultura familiar.	agricultura familiar, na qual a redução da variedade de produtos possibilita que o agricultor familiar cultive produtos qualificados . Pode proporcionar ganhos de escala superior ao de uma produção diversificada.
Financiamento	Menos de 10% dos produtores acessaram financiamento rural, reduzindo a capacidade de investimentos.	Menos de 10% dos produtores acessaram financiamento rural, reduzindo a capacidade de investimentos.	A porcentagem de produtores que acessaram financiamentos rurais foi mais que o dobro dos demais polos.
Idade	A elevada porcentagem de adultos constitui importante fonte de mão de obra.	Maior quantidade de crianças reduz a disponibilidade de mão de obra familiar.	Apresentou maior porcentagem de adultos que pode melhorar os resultados da produção, pois representa força de trabalho com maior experiência.
Organização Social	A pesquisa de campo revelou que as igrejas e a Associação de produtores rurais participam ativamente na vida da comunidade.	Na percepção da maioria dos produtores é pequena a contribuição da Associação dos produtores rurais para a melhoria do polo.	De forma geral os produtores acreditam que Associação de produtores rurais dentro das suas limitações procura desenvolver ações para melhorar o polo.
Escolaridade	Apresentou moradores com maiores níveis de escolaridade, ensino médio e superior.	Apresentou maior percentual de moradores sem escolaridade e que sabem ler e escrever. Menor percentual de moradores com ensino médio	Não apresentou nenhum morador com ensino superior completo. Apesar disso, possui um percentual significativo de moradores com ensino médio e ensino fundamental.

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante do fato que os níveis mais graves de insegurança alimentar (insegurança alimentar moderada e insegurança alimentar grave), representa situações reais de fome,

pode-se afirmar que quanto menor o percentual de famílias nestas categorias melhor é a condição de segurança alimentar do grupo. Neste sentido, o polo Custódio Freire apresentou a melhor condição entre os polos analisados. As variáveis que contribuíram para este resultado foram, a maior renda agrícola, maior acesso ao mercado institucional e ao financiamento rural.

Apesar de ter apresentado o maior nível de famílias na categoria segurança alimentar, os elevados os níveis de insegurança alimentar moderada e grave verificados no polo Geraldo Fleming apresentaram o segundo maior percentual dentro do universo empírico. Por isso, as famílias do polo Geraldo Fleming representam a segunda melhor condição de segurança alimentar. Entre os elementos que influenciaram na melhoria da segurança alimentar deste polo estão os maiores níveis de autoconsumo, maior diversificação dos canais de comercialização, organizações sociais atuantes e melhores níveis de escolaridade.

Em virtude de apresentar mais de 30% da sua população nos piores níveis de insegurança alimentar o polo Wilson Pinheiro encontra-se na pior situação de segurança alimentar. Algumas variáveis favoreceram esta posição, como a forte presença de crianças na composição familiar, organizações sociais com pouca participação na vida da comunidade e baixo nível de escolaridade dos moradores. Ressalta-se que as famílias dos agregados representam parcela significativa dos que se encontram nas piores condições de segurança alimentar neste polo.

4.3 Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA X Caracterização dos Produtores

A Escala Brasileira de Insegurança Alimentar é uma metodologia que vem sendo aplicada desde o início da década passada e tem por objetivo obter a percepção das famílias em relação as suas condições de alimentação, o que possibilita a classificação de níveis de (in)segurança alimentar.

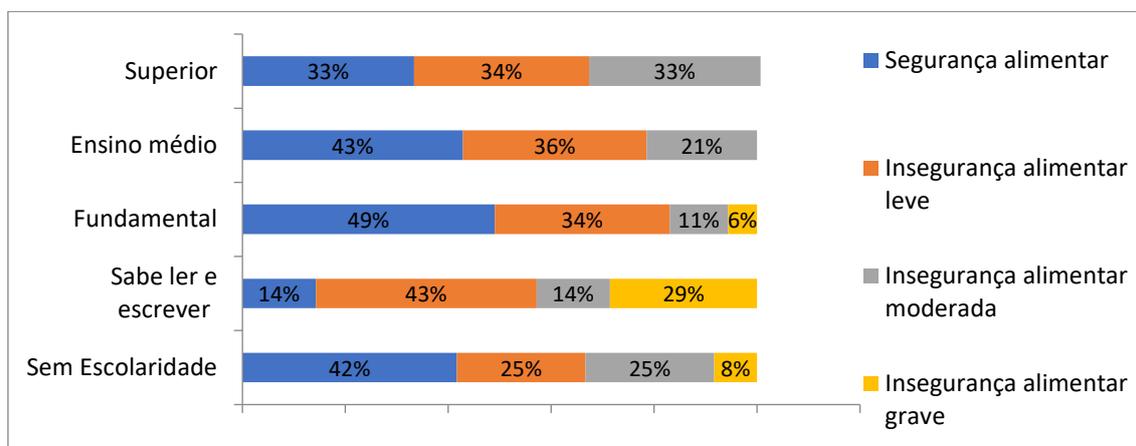
Apesar da ampla utilização da EBIA, alguns autores apontam limitações desta metodologia. Guerra (2011) destaca como fatores limitantes o tempo de exposição aos fatores de riscos, temporaridade das observações da situação de insegurança alimentar dos domicílios (últimos 3 meses) e a disponibilidade e consumo de alimentos (última

semana). Apesar disso, a autora considera a EBIA um importante instrumento para identificação de possíveis fatores de riscos para criar uma situação de insegurança alimentar e pode ser aplicado para diferentes tipos de população em localidades distintas.

4.3.1 Relação entre Escolaridade e EBIA

A escolaridade é uma das variáveis que frequentemente estão inseridas em estudos relacionados à segurança alimentar. Na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios para o ano de 2013, moradores do meio rural sem instrução ou com menos de um ano de estudo correspondiam a 20,5% da população rural do país em insegurança alimentar moderada ou grave. A Figura 28 revela uma tendência semelhante entre os produtores dos polos agroflorestais.

Figura 28 – Relação entre a escolaridade dos chefes das famílias e o nível de (in) segurança alimentar.



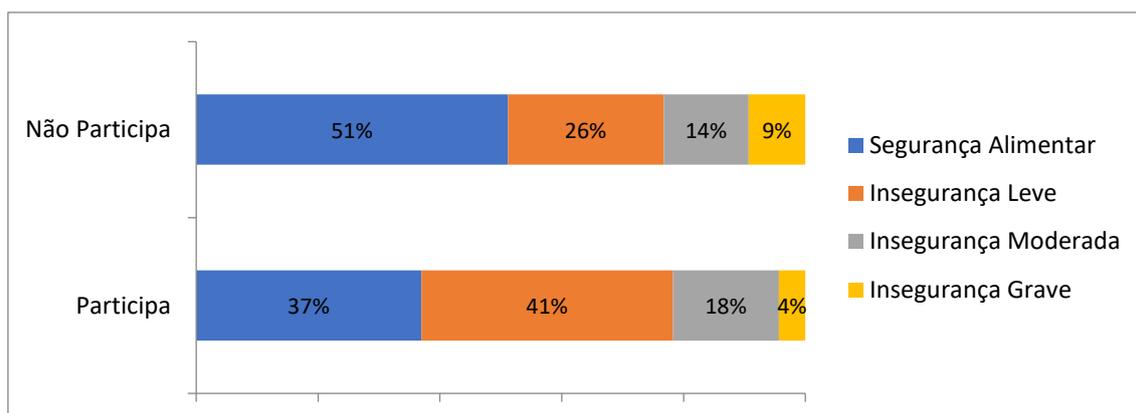
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A partir dos cruzamentos entre a variável escolaridade e a EBIA identificou-se que os percentuais mais elevados de insegurança alimentar grave estão presentes nas famílias em que os chefes não possuem escolaridade ou apenas sabem ler e escrever. As famílias cujos chefes possuem nível médio e superior não apresentaram insegurança alimentar grave.

4.3.2 Relação entre Programas Governamentais para Agricultura Familiar, Financiamentos e EBIA

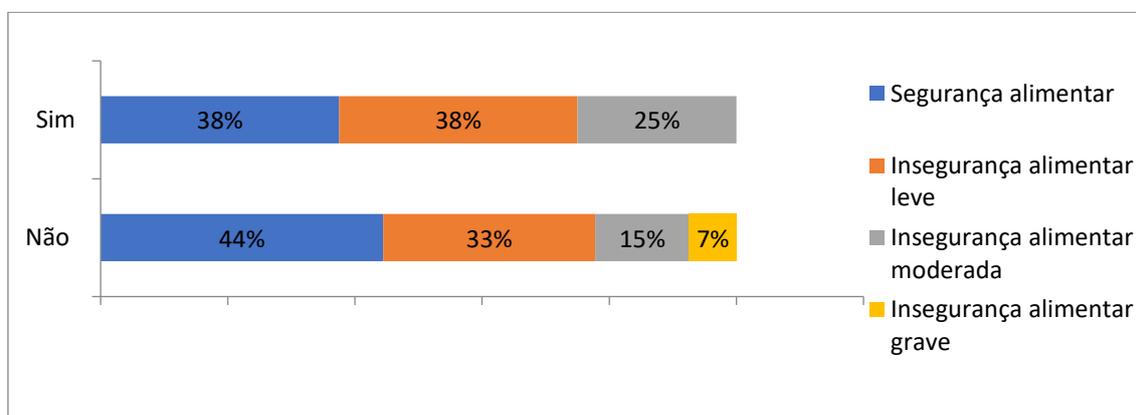
Durante a pesquisa, procurou-se identificar como o acesso aos programas governamentais para agricultura familiar e o financiamento rural, interferem nos níveis de (in) segurança alimentar. Essas relações são apresentadas nas Figuras 29 e 30.

Figura 29 – Relação entre a participação nos programas governamentais PAA e PNAE e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 30 – Relação entre o acesso a financiamentos agrícolas e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Percebe-se que o acesso a financiamentos agrícolas não foi fator decisivo para garantia da segurança alimentar das famílias. Ressalta-se que apenas 9% dos participantes da pesquisa acessaram financiamentos nos últimos três anos.

Nota-se que a segurança alimentar prevaleceu no grupo de produtores que não participaram dos programas PAA e PNAE. Ressalta-se que cerca de 90% dos produtores que acessaram o programa de aquisição de alimentos participaram da

modalidade compra com doação simultânea que oferece o valor de R\$ 2.500,00 para as vendas, enquanto PNAE paga até 20.000,00 por ano. Portanto, a renda auferida na maioria dos casos, através dos programas governamentais é baixa. Mesmo assim, a participação nestes programas contribuiu para reduzir o nível de insegurança alimentar grave deste grupo.

4.3.3 Relação entre Renda Agrícola Média Mensal, Benefícios Sociais e EBIA

A renda é uma das principais variáveis que exercem influência no nível de (in)segurança alimentar das famílias tanto no meio urbano como na área rural. Conforme ilustra o quadro 06, observa-se que apenas em famílias que apresentaram renda agrícola média mensal superior à renda agrícola média mensal total prevaleceu a situação de segurança alimentar. As famílias em situação de insegurança alimentar grave foram as únicas que auferiram renda agrícola média mensal inferior a um salário mínimo. Porém, cabe destacar que não foi computado o valor de outras rendas, como aposentadoria, trabalho fora da propriedade e bolsa família. Este fato revela a importância da renda oriunda das atividades agrícolas para condições de alimentação das famílias.

Quadro 6 - Relação entre a renda agrícola média mensal e o nível de (in) segurança alimentar.

Níveis de Segurança Alimentar	Renda Agrícola Média Mensal
Segurança alimentar	R\$ 2.660,23
Insegurança Alimentar Leve	R\$ 2.090,40
Insegurança Alimentar Moderada	R\$ 2.175,03
Insegurança Alimentar Grave	R\$ 671,57

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Estudo realizado por Pugliese (2016) em projetos de assentamentos rurais no município de Araraquara-SP revelou que indivíduos com nível de renda mais elevado, em sua maioria, alcançaram a condição de segurança alimentar em comparação com os grupos de faixa de renda baixa e quanto maior a proporção dos gastos com alimentação sobre a renda total maior a insegurança alimentar.

Conforme o quadro 7 é possível verificar uma relação inversa entre a relação entre o gasto médio mensal com alimentação e o nível de insegurança alimentar das famílias. Ou seja, ao passo que se avança para níveis mais graves de insegurança alimentar menores são as despesas no mercado com a alimentação. Verifica-se também uma elevada proporção do gasto com alimentação sobre a renda agrícola mensal. Com base na renda apresentada no quadro 06, a proporção dos gastos com a alimentação das famílias em situação de insegurança alimentar grave representa mais de 50% da renda agrícola. A dependência externa de alimentos pode prejudicar a condição de segurança alimentar das famílias.

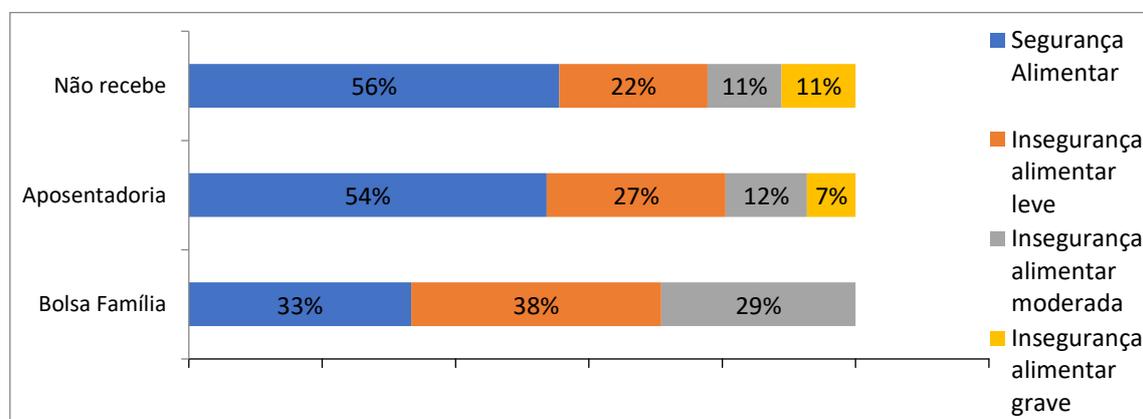
Quadro 7 - Relação entre o gasto médio mensal com alimentação e o nível de (in) segurança alimentar.

Níveis de Segurança Alimentar	Gasto Médio Mensal com Alimentação
Segurança alimentar	R\$ 665,67
Insegurança Alimentar Leve	R\$ 571,60
Insegurança Alimentar Moderada	R\$ 522,92
Insegurança Alimentar Grave	R\$ 360,00

Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

No que tange ao recebimento de benefícios sociais estes programas contribuem para elevação ou complementação da renda familiar. A Figura 31 ilustra como essa variável interfere no nível de (in)segurança alimentar dos produtores.

Figura 31 – Relação entre benefícios sociais e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

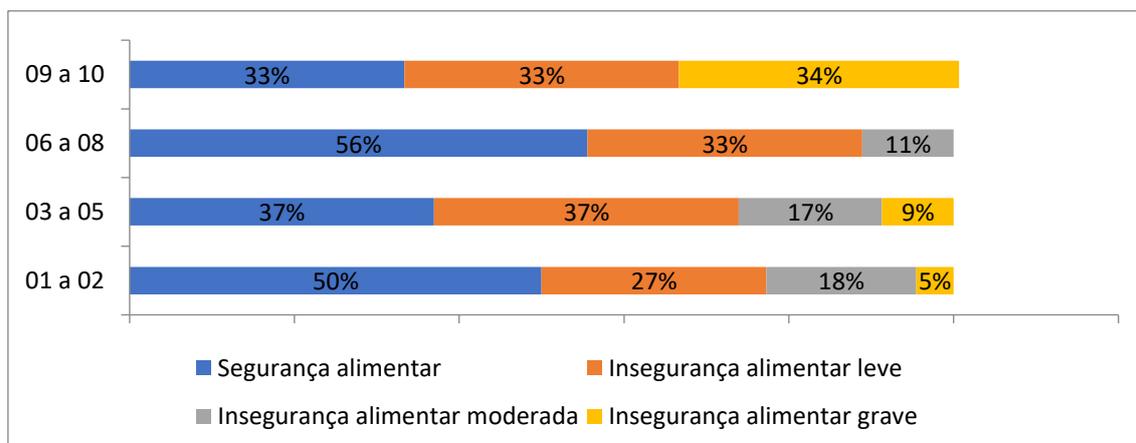
Verifica-se ainda que as famílias nas quais os moradores não receberam benefícios sociais representam a maior proporção daqueles que estão em condição de segurança alimentar. Porém, esse grupo é ligeiramente inferior aos produtores que recebem aposentadoria e encontram-se na mesma situação. Cabe destacar o predomínio da insegurança alimentar no grupo dos beneficiários do bolsa família. Apesar disso, pode-se afirmar que o benefício contribui para minimização dos problemas, tendo em vista que este grupo nenhuma família apresentou insegurança alimentar grave.

Estudo desenvolvido por Almeida *et al.* (2015) apresentou resultados semelhantes, no sentido de indicar que o bolsa família contribui para afastar as famílias dos níveis mais elevados de insegurança alimentar. A pesquisa realizada com famílias rurais do município de Rio Verde, GO indicou que 54,25% das famílias que receberam este benefício estavam em situação de insegurança alimentar leve, seguido de 12,77% insegurança alimentar moderada e apenas 4,26% apresentaram insegurança alimentar grave, caracterizada pela fome entre adultos e/ou crianças.

4.3.4 Relação entre a Quantidade de Membros das Famílias, Tempo Dedicado à Lavoura e a EBIA

A relação entre a quantidade de membros das famílias e como essa variável interfere nos níveis de (in)segurança alimentar, pode ser visualizado na Figura 32.

Figura 32 – Relação entre a quantidade de membros das famílias e os níveis de (in) segurança alimentar.



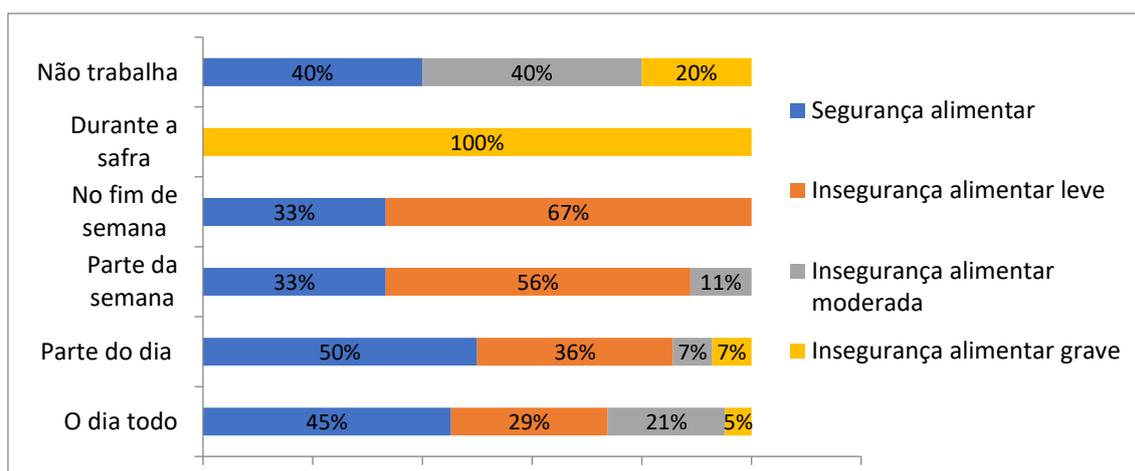
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com os dados da pesquisa de campo, as famílias com menor quantidade de membros destacam-se por apresentarem os menores percentuais de insegurança alimentar grave. Quanto maior a quantidade de indivíduos em determinada família, maiores serão os esforços necessários para oferecer alimentação em quantidade e qualidade adequadas.

Em pesquisa realizada entre um grupo de gestantes na capital de Pernambuco, Araújo e Santos (2016) identificaram a existência de uma relação inversa entre número de moradores por domicílio e o nível de (in)segurança alimentar. Em famílias compostas por um a quatro moradores, o percentual de segurança alimentar e insegurança leve era maior, 32% e 56,6% respectivamente. A insegurança alimentar moderada foi maior entre as famílias com mais de oito moradores, 28,5%.

Outra variável analisada é o tempo que os produtores dedicam-se à lavoura. Sabe-se que agricultura familiar na região Norte é caracterizada pelo baixo nível de capitalização. Portanto, é uma atividade intensiva em fator trabalho. Assim, o tempo dedicado ao trabalho agrícola pode influenciar o nível de produção e por consequência a renda familiar. A Figura 33 ilustra que o tempo dedicado a lavoura também pode ter reflexos na segurança alimentar das famílias.

Figura 33 – Relação entre o período de tempo que os chefes das famílias dedicam ao trabalho na lavoura e os níveis de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

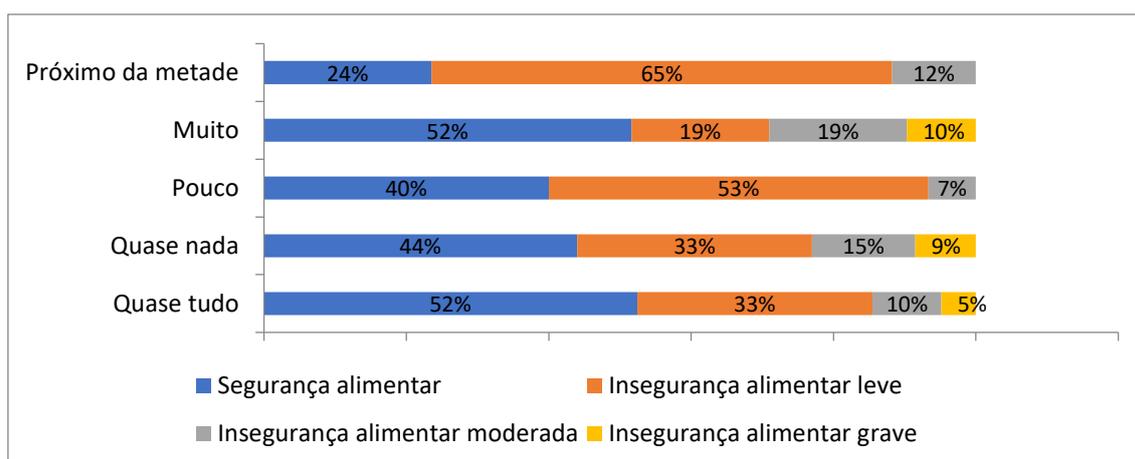
Observa-se que a categoria “trabalha durante a safra” encontra-se 100% em condição de insegurança alimentar grave. Ressalta-se que, em termos absolutos, esse grupo corresponde apenas a um chefe de família. De forma geral, os produtores dividem

sua jornada de trabalho entre as atividades na lavoura e as vendas nas feiras e mercados; por isso, parcela significativa trabalha parte do dia na lavoura e neste grupo prevaleceu a situação de segurança alimentar.

4.3.5 Relação entre Autoconsumo, Diversificação da Produção e EBIA

No aspecto do autoconsumo, verifica-se que, devido a proximidade com a área urbana, os hábitos alimentares urbanos exercem influência sobre a alimentação dos moradores dos polos, os quais destinam pequena parte da sua produção ao autoconsumo. Desta forma, algumas famílias dos polos agroflorestais majoritariamente adquirem quase toda sua alimentação no mercado. Por outro lado, aqueles que praticam o autoconsumo apresentaram melhores condições em relação à segurança alimentar, como ilustra a Figura 34.

Figura 34 – Relação entre o consumo de alimentos oriundos da propriedade e a EBIA.



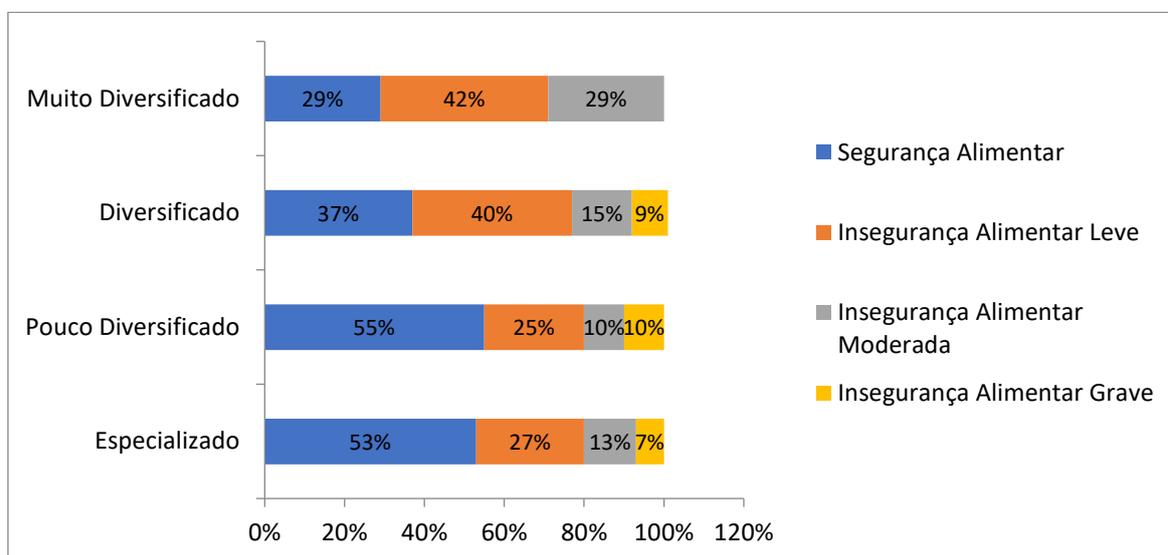
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A pesquisa de campo revelou que quanto maior o nível de autoconsumo melhor é a condição de segurança alimentar. Conforme a Figura 34, para os produtores que consomem quase todo alimento ou maior parte deles oriundos da propriedades, a segurança alimentar prevaleceu em relação às demais condições. Outro dado que merece destaque é o elevado percentual de famílias que consomem próximo da metade e que encontram-se em situação de insegurança alimentar leve. O fácil acesso ao mercado urbano faz com que os produtores deixem de dedicar-se à produção para o autoconsumo, o que, além de gerar insegurança alimentar, pode proporcionar hábitos

alimentares menos saudáveis, uma vez que os produtos industrializados são ricos em conservantes, sódio e açúcares.

A agricultura familiar destina sua produção para o abastecimento da população que vive nos núcleos urbanos em seu entorno, contribuindo para o desenvolvimento local. Esta atividade geralmente é associada à diversidade, uma vez que é a principal fonte dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros; porém, a forma de produção varia conforme a estratégia de cada produtor, existindo aqueles que optam pela especialização produtiva. A Figura 35 apresenta dados da diversificação produtiva encontrada nos polos agroflorestais e os resultados da EBIA.

Figura 35 – Relação entre a diversificação da produção e o nível de (in) segurança alimentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

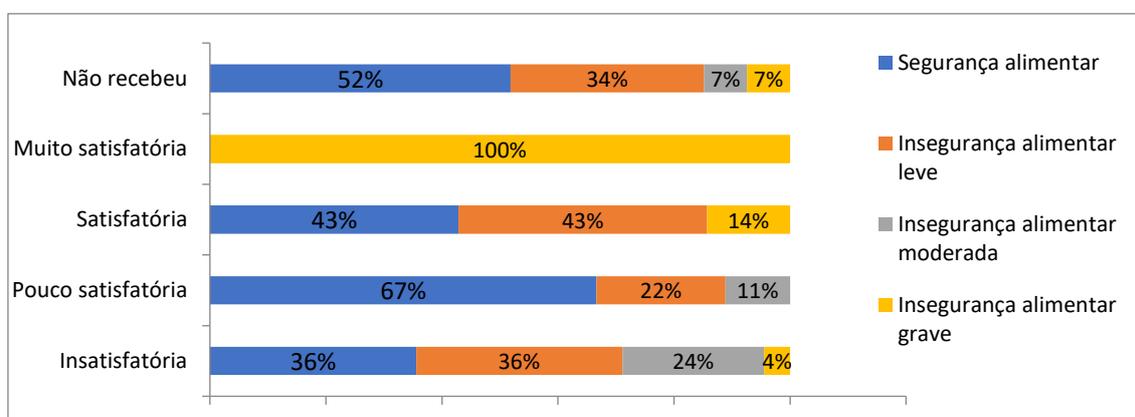
De forma geral, a condição de segurança alimentar prevalece entre os produtores que desenvolvem a agricultura de forma pouco diversificada ou especializada, ou seja, produzem até 2 produtos. Os resultados do polo Custódio Freire desviaram-se desta tendência, a categoria pouco diversificado 50% das famílias estavam em insegurança leve, enquanto no grupo especializado, 66,7% encontravam-se também nesta condição.

Dados obtidos por Almeida *et al.* (2015) apresentam resultados semelhantes. No referido estudo, cujo público alvo foram agricultores familiares na região do sudoeste paulista, a insegurança alimentar prevaleceu em agricultores mais diversificados, comprovando a relação entre a especialização da produção e a segurança alimentar.

4.3.6 Relação entre o Grau de Satisfação com Assistência Técnica e a EBIA

O pleno desenvolvimento da agricultura familiar depende da oferta de assistência técnica. No caso dos polos agroflorestais, este serviço torna-se ainda mais essencial, uma vez que os polos foram instalados em áreas degradadas, em alguns casos antigas pastagens. Além disso, o tamanho reduzido dos lotes impede a abertura de novas áreas para cultivo, o que exige o manejo correto do solo para sustentabilidade do propriedade a longo prazo. A Figura 36 relaciona o grau de satisfação dos agricultores familiares quanto à assistência técnica recebida e o nível de (in)segurança alimentar.

Figura 36 – Relação entre o nível de satisfação com a assistência técnica recebida e a EBIA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Contudo, a pesquisa de campo revelou a prevalência da segurança alimentar entre as famílias que não receberam assistência técnica. Por outro lado, as famílias que consideravam satisfatório ou muito satisfatório este serviço apresentaram a maior porcentagem de insegurança alimentar grave. Essa realidade pode indicar que, apesar da visão otimista dos produtores, a assistência técnica oferecida não está sendo eficiente para o bom desenvolvimento da atividade agrícola. Por outro lado, em todos os relatos dos agricultores as críticas sobre este serviço predominaram.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE QUALITATIVA

5.1 Processo de Ocupação

A política pública de polos agroflorestais foi formulada para atender beneficiários com perfil para o trabalho rural, desempregados e que viviam em áreas de risco, como os bairros localizados às margens do Rio Acre. A maioria dos assentados são oriundos de outros municípios do estado que mudaram para Rio Branco em busca de melhores condições de vida.

Não sou daqui, sou de Feijó a gente veio porque meu sogro tinha prometido tirar uma terra pra gente no final da Transacreana. Eu também morava lá em Feijó na zona rural, como meu sogro veio pra cá e meu marido só vivia atrás dele nós viemos pra cá. Quando chegamos aqui, ele meu sogro não tinha tirado terra e nós fomos morar lá naquele bairro preventório. Eu passei um ano dentro da cidade, mas chateada. Os meninos da prefeitura disseram que ia abrir os lotes e fazer sorteio ainda bem que fui sorteada e fui pra lá. (Caderno de campo, 15/08/2019).

A ocupação do polo Custódio Freire ocorreu de maneira distinta dos demais polos, uma vez que não foi realizado processo seletivo. Foram assentados pessoas que trabalhavam em fazendas nas adjacências da sede atual do polo, próximo ao perímetro urbano de Rio Branco, conforme o seguinte relato.

O Jorge Viana durante a campanha pra prefeitura veio nas fazendas e prometeu alugar uma terra adiante pra gente trabalhar. A gente trabalhava na terra dos outros. Quando ganhou ele alugou até 1997, até arrumar essa terra pra gente. Depois mudamos pra cá, todo mundo veio. Nasci em São Paulo, mas me criei em Mato Grosso do Sul. A gente veio porque o pai do meu marido veio aqui só comprar terra. Falou que aqui tinha como ganhar dinheiro ele levou umas bananas compridas grandes e um arroz graúdo pra mostrar o que tinha aqui. Ele comprou mil hectares na estrada de Sena. Ele convenceu meu marido e a gente veio. Meu marido com meu irmão disse “vamos pra lá com a gente trabalha, com dois anos a gente compra um sítio no Mato Grosso do Sul”. Cheguei aqui em 1975, só que não deu certo, o que a gente conseguiu foi doenças, pegamos malária e nunca mais voltamos. Trabalhamos na fazenda do pai do meu marido e depois de 8 anos conseguimos uma terra do INCRA lá em Sena. O meu irmão veio pra Rio Branco em 1986 e me trouxe pra cá. (Caderno de campo, 09/08/2019).

Estes relatos confirmam o que consta no discurso oficial: a proposta dos polos agroflorestais surgiu de uma iniciativa da gestão pública municipal de Rio Branco para resolver o problema do êxodo rural. De acordo com o gestor público responsável pelos polos geridos pela prefeitura, o prefeito Jorge Viana entendia que o INCRA gastava 50 hectares para uma única família e a prefeitura poderia assentar uma maior quantidade de

famílias em pequenas áreas degradadas. O conflito social que envolveu a criação dos polos foi a vinda de pecuaristas que adquiriram terras e, com isso, os pequenos produtores sentiram-se coagidos e foram para a cidade de Rio Branco.

5.2 Criação Legal dos Polos Agroflorestais

Apesar de existirem desde a década de noventa, os polos administrados pela prefeitura surgiram oficialmente através da Lei Municipal nº 1.484, de 02 de dezembro de 2002. A lei trata dos objetivos da política municipal agrícola e fundiária e define a SAFRA como responsável pela formulação destas políticas. O Artigo 10 da referida lei apresenta as obrigações dos assentados:

Art. 10. Os produtores assentados ficam obrigados, além das obrigações previstas no Estatuto da Terra, a empregar os melhores esforços na administração do imóvel e seguir as normas abaixo especificadas:

I – Residir com a sua família no imóvel, explorando-a direta e pessoalmente, sendo vedada a exploração por terceiros, sob pena de revogação da concessão.

II- Atender às orientações do Conselho Municipal de Desenvolvimento, bem como, permitir a fiscalização do Município, através da Secretaria Municipal de Agricultura e, quando necessário, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

III- Não desenvolver e explorar atividade comercial de qualquer natureza, sem expresse consentimento da Secretaria Municipal de Agricultura, após levantamento técnico da viabilidade ou necessidade de exploração, visando prejudicar, direta ou indiretamente, o harmônico desenvolvimento da vida rural, de acordo com o previsto nas disposições gerais e transitórias do Estatuto da Terra.

IV- Não construir mais de uma moradia no mesmo imóvel

V – Preservar todos os bens naturais e sítios ecológicos que representem patrimônio ambiental. Não destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas ambientais, bem como, desmatar indiscriminadamente, sem imediato aproveitamento agrícola do solo.

VI – Não vender, hipotecar, trocar ou alienar de qualquer modo o imóvel e outras benfeitorias realizadas.

VII- Respeitar os limites e confrontações do imóvel rural.

VIII – Não se tornar elemento de perturbação para o desenvolvimento do Pólo Agroflorestal por má conduta e inaptação à vida comunitária.

§ 1º. Em caso de desistência da ocupação do imóvel o cessionário fica obrigado a informar por escrito a secretaria Municipal de Agricultura, que imediatamente deverá tomar as providências cabíveis para o ingresso de outro produtor que atenda os critérios estabelecidos.

§ 2º. No caso de Morte do cessionário, a concessão poderá ser transferida ao herdeiro do cônjuge que comprovar o cumprimento das condições desta Lei.

Cabe ressaltar que, durante a pesquisa de campo, verificou-se que algumas destas obrigações não foram cumpridas pelos assentados. Em todos os polos há o descumprimento da proibição de construir mais de um imóvel por lote, por exemplo. Essa situação é ainda mais recorrente no polo Custódio Freire onde, diferente dos demais polos, os agregados desenvolvem a agricultura, no referido polo a maioria dos filhos dos assentados construíram suas casas no polo devido a proximidade com a área urbana, onde trabalham.

A determinação de não vender ou trocar o imóvel e suas benfeitorias é fundamental para coibir a especulação imobiliária que poderia descaterizar a política. Apesar disso, durante a pesquisa identificou-se que a venda dos lotes é algo comum e o mais grave é que acontece desde o início do programa, conforme relatos de um assentado.

No meu caso nós tamos aqui há 19 anos, o polo já existia tinha três meses. Trocamos por uma casa em Rio Branco, eu tava inscrito na SAFRA, mas não fui selecionado porque era funcionário do Araújo. Antigamente teve a invasão dos sem terra, a terra era da prefeitura como teve a invasão ela decidiu assentar logo o povo. Nenhum dos invasores ficou na terra a prefeitura tirou e foram assentados no Wilson Pinheiro. Aqui ficou os selecionados da prefeitura. (Caderno de campo, 26/07/2019)

Este depoimento é de um morador do polo Geraldo Fleming, onde constatou-se maior comércio de lotes. Outro produtor disse que em 2007 trocou uma casa em Rio Branco por um lote no polo. Identificou-se também uma família que veio de outro estado e comprou o imóvel há cerca de 3 anos. Verificou-se uma placa de venda em uma das chácaras. Esta situação pode estar relacionada às péssimas condições dos ramais, que será visualizada no próximo subtítulo.

Uma das moradoras mais antigas do Wilson Pinheiro informou que das 40 famílias assentadas, cerca de 20 estão no polo desde o início (Entrevista, 15). Observou-se que o polo Custódio Freire a venda dos lotes é bastante inferior ao que acontece nos demais: identificou-se apenas um morador que vivia a menos de um ano no local.

Durante a entrevista com o gestor público responsável pela administração dos polos, questionou-se quais as ações que estão sendo realizadas para combater esse problema. Ele informou que, de acordo com a lei, a venda é proibida, mas a troca é permitida desde que comunicada à SAFRA. O candidato a tornar-se assentado geralmente é indicado pelo antigo morador e deve apresentar documentos pessoais e comprovante de renda. O novo assentado tem que ser cadastrado no Sistema de

Informações de Projetos de Reforma Agrária Nacional e ter mão de obra familiar. No caso do novo morador não possuir perfil de produtor familiar, a SAFRA notifica o atual ocupante e é aberto um processo de recuperação do lote com base na Lei Municipal nº 1484.

5.3 Condições Atuais dos Polos Agroflorestais

Os polos agroflorestais surgiram com a proposta de criar um cinturão verde no município de Rio Branco, no qual seriam dadas as condições básicas de infraestrutura para moradia e principalmente incentivo à produção. No entanto, durante a pesquisa de campo, constatou-se que após mais de vinte anos da criação da política, os polos apresentam graves problemas de infraestrutura, sendo que a situação mais crítica foi verificada no polo Geraldo Fleming, como ilustra a Figura 37.

Figura 37 – Ramal Beija-Flor, registro em fevereiro e julho de 2019.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com um produtor, o polo Geraldo Fleming é o único que nunca recebeu pavimentação asfáltica, apesar de todos anos receberem a promessa da Prefeitura sobre a realização do serviço. Ele afirmou que acredita ser uma questão política, pois o polo foi criado na gestão de um partido de oposição ao partido que idealizou os polos agroflorestais e que posteriormente assumiu de novo a gestão

municipal. As condições dos ramais prejudicam os moradores tanto no inverno amazônico, devido às dificuldades de escoamento da produção, como no verão, uma vez que a poeira gera diversos transtornos.

Desde o ano de 2018, funciona uma agroindústria de beneficiamento e processamento de polpas de frutas, denominada Agroindústria da Cooperativa de Produtores Familiares do Polo Geraldo Fleming, Rio Branco/Acre – COPERMIX, localizada à Rodovia AC-10, km 19, Ramal Beija-flor, km 01, Ramal Acerola.

Essa unidade micro industrial tem capacidade de Processamento de Polpas de Frutas e Vegetais com para beneficiar 100 Kg/dia. A cooperativa participou do processo licitatório e entrega ao PNAE no município de Rio Branco. As principais frutas processadas são cupuaçu, cajá, goiaba e acerola.

Figura 38 – Polpas de frutas produzidas pela COPERMIX.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A Secretaria Municipal de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Econômico – SAFRA participou do processo de formação da cooperativa, através do incentivo à formação de um grupo de produtores. Além disso, doou uma máquina para processamento de maracujá e acerola, conforme Figura 39.

Figura 39 – Despolpadeira de frutas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

De acordo com a presidente da associação, desde que chegou ao polo ela dedicou-se ao cultivo de diversos produtos e também à criação de galinhas. Com o passar do tempo, percebeu que a produção de frutas e o processamento era uma atividade menos laborosa e mais rentável. Por isso, decidiu focar nesta atividade. Porém, ao tentar comercializar as polpas, encontrou algumas dificuldades, como a necessidade de ter cadastro de pessoa jurídica para participar dos programas de compras governamentais.

Dáí surgiu a ideia de criar uma cooperativa, mas para isso era necessário formar um grupo de 20 pessoas. Após conseguir a adesão necessária dos produtores, ela iniciou o trabalho de formalização. Ressalta-se que a COPERMIX não atua nos padrões tradicionais do cooperativismo, uma vez que os associados não participam do processo produtivo, apenas fornecem as frutas. Além disso, conforme pesquisa de campo, apenas um produtor informou vender para a cooperativa; ou seja, na concepção dos produtores, a venda é feita para a presidente e não para cooperativa, já que não participam efetivamente da sua organização.

Como opção de lazer, o polo conta com uma quadra de areia para prática de futebol. A quadra foi construída com recursos de uma emenda parlamentar. Assim como

os demais polos, a igreja é a principal referência em termos de organização social. Existe uma igreja católica e uma igreja evangélica Assembleia de Deus. Um exemplo de participação da igreja na vida da comunidade é a cessão feita pela igreja evangélica de um templo para realização de cursos de capacitação ofertados aos produtores.

Figura 40 – Quadra de futebol de areia, Polo Geraldo Fleming.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Figura 41 – Igreja Católica, Polo Geraldo Fleming.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Assim como os demais, o polo Geraldo Fleming conta com Associação de Produtores Rurais. Na visão dos assentados a associação de produtores realiza ações que trazem benefícios para o polo, como buscar levar as reivindicações junto a prefeitura principalmente como entrega de materiais de apoio a produção. Além disso, a associação promove com frequência eventos para confraternização dos moradores, como pode ser observado na figura 42.

Figura 42 – Comemoração do dia da criança, polo Geraldo Fleming.



Fonte: Associação dos produtores rurais do polo Geraldo Fleming.

O polo Wilson Pinheiro fica localizado no km 18 da rodovia AC 90, Transacrena, uma região onde está localizada a maior parte das propriedades rurais do município, com fazendas destinadas à pecuária e à produção de macaxeira e de frutas. O acesso ao polo se dá pelo ramal e é necessário atravessar uma ponte de madeira sobre o Igarapé São João. O polo fica após o polo estadual Dom Joaquim.

Figura 43 – Ponte sobre igarapé São João (imagem esquerda). Ramal (imagem direita).



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Apenas o Polo Wilson Pinheiro tem a oferta de transporte público coletivo. O destino final é o mercado Elias Mansour, localizado no centro da cidade. O serviço é oferecido de segunda-feira à sexta-feira das 06:50 às 19:00 e nos finais de semana das 07:10 às 19:00. Alguns moradores reclamaram do serviço, alegando que a quantidade de viagens é reduzida, o que aumenta o tempo de espera. A educação pública também é ofertada aos moradores do polo, conforme ilustra a figura 44.

Figura 44 – Escola estadual rural Wilson Pinheiro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Entre os polos que compõem nosso universo empírico, apenas o Wilson Pinheiro possui uma escola rural que recebe o nome do próprio polo. A escola é de educação infantil e atende no período da manhã e à tarde. Os jovens podem dar continuidade aos estudos na escola localizada no km 18 da rodovia AC 90.

A falta de água é um dos principais problemas apontados pelos moradores do polo Custódio Freire. Apesar da maioria dos polos possuírem açude, durante o período do verão amazônico, aumenta a necessidade de irrigação das plantas que aliado à falta de chuvas faz com que água disponível não seja suficiente para atender às necessidades da propriedade.

Figura 45 – Açude de uma propriedade localizada no polo Custódio Freire.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Os moradores informaram que a prefeitura já prometeu implantar a rede de abastecimento de água. O fornecimento de água no polo seria possível pois ele está localizado próximo ao bairro Custódio Freire que recentemente foi beneficiado com a oferta deste serviço.

A falta de assistência técnica é outro motivo de reclamação por parte dos moradores. Uma moradora informou que a SAFRA havia estabelecido que as visitas técnicas aconteceriam duas vezes por semana, porém a promessa não foi cumprida. Essa situação gera prejuízos aos produtores, pois quando suas plantações são atingidas por pragas, os produtores tem dificuldades para conter o avanço das doenças.

Figura 46 – Doença na produção de cebolinha, polo Custódio Freire.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Apesar de possuir pavimentação asfáltica, percebe-se que os ramais estão há bastante tempo sem a devida manutenção. Apenas um ramal de pequena extensão compõem a malha viária do polo, com isso a falta de investimentos na infraestrutura é injustificável, a situação é ilustrada na figura 47.

Figura 47 – Ramal Castanheira, Polo Custódio Freire.



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

A figura 48 apresenta a imagem da única igreja localizada no polo Custódio Freire. A maior parte dos moradores são evangélicos, mas devido a proximidade com a cidade muitos deles frequentam igrejas fora do polo. Apesar disso, os produtores consideram a igreja local como uma organização atuante, através do seu trabalho social que consiste na realização de visitas às famílias e distribuição de cestas básicas quando há necessitados.

Figura 48 – Igreja Assembleia de Deus, polo Custódio Freire.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

5.4 Ações públicas nos polos agroflorestais

5.4.1 Algumas Ações da Prefeitura

Durante entrevista, o gestor público responsável dos polos afirmou que uma das prioridades da SAFRA é a organização de feiras. A feira é uma forma de comercialização importante, no sentido de retirar a figura do atravessador entre produtores familiares e consumidores finais, tendo em vista que este intermediário adquire barato do produtor e vende caro ao consumidor final. A manutenção das feiras de bairros e mercados públicos é uma prioridade da SAFRA, que atualmente organiza 34 feiras. Em todas as feiras, as bancas são de domínio da SAFRA e os feirantes recebem orientações de manuseio e de comercialização dos produtos, além de orientações sobre o comportamento nos espaços públicos.

Esta ação é de fundamental importância, uma vez que a SAFRA realiza o transporte da maior parte da produção comercializada nas feiras de bairros e nos

mercados municipais e na CEASA, mantendo o abastecimento com produtos hortifrutigranjeiros locais, com custos reduzidos tanto para produtores rurais quanto para consumidores.

Figura 49 – Comercialização na CEASA e feira de bairro



Fonte: SAFRA, 2017.

A SAFRA realiza, semanalmente, o transporte de aproximadamente 257 feirantes, participantes de feiras de bairros e também de produtores, que solicitam agendamento para levar sua produção aos mercados municipais e CEASA. A Secretaria dá o suporte para a realização do transporte da produção, oferecendo os caminhões, com motorista e grande parte do combustível necessário; apenas uma pequena parte deste é custeada pelos próprios produtores (SAFRA, 2017). A figura 50 traz a imagem da frota de caminhões da prefeitura de Rio Branco destinados ao apoio à comercialização dos produtos oriundos dos polos agroflorestais.

Figura 50 – Caminhões para transporte da produção.



Fonte: SAFRA/2017.

A mecanização agrícola é um importante subsídio aos produtores familiares, uma vez que a recuperação de áreas produtivas, alteradas, gera oportunidades de plantio de culturas perenes ou anuais, proporcionando elevação da renda dos pequenos produtores, evitando a queima e novos desmatamentos.

Para o ano de 2016, foram atendidas 18 famílias de produtores rurais no Wilson Pinheiro e 11 famílias residentes no Geraldo Fleming. A prefeitura disponibilizou tratores agrícolas com grades para o preparo do solo para plantio nas áreas em questão. Para a execução do serviço, foram realizadas reuniões entre lideranças rurais e representantes do Poder Público Municipal, para definição das ações.

Neste trabalho, foram contabilizados os serviços de mecanização agrícola nas comunidades do Cinturão Verde, onde as áreas foram preparadas. Cada produtor beneficiado contribuiu com 10 litros de diesel por hora trabalhada. Nas áreas de plantios de hortaliças, como é o caso do polo Custódio Freire, foram cedidos cultivadores motorizados (microtrator) e transporte dos insumos para preparo do solo.

Figura 51 – Preparo de solo por meio de gradagem.



Fonte: SAFRA, 2018.

No ano de 2017, foram realizados alguns serviços de açudagem no Pólo Geraldo Fleming, para o qual a SAFRA disponibilizou trator de esteira e operador, além de fomentar mais de 25% do combustível utilizado. O serviço totalizou 162 horas de máquinas beneficiando um total de 17 famílias. Este trabalho é realizado com recursos próprios. A captação de água destina-se principalmente à irrigação de culturas, hortaliças e fruticultura (SAFRA, 2018).

Diante da escassez de recursos, a prefeitura de Rio Branco realiza convênios com o Ministério da Agricultura para ampliar suas ações de incentivo à produção nos polos agroflorestais. Em 2015, foi celebrado convênio para aquisição de insumos e material de consumo para implantação de hortas e casas de vegetação. Por meio do referido convênio serão adquiridos caixas d'água, tela sombrite, lona plástica, cabo de energia e mangueiras que irão contribuir para o aumento do potencial produtivo, dos sistemas de cultivos protegidos por meio de sistema de irrigação para produção de hortaliças, reduzindo a sazonalidade de produtos no mercado local, elevando a renda (SAFRA, 2017).

5.4.2 ALGUMAS AÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO

Desde a implantação dos polos estaduais o título concessão de direito de uso é o documento da terra entregue aos assentados. A Secretária de agricultura do estado está trabalhando na elaboração de uma lei para a entrega de títulos definitivos que será encaminhada este ano para Assembleia Legislativa. Assistência técnica é ofertada pela EMATER e o apoio à comercialização, como transporte e organização de feiras é dado pela prefeitura de Rio Branco.

Logo após a chegada das famílias no polo a secretaria de agricultura do estado realizou o cadastramento dos produtores no INCRA que receberam financiamento de instalação para construção de moradia para produção e alimentação. Após 17 anos os produtores deveriam começar a pagar o financiamento, porém nenhum assentado pagou. A partir de 2015 o polo foi contemplado pelo Plano de Gestão da Fruticultura nos polos, a secretária doou mudas, adubos e fez correção de solo de 1 a 2 hectares por famílias.

Na visão do gestor, ao longo dos últimos 20 anos, esta política pública tem cumprindo seu papel social. O polo Wilson Pinheiro conta com boa infraestrutura e localização privilegiada, além de outras diferenciais como a participação de cerca de dez produtores na feira orgânica. Os fatores que acredita que limitam são a pouca disponibilidade de mão de obra e a visão dos moradores de ver o lote como instrumento para melhorar de vida. Alguns produtores já receberam aposentadoria ou bolsa família e não se dedicam à produção.

5.5 Formas de Cultivo e Comercialização

Os polos agroflorestais de Rio Branco podem ser considerados sistemas mistos. Conforme o SENAR (2017), os sistemas mistos são uma das formas de classificação dos sistemas agroflorestais com base no arranjo dos componentes. Tem por característica uma mistura de componentes dispostos na área, entre eles os pomares caseiros, quintais agroflorestais e sistemas agroflorestais sucessoriais. A sucessão de culturas, permite a existências de plantas ao longo do ano.

Durante a pesquisa de campo, constatou-se que a estrutura produtiva existente nos polos é bastante simples. Os produtores em sua maioria não possuem um sistema de irrigação sofisticado. Durante a estiagem é possível produzir hortaliças sem cultivo

protegido. Já no período conhecido como inverno amazônico que compreende janeiro a abril, os produtores precisam construir estufas para que as fortes chuvas não acarretem danos à produção. Os desgastes causados na estruturas devido as intempéries exige que este trabalho seja realizado todos os anos. As figuras 52 e 53 apresentam áreas de cultivo protegido nos polos Wilson Pinheiro e Geraldo Fleming.

Figura 52 – Área de Cultivo, polo Wilson Pinheiro.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020

Figura 53 – Área de cultivo, polo Geraldo Fleming.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Os produtores também buscam desenvolver cultivos consorciados, como previstos nos sistemas agroflorestais, o que contribui para recuperação do solo e a diversificação da produção. A produção consorciada está vinculada principalmente ao plantio de frutas e macaxeira.

Quanto à criação de animais, percebe-se que a maior parte da produção destina-se ao autoconsumo. A criação de galinhas é predominante em todos os polos; em alguns casos, a venda dos animais ocorrem apenas quando há excedente. Não existe uma estrutura para guarda dos animais: são criados “soltos”, no quintal.

Verificou-se que os produtores do polo Wilson Pinheiro apresentam interesse para produção de peixes. Porém, eles alegam que para iniciar ou dar continuidade à criação é necessário recuperação dos açudes e faltam recursos próprios para a realização dos serviços. Se existir apoio governamental eles acreditam que a criação de peixes é uma atividade viável para região.

Conforme Paula (2014), desde 2011 os produtores familiares do município que têm interesse em aprender técnicas de compostagem recebem treinamento na Unidade de Tratamento de resíduos Sólidos de Rio Branco – UTRE. O resíduo orgânico oriundo das feiras e mercados municipais e materiais provenientes de podas realizadas pela prefeitura são levados para centro de compostagem na UTRE e são transformados em adubos que podem ser utilizados nas suas hortas.

Com área de 2.580m², a unidade de compostagem da UTRE tem capacidade de processar até 30 toneladas ao mês de material orgânico. Até agora já foram produzidas mais de 500 toneladas de adubo orgânico para os produtores de hortaliças dos polos agroflorestais, instituições sociais e hortas comunitárias, além do atendimento de demandas pontuais. (PAULA, 2014)

De acordo com a autora supracitada, o projeto de produção de compostagem orgânica da Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos teve seus resultados reconhecidos através da 5ª edição do Prêmio Objetivos do Milênio - Brasil, em 2014, onde a iniciativa foi uma das 30 experiências vencedoras.

Neste contexto de incentivo à produção orgânica dentro do projeto hortas escolares, que é um projeto da Secretaria de Meio Ambiente em parceria com a SAFRA, os produtores recebem capacitação teórica e prática durante a montagem dos canteiros. Esse treinamento ocorre durante o ciclo de produção do adubo, que dura de três a quatro meses. O composto produzido é destinado para hortas escolares, jardins públicos e aos

produtores selecionados dos polos Geraldo Fleming e Custódio Freire que participam do projeto (PAULA, 2014).

Outras instituições também desenvolvem ações de incentivo à produção orgânica nos polos. Um exemplo é o trabalho realizado pela superintendência do Ministério de Agricultura, que ofertou um curso de agricultura orgânica e conduziu a formação de um grupo composto por trinta produtores, incluindo todos os polos. O objetivo era a criação de uma feira, após o acompanhamento da transição da agricultura convencional para orgânica, período de um ano e seis meses.

Foi criada uma feira no centro da cidade, próximo ao mercado municipal Elias Mansour, porém devido às dificuldades de desenvolver uma produção agrícola totalmente orgânica, alguns produtores decidiram abandonar o projeto, conforme relato a seguir:

Tem uma certa dificuldades de trabalhar com orgânico a gente não tem assistência técnica. A gente não tem insumo, as condições não é que não tem falta recurso pra aplicar. Porque a gente precisava de mecanização boa, a gente precisava de ter máquina pra que a gente pudesse puxar, porque não eu aqui na mão que vou brocar aqui que vou colocar um saco, dois saco de produto orgânico pra compostagem fazer uma coisa... era muito difícil. Eu ainda produzo ainda, não uso agrotóxico, não uso produto químico é muito difícil. Mas chegando na feira no momento que tu chega na feira e tu vai fazendo cliente, o cliente vai exigindo de tu, o produto tal, o produto tal. Se tu tem banana e farinha, mas aí ele quer uma goma, uma tapioca, um cheiro verde, um alface e aí vai. Aí assim, aí tu não tem, qual é a tua opção pra tu segurar teu cliente? Se tu não tem naquele momento, vai ter que achar da onde tu tirar pra oferecer pra ele, porque se tu não tem aqueles produtos que ele tá te procurando, então tu perde. Então vou lá pra banca do fulano que fulano tem de tudo. Aí o que aconteceu, muitos não tinha aí passaram a comprar de outros, aí eu dizendo: gente não pode, não pode comprar, mas aí eles não ouvia. Aí foi indo, aí com quatro anos eu resolvi sair da agricultura orgânica. Aí eles ficaram meio chateado porque eu tinha saído. Porque é assim, a agricultura orgânica, ou é ou não é, porque quando a gente, vai lá, a gente faz um curso, a gente tem acompanhamento e a gente assina um termo. A gente tinha sempre reunião no ministério de agricultura e o que eles passavam, olha gente o grupo, o grupo tem 20 produtor, só desses 20 produtor, se eu errasse e eu fosse punida eu levava o grupo todim, entendeu? Aí eu disse eu não vou ser responsabilidade, punida por uma coisa que eu não fiz. (Caderno de campo, 15/08/2019).

Alguns produtores afirmaram que a primeira dificuldade relacionada ao cultivo de orgânicos está na origem dos materiais utilizados para formação do composto orgânico. A utilização de esterco bovino não dá garantia de que o composto será 100%

orgânico, porque caso tenha sido utilizado algum tipo de veneno nas pastagens que alimentam o gado, o material passará por contaminação.

É misturado porque ninguém pode tirar veneno por causa das doenças. Dá menos doença no verão, mas agora apareceu uma praga que ninguém sabe o que é acaba com a cebola da noite pro dia. Veio um rapaz ensinar a gente fazer compostagem. O problema é que a gente não tem estrume de gado se for pegar nas fazendas o veneno que passa no capim faz com que o estrume fique com veneno e mata as verduras. A gente usa mais fertilizante de urina da vaca. (Caderno de campo, 09/08/2019).

Meio a meio não é tanto convencional nem orgânico, mas é mais convencional. O orgânico tem que ser orgânico tem que vir lá do esterco do boi orgânico, se o fazendeiro tiver passado veneno já não vai ser orgânico. Se eu for pegar esterco na granja e tiver hormônio já na vai ser orgânico, então se falar que é 100% orgânico já tá mentindo. Tipo no nosso caso a gente pega esterco, mas Ninguém sabe o processo que é feito lá. (Caderno de campo, 11/08/2019).

Além disso, eles acreditam que ainda falta incentivo aos produtores para adesão a este tipo de cultivo. O fomento da produção deveria ser realizado a partir de um programa governamental voltado especificamente para esta atividade. Tal visão aparece no seguinte relato: “O orgânico tem que ter um projeto bem elaborado pelo governo dar assistência técnica bem trabalhada desde começo até o fim.”

Apesar das dificuldades em desenvolver a agricultura orgânica, alguns produtores reconhecem a importância de reduzir o uso de agrotóxicos para a preservação da sua saúde e da família:

Assim não é 100%. As vezes quando a planta tá meia fraca eu ponho aquele tal de mpk, mas pra borrifar assim eu não ponho nas minhas plantas agrotóxicos eu compro aquele tal biofertilizante que chamam bico doce, é dez reais o litro, mas eu compro pra borrifar porque eu como dali e meus filhos comem dali, minha família toda come dali. Então é assim eu ainda tenho aquela preocupação, eu ainda adubo na terra, o resto é o esterco com carvão, o mato que a gente capina eu coloco todinho nele, vou fofando, aí é assim. (Caderno de campo, 15/08/2019).

A proposta dos assentamentos rurais de Rio Branco era possibilitar a geração de renda agrícola e também contribuir para autossuficiência alimentar das famílias. Mas, de acordo com os produtores diversas dificuldades impedem a ampliação da produção para o autoconsumo, como a qualidade do solo, o tamanho dos lotes, a capacidade de investimento e a mão de obra disponível.

Poderia mas a terra não ajuda, no caso a gente compra feijão, compra arroz se a terra fosse maior a gente poderia produzir aqui. Tanto maior e se ela fosse boa também, porque a nossa terra ela não é boa pra esse tipo de plantação, até a macaxeira ela dá ruim...banana, não dá banana boa a não ser essa enxertada, ela não produz a banana maçã comum e nem a prata comum, a terra. Quando dá é uns pesinhos bem pequeninhos. é só a da Embrapa. (...) a gente consegue produzir hortaliça porque é no adubo. (Caderno de campo B, 03/01/2020).

Poderia se a gente tivesse terra mais grande e outra que se a terra fosse boa, cultivar, porque muitos a gente planta e não dá. Banana eu luto muito com banana aqui, mas não dá, não dá. Dá os cachos bonitos o primeiro, o segundo, o terceiro já morre não vai avante. (Caderno de campo B, 06/01/2020).

A pessoa tem que ter o material né, a gente não tem tipo assim, um motor de arado, a gente não tem um motosserra, falta muita coisa pra gente assim, não material pra fazer uma casa de farinha tá entendendo, então é difícil. O dinheiro da feirinha não é lá essas coisas. A gente paga o carro. A gente paga a banca tá entendendo? E o dinheiro que faz a gente compra as coisa pra dentro de casa. (Caderno de campo B, 02/01/2020).

Até poderia se tivesse mais pessoas pra aqui trabalhar pra ajudar porque só nós dois pra trabalhar, porque quando a gente começa a capinar o roçado lá atrás e vem porque quando a gente chega lá no fim aí que termina lá no fim tem que começar na frente de novo que o mato já dessa altura. (Caderno de campo D, 03/01/2020).

Em relação à escolha do canal de comercialização, a figura do atravessador ainda é presente nos polos, a exemplo de outras regiões da Amazônia. Apesar de reduzir os lucros a entrada de intermediários se faz necessário são poucos os produtores que possuem transportes. Outro motivo da presença de atravessadores é a pouca mão de obra disponível em alguns casos apenas duas pessoas trabalham no lote, dificultando a saída para a feira. Verificou-se que alguns produtores atuam como atravessadores comprando a produção dos vizinhos para revender. Em outros casos, os produtores entregam produtos para os vizinhos que estão com falta de algum produto e posteriormente retribuem da mesma forma ou pagam os valores correspondentes, como explicou uma produtora do polo Geraldo Fleming “vende ou troca agora meu marido vai trocar 2 metros de cheiro verde com vizinho porque o dele tá pequeno quando dele tiver bom ele me devolve”. (Caderno de campo A, 03/01/2020).

Foi constatado que a maioria dos produtos preferem outro canal de comercialização dentro do mercado tradicional; ou seja, a venda em feiras de bairro ou mercados públicos. Eles acreditam que a feira é a melhor alternativa, pois elimina os intermediários que ficam com parte dos lucros e o capital de giro mais rápido garante maior tranquilidade:

Feira é a opção que tem. Pra atravessador não compensa para atravessador você tem que plantar em grande escala, aí tem que ter gente, ter mão de obra, aí não compensa não. Governo é projeto é uma vez por ano quando tem recurso. Se for plantar pra entregar pro governo tem que ter uma segurança. Quem se iludir em plantar pra vender por governo tudo. o governo não compra tudo é só uma complementação de renda, não é pra absorver tudo. (Caderno de campo, 11/08/2019).

Eu só vendo na feira. Porque assim aqui tem umas entregas pro PAA, aqui tinha fome zero, aí a gente entrega e passa uma mês, dois mês pra receber. Agora tá até melhor o preço, mais ou menos, mas era muito barato e era descontado muito coisa e passava um tempão pra receber, eu entregava e as vezes eu ia receber a primeira entrega bem no final da última, aí rapaz não dá, eu não gosto desse tipo de coisa. Meu negócio é minha feirinha, mesmo que venda mais barato tô com meu dinheiro na hora, na mão, faço o que eu quero. As feiras eles oferecem as bancas o caminhão, mas é nós que tem que manter, nós é que paga o montador, nós é que paga o óleo do caminhão pra vir buscar nós. (Caderno de campo, 26/07/2019).

O Programa de Aquisição de Alimentos gerenciado pelo governo do estado do Acre trabalha atualmente com as modalidades de compra com doação simultânea e compras governamentais. Em relação à modalidade compra com doação simultânea⁵, o segundo gestor local entrevistado apontou que o principal problema do programa é a limitação dos recursos financeiros. Cada produtor recebe até R\$2.500,00. Também existe demora para liberação dos recursos. Com isso não é possível estabelecer um cronograma para ser seguidos todos os anos, além de gerar incertezas para os produtores. Apesar dos entraves o gestor ressalta a importância social do programa que incentiva a produção agrícola ao complementar a renda do produtor além de fortalecer as ações das instituições sociais que recebem os alimentos.

No que tange aos programas de compras governamentais PAA e PNAE, a renda destinada ao produtor varia conforme a modalidade aderida. De acordo com o gestor da modalidade de compras institucionais do PNAE, cada produtor pode receber até R\$ 20.000,00 anualmente. Nesta modalidade, são selecionadas cooperativas e associações que possuam a documentação exigida no edital e certidões negativas em todas as esferas de governo. Para o produtor participar desses grupos, é necessário ter Declaração de Aptidão ao PRONAF atualizada.

O gestor relatou que um dos entraves relacionados ao programa é a limitação de recursos humanos: apenas dois servidores da Secretária de Estado de Agropecuária trabalham para atender todo o estado. Por parte dos produtores, falta despertarem para o empreendedorismo, pois eles não demonstram interesse pelo cooperativismo e outras formas de organização. As poucas cooperativas e associações existentes possuem

⁵ Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Grisa *et al.* (2009)

dificuldades de logística pois não possuem transporte, o que prejudica a participação no programa. De acordo com o gestor, visando auxiliar os produtores rurais neste processo, a organização não governamental denominada Estrada, está desenvolvendo um projeto para realização de oficinas para apresentar os critérios para participação no programa.

5.6 PAPEL DAS MULHERES ASSENTADAS: ALIMENTAÇÃO, PRODUÇÃO E FAMÍLIA

A pesquisa de campo revelou uma participação ativa das mulheres na produção agrícola. Em muitos casos a mulher participava de todas as etapas do processo produtivo até a comercialização nas feiras, além de vender na feira e cuidar dos afazeres domésticos. E em algumas famílias a mulher era a responsável principal por tocar a lavoura.

Falta de adubo pra aumentar produção. Aqui trabalho em tudo, trabalho no roçado, eu planto, eu colho, aqui trabalha três eu meu marido e meu filho. Quando tá no verão quando não chove é quase nós trabalha todo dia porque tem que alimpar. Cuido da minha casa cuido das minhas criações, mas ele ajuda também quando eu tô muito aperriada ele ajuda também. (Caderno de campo A, 02/01/2020).

Trabalho, mas não todos os dias, porque tenho que cuidar da casa. Tem que virar leira e eu planto tenho que aguar. Trabalho três vezes na semana na plantação. Pra vender uma semana eu vou pra feira na outra semana ele vai. (Caderno de campo A, 03/01/2020).

Quando a gente acorda 5:00 nem arruma nem as camas só levanta faz um cafezinho e vai pra roça ai quando chego 8:30 9:00 e pouco aí vou arrumar a cama arrumar casa vou botar feijão no fogo quando não tem cozido, aí vou fazer a carne arroz vou fazer o almoço todo, aí ele vem também. A tarde a gente volta uma hora, uma e meia no máximo a gente volta pra roça e volta 16:00 e eu esquento a janta. (Caderno de campo D, 03/01/2020).

Eu Faço tudo só não faço aradar e fazer leira, mas eu planto eu limpo eu capino eu faço colheita, não só eu né eu e ela, essa aqui é minha filha. Somos três, meu esposo no trabalho bruto mais pesado e a gente fica com o mais leve que a questão de limpar, adubar, aguar, fazer a colheita, a venda, tudo fica com a gente todo dia a gente vai trabalhar. (Caderno de campo C, 03/01/2020).

Eu tenho 65 anos. Aqui trabalha eu mais duas filhas e a neta ajuda sexta pela manhã o dia de colher as verduras. Cria galinhas e peixe para o consumo da família e macaxeira planta pra comer. (Caderno de campo, 09/08/2019).

Um caso que merece destaque é trabalho de uma produtora do polo Geraldo Fleming que ao lado da sua irmã dedicava-se exclusivamente à criação de animais. Este caso chamou atenção uma vez que a criação de animais é um trabalho árduo e exige atuação diária por parte do produtor.

Apesar de a maioria das mulheres participarem de todo o processo produtivo, algumas delas trabalham apenas em alguma etapa da produção, como o plantio e a colheita. Geralmente a saúde debilitada é a principal causa que impede maior participação de algumas mulheres nas atividades produtivas.

Eu mais ajudo porque tem problema de coluna eu não aguento tipo capinar pra cuidar limpar é ele eu não eu mais ajudo a plantar e a colher eu tenho dois disco e papagaio e hérnia na coluna agora pra tá agachada eu já não aguento. Os animais é eu ele, às vezes ele dá comida, é galinha pato, a gente tá pensando em criar porco, às vezes ele dá comida. (Caderno de campo B, 02/01/2020).

Em todas as famílias as mulheres eram responsáveis por fazer a comida, bem como escolher o cardápio das refeições. Em famílias com filhas adultas elas também realizavam esta atividade. Identificou-se em alguns relatos a busca por manter os hábitos alimentares antigos durante as refeições.

Nossa prática não mudou, porque sou filha de seringueiro fui criada no seringal eu vim pra cidade eu já era adolescente, mas a minha prática não mudou eu como batata, jerimum, banana comprida, o pão de milho, a tapioca esse é o nosso café da manhã, entendeu? Assim, pão, massa, a gente come, mas é muito pouco. (Caderno de campo A, 06/01/2020).

A gente compra uva, maracujá compra... é variado maçã, a gente compra o que tem na promoção, só não vai muitas vezes na promoção o que a gente gosta muito e a gente tem de desejo de comer e compra, caqui que era uma fruta que eu era acostumada a comer no sul e continuei comendo. (Caderno de campo C, 03/01/2020).

As caças que tem aqui é tatu, paca, jabuti, uma vez por mês mais no verão, a gente gosta porque a gente foi criado no seringal com carne de caça e peixe nativo. (Caderno de campo A, 03/01/2020).

Por outro lado, foi possível observar a inserção de alimentos industrializados, como refrigerantes, biscoitos, macarrão instantâneo, principalmente em famílias com crianças. Além disso, mesmo com criação de galinhas em quase todos os lotes os produtores compram frango no mercado, pois a quantidade de animais, em torno de 30 galinhas por lote, não é suficiente para a venda e o autoconsumo. É necessário manter as galinhas para abastecer a casa com os ovos. As agricultoras também relataram que

vendem a galinha caipira por R\$ 35,00, sendo mais vantajoso em termos de renda vender as galinhas e comprar o frango no mercado. Essa prática mostra a autenticidade da alimentação é deixada de lado em busca de maior renda agrícola.

Figura 54 – Almoço de uma família de produtores do polo Geraldo Fleming.



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

O Cardápio do café da manhã varia entre as famílias, excepcionalmente os moradores consomem pão, os alimentos mais consumidos são: farofa com ovo macaxeira cozida, bolacha, banana comprida frita, o pão de milho (cuscuzeiro) e a tapioca. Existem produtores que apenas tomam café, pois precisam acordar muito cedo para trabalhar na horta, para aproveitar a temperatura mais amena. No almoço e no jantar a base da alimentação é arroz, feijão e algum tipo de carne.

As agricultoras têm o costume de cultivar algumas ervas medicinais para tratamento de doenças da família. As principais plantas cultivadas são: Alfavaca, corama, malvariço, hortelã, cravo de defunto, anador, arruda, mastruz, dipirona, maracujina, erva cidreira e crajiru.

Quando questionadas se consideram a alimentação da família saudável, a opinião das agricultoras associam alimentação saudável com a existência ou não de

doenças, percebe-se nos seguintes relatos “Acho que é até agora graças a Deus ninguém adoeceu” (Caderno de campo A, 02/01/2020).

A alimentação a gente não come verduras come muita carne vermelha, fritura já atinge os pequenos essa minha filha de nove anos teve tontura levei ao medico ele disse que tem colesterol alto. (Caderno de campo B, 03/01/2020).

Porém, foi possível verificar que muitas famílias não possuem uma alimentação rica em frutas, legumes e verduras. A maioria das agricultoras informou que não comem verdura todos os dias, pois é caro, mostraram que o fator renda influencia uma melhor alimentação. Em outros casos elas não possuem o hábito de consumir este tipo de alimento. Entre as hortaliças oriundas da horta mais consumidas pelas famílias destacam-se a cebolinha, chicória e couve. A macaxeira também é bastante consumida sendo cultivada em quase todas as propriedades. Os principais vegetais comprados no mercado são a cebola e a batata. Parcela significativa das famílias consomem frutas apenas no período da safra.

O polo Geraldo Fleming foi o que apresentou maior quantidade de famílias que praticam a caça. De acordo com as produtoras são os homens geralmente os filhos mais velhos que realizam a atividade. Os principais animais capturados são paca, cutia, macaco, tatu, considerados caça pequena. No polo Wilson Pinheiro a caça deixou de ser praticada, pois não se encontra animais na floresta. O polo Custódio de Freire apresenta área de mata bastante reduzida o que impede a caça.

Em relação à organização social verifica-se um protagonismo feminino nos polos, tendo em vista que atualmente as associações de produtores dos polos Wilson Pinheiro e Custódio Freire são lideradas por agricultores. No polo Geraldo Fleming a gestão da associação de produtores que concluiu suas atividades em 2018, era conduzida por uma mulher. Além disso, a liderança feminina está presente na organização da cooperativa.

No que tange ao papel das mulheres na família elas são responsáveis pelos afazeres domésticos e também pela educação dos filhos. Quando questionadas sobre a participação dos cônjuges nesse processo percebe-se que é uma responsabilidade exclusiva delas. “Eu que cuido da educação ele não se intromete muito não. É mais a mãe nessas horas assim” (Caderno de campo B, 02/01/2020). “Ele é lerdo demais vixe.

Eu que cuidava dos meninos” (Caderno de campo A, 03/01/2020). “Mas é eu e ela a responsabilidade da criança reunião de escola tudo” (Caderno de campo C, 03/01/2020). Pode-se afirmar que mulheres assentadas são sobrecarregadas, além de participarem ativamente das atividades produtivas, cai sobre elas os cuidados com a casa e com os filhos.

5.7 Percepção dos Assentados sobre a Vida nos Polos e a Permanência dos Jovens

A proposta dos polos agroflorestais era dar acesso a terra a pessoas oriundas de áreas rurais que por diversos motivos foram deixando a terra. Para compreender os resultados desta política na vida dos assentados é importante compreender as dificuldades enfrentadas pelos agricultores antes de tornarem-se assentados.

Lá é Bem diferente daqui lá eu era sustentada pelo marido tudo dependia dele tudo, tudo depois que cheguei aqui foi que mudou né, aí eu comecei a trabalhar, a sair pra conhecer a cidade. Tudo é nosso aumentou a renda ficou melhor não falta nada graças a Deus, aqui nunca passei depois cheguei aqui. Lá é muito difícil o custo de vida lá pra quem não tem estudo é muito difícil, pra quem mora na zona rural como a gente lá é não é uma vida boa não é muito difícil, lá a terra é pior do que aqui. (Caderno de campo B 03/01/2020).

Quando era bem nova no seringal aí eu trabalhava eu quebrava castanha, eu cortava seringa, eu roçava de foice fazia todo serviço. Aí tinha um monte de menino. Pra criar esses menino tudo era um sacrifício oh. Eu tive 12 filhos tenho 10 vivo graças a Deus tive muita dificuldade. (Caderno de campo D 03/01/2020).

Durante os diálogos com produtores foi constatado que de forma geral na visão dos entrevistados as condições de vida e capacidade de prover alimentos eram piores antes dos assentamentos. Por outro lado, até a consolidação dos polos os produtores passaram dificuldades em relação a prover alimentação a família.

Quando veio morar aqui nem eu tinha emprego nem ele tinha emprego até as coisas crescer pra gente colher foi muito difícil mesmo, passei muito apuro tinha dia que não tinha nada pra comer nada mesmo tá. De um ano pra frente que as coisas melhoraram. (Caderno de campo A 03/01/2020).

De acordo com uma produtora do polo Custódio Freire no começo da ocupação, diante a falta de mão de obra e a necessidade de iniciar a produção os moradores realizavam “multirão” organizando frentes de trabalhos na maioria dos lotes. Superada as dificuldades iniciais esse tipo de trabalho coletivo deixou se ser realizado. Situação

semelhante aconteceu nos demais polos conforme relato de um morador do polo Geraldo Fleming.

Antigamente ainda trabalhava assim uns tempo, ali pro outro ramal e aí era legal, fazia aquele grupo de gente trabalha um dia na colônia outro dia na outra de repente fazia o serviço certo, mas aí não funcionou não de repente pararam. (Caderno de campo A, 03/01/2020).

Buscou-se durante as entrevistas identificar qual a percepção dos assentados sobre a qualidade de vida nos polos e se eles consideravam que trabalhar/morar no lote é mais vantajoso que residir na cidade. De forma geral, os produtores estão satisfeitos e consideram que morar nos polos é a melhor opção que eles possuem. Entre um dos motivos para essa visão está a possibilidade de realizar o autoconsumo a partir da sua produção.

Eu me sentia mal dentro da cidade quando chegava em casa meu filho me falava: aí mãe queria uma banana. Eu dizia se tivesse dinheiro comprava pro meu filho. Já eu tô aqui e meu filho ah quero uma graviola, graças a Deus tem. Eu tenho limão tenho a laranja tenho cupuaçu na produção. Eu fico feliz com isso, meu filho quer comer tem plantado tem fruta, deu tem. Aí assim, de tudo eu tenho pra eu comer e levo pra minha feira. Porque é assim, o que eu tenho eu não compro, mas o que eu não tenho eu preciso comprar. Se eu tivesse na rua eu ia depender daquele empreguinho. (Caderno de campo, 15/08/2019)

Além da possibilidade de reduzir a dependência de alimentos comprados no mercados, também registrou-se relatos de uma produtora que exalta a importância do autoconsumo associado à alimentação saudável. O trabalho no polo e o cultivo orgânico, realizado no seu lote, proporciona a garantia de estar consumindo alimentos saudáveis, diferente da maioria dos alimentos encontrados no mercado.

Primeiro porque eu gosto daqui. Segundo porque aqui eu posso ter uma alimentação natural, aqui tanto posso ter alimentação natural, como posso vender um produto natural. E aqui também eu compro só o básico o maior consumo meu sai daqui mesmo, tipo verdura, carne eu não como carne, mas peixe tudo tiro daqui. Eu prefiro morar aqui porque aqui eu moro e vendo meus produtos, não preciso trabalhar empregada lá na rua ganhar salário mínimo. Aqui eu faço meu salário e conforme meu trabalho eu aumento meu salário. (Caderno de campo, 12/08/2019).

Nos relatos dos assentados é possível verificar que a renda auferida e a possibilidade de ter independência, no sentido de trabalharem por conta própria, são fatores importantes para permanência nos polos. Outro motivo pelo qual os produtores preferem viver nos polos é a tranquilidade, no que tange à falta de agitação, bem como

em relação à questão de furtos e assaltos, fator importante diante do crescimento dos índices de violência registrados em Rio Branco nos últimos anos.

Eu continuo porque gosto de trabalhar com a terra. Sou aposentada a renda da aposentadoria não é suficiente pra viver, ainda bem que não sou doente porque se tivesse que comprar remédio seria pior. Aqui é bom pra viver não tem barulho de carro nem perturbação. (Caderno de campo, 09/08/2019).

Primeiro é bom de morar aqui, apesar do ramal tá melhor que a cidade, tranquilo, por enquanto ninguém sabe até quando. Hoje na idade que nós temos tá difícil arrumar emprego e ir pra rua pra ganhar um salário mínimo pra sair daqui vai tudo em passagem e alimentação que você vai ter que comer por lá alguma coisa assim, então não compensa então aqui tá bem melhor que arrumar emprego lá. Graças a Deus o que a gente paga a gente vive bem. (Caderno de campo, 11/08/2019).

Atualmente, as famílias rurais encontram dificuldades em relação à sucessão do trabalho na propriedade, tendo em vista que a permanência dos jovens no meio rural não é algo certo como era em um passado recente, seja por imposição dos pais, seja por questão cultural.

Segundo Carneiro (1998), a nova realidade está relacionada às mudanças ocorridas no meio rural, que passou a ser um espaço cada vez mais heterogêneo, e às fronteiras com meio urbano estarem se tornando cada vez mais próximas. Os jovens são os mais afetados neste novo contexto, pois sentem-se atraídos pelo mundo moderno e acreditam que o trabalho na agricultura não apresentam boas perspectivas para o futuro.

Essa nova condição também é verificada nos polos agroflorestais onde parcela significativa dos jovens demonstram o desejo de dar continuidade aos estudos, para isso é necessário o deslocamento até a cidade, além de almejarem uma colocação no mercado de trabalho urbano. Um produtor indica o fato do trabalho agrícola ser bastante penoso como um dos motivos para esse comportamento dos jovens:

A nossa lei foi formada aí dizendo que não pode botar mais jovem pra trabalhar, que de menor não pode trabalhar e quando chega de maior ele não quer mais nada na roça quer trabalho mais maneiro, às vezes estuda e aqui não oferece estudo adequado tem que sair pra cidade pra estudar. Muitos já saíram, mas tem muitos que continua. (Caderno de campo, 15/08/2019).

Outro motivo de insatisfação dos jovens em relação à vida nos polos é a falta de acesso à internet e oportunidade para realização de cursos, conforme o relato de uma produtora do polo Wilson Pinheiro.

Os jovens eu vejo reclamar, porque os amigos da minha filha andam aqui e eles acham ruim, aqui porque não tem internet, quando precisa fazer um trabalho tem que ir lá na cidade. Eu acredito que muitos querem ir embora porque não tem oportunidade eles, não tem como fazer um curso. A minha

filha reclama porque se tivesse na cidade tinha entrado pro bombeiro mirim, feito o curso de inglês de graça que tavam dando de graça e aqui não tem essas oportunidades. (Caderno de campo, 31/07/2019).

Em relação à opinião dos familiares sobre a possibilidade dos filhos deixarem a propriedade, as posições se dividem. Existem famílias que desejariam que os jovens permanecessem no polo e outras que apoiam totalmente a decisão de buscarem outro tipo de atividade na cidade, pois consideram a vida no campo bastante difícil.

A maioria dos jovens quer ir embora dois netos falaram que querem ir embora pra “rua” pra estudar e trabalhar. Eu tenho uma neta que se forma esse ano em psicologia. Eu como avó fico triste por sair daqui, mas a decisão é deles tem que respeitar. (Caderno de campo, 09/08/2019).

A maior parte não fica aqui não, mora aqui, mas arruma trabalho na cidade. O daqui de casa trabalha de manhã a tarde ajuda nós e faz faculdade a noite. Eu quero que procure outro ramo a gente luta porque a gente precisa que é daqui que a gente sobrevive, mas não quero isso pros meus filhos não. (Caderno de campo, 11/08/2019).

Percebe-se nos relatos dos agricultores que a sucessão familiar nos polos está comprometida pela falta de interesse dos jovens em permanecer na propriedade. A proximidade com o meio urbano permite que alguns jovens conciliem as atividades no lote com estudos fora do assentamento; porém, quando alcançarem colocação no mercado de trabalho formal, a tendência é que aqueles que permaneceram no lote utilizem a propriedade apenas como moradia, colocando em risco a continuidade dos polos agroflorestais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho contribuiu para revelar as condições de segurança alimentar dos agricultores familiares dos polos agroflorestais de Rio Branco, a partir do formulário da EBIA, metodologia que foi aplicada pela primeira vez no universo empírico desta pesquisa.

A proposta inicial do projeto de pesquisa era trabalhar com o índice UFSCAR⁶ para segurança alimentar que é um instrumento capaz de mensurar o nível de segurança familiar e que permitiria tratamento estatístico adequado para a avaliação da efetividade da segurança alimentar. Nos polos agroflorestais, apesar de não ter sido aplicado o índice UFSCAR, trabalhou-se com as variáveis que compõem esse índice e a possível efetividade foi verificada através das variáveis simples e cruzamentos entre a EBIA e algumas variáveis. Desta forma, a análise quantitativa baseou-se principalmente em uma apresentação descritiva dos dados.

Os resultados obtidos na pesquisa de campo confirmaram a hipótese de que a renda agrícola é a variável que exerce maior influência nas condições de segurança alimentar dos assentados. Verificou-se que as famílias do polo Custódio Freire apresentaram maior renda agrícola média mensal e foram as que estavam em menor percentual dos níveis mais graves de insegurança alimentar. Além disso, os cruzamentos mostraram que a condição de segurança alimentar está relacionada com maior renda agrícola.

O autoconsumo é reconhecido pela literatura como um elemento importante para a segurança alimentar dos agricultores familiares. Porém, os produtores dos polos agroflorestais apontaram que existem diversos fatores que impedem o aumento da produção para o autoconsumo, destacando-se o tamanho dos lotes. Além disso, a pouca disponibilidade de mão de obra, os problemas de fertilidade do solo impedem a produção de algumas culturas que formam a base da alimentação. Desta forma, a renda

⁶ De acordo com Almeida (2015) o índice UFSCAR para segurança alimentar com foco no agricultor familiar e que considera as especificidades de uma realidade territorial rural. Ao mesmo tempo em que corrobora com a EBIA, o índice UFSCAR avança no sentido de incorporar variáveis que interferem na segurança alimentar dos agricultores familiares.

agrícola permite acesso a alimentos básicos como feijão, arroz que não são produzidos nos lotes.

Os bons resultados da produção de hortaliças, em comparação a outras culturas presentes nos polos, devem-se a possibilidade de produzir em áreas menores com uso de adubo químico ao contrário de outros produtos que exigem maiores investimento na correção do solo. Portanto, a horticultura constitui a principal fonte de renda devido às condições propícias de produção para este tipo de assentamento, bem como a estrutura de comercialização em torno das feiras de bairros que facilitam a venda destes produtos e possibilita acesso a capital de giro mais rápido.

Um dos entraves verificados nos polos é o fato que as associações não atuam no processo de organização produtiva. Elas participam como interlocutores entre os produtores e a prefeitura e governo do estado. Os gestores públicos juntamente as lideranças locais devem desenvolver projetos para o fortalecimento desta área. A oferta de capacitações sobre associativismo e cooperativismo, com foco nos benefícios que estas organizações podem gerar em termos de acesso a programas de compras governamentais e financiamentos, pode contribuir para despertar o interesse dos produtores para essas atividades.

No que tange às ações da prefeitura de Rio Branco, verifica-se que a falta de recursos próprios prejudica a manutenção dos polos agroflorestais. Observa-se que a prefeitura atua de forma mais efetiva nas atividades de comercialização; mesmo assim, os produtores reclamam da contrapartida que devem dar para o transporte dos produtos.

Apesar da crise orçamentária enfrentada em todas as esferas de governo, pode-se afirmar que a gestão pública municipal poderia ter uma atuação mais eficiente nos polos agroflorestais. Um exemplo é a realização de um projeto de assistência técnica direcionada para a resolução dos problemas das lavouras. Tendo em vista que a SAFRA dispõe em seus quadros de profissionais para este trabalho, mas a ineficiência destes serviços resulta em diversas reclamações por parte dos produtores.

A prefeitura poderia realizar parcerias com instituições que desenvolvem pesquisas na área de ciências agrárias, como a Universidade Federal do Acre e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Acre para aliar o conhecimento

gerado na academia à aplicação prática, enfrentando os problemas que atingem os agricultores familiares.

Através dos diálogos com os produtores é possível perceber que muitos deles compreendem a importância para saúde em reduzir o uso de agrotóxicos na produção. Mesmo assim eles apontam diversas dificuldades para o desenvolvimento do cultivo orgânico. O projeto promovido pela prefeitura para a fabricação de composto de orgânico é uma iniciativa de estímulo. Porém, é necessária a realização de projetos que tirem dúvidas dos produtores em relação a esta forma de produção. Projetos na área de comercialização específicos que valorizem a qualidade dos produtos orgânicos podem fortalecer a atividade nos polos.

Analisando de maneira subjetiva os relatos registrados nos cadernos de campo é possível afirmar que a política pública contribuiu para melhoria da segurança de alimentar de maioria dos assentados, uma vez que antes de ingressarem nos polos as dificuldades referentes à alimentação eram significativas. A pesquisa qualitativa revelou que, mesmo diante das dificuldades de infraestrutura, os produtores consideram boa a vida nos polos em comparação à cidade, onde o custo de vida é maior e há recrudescimento da violência. Neste sentido, pode-se afirmar que a satisfação dos beneficiários indica a efetividade da política pública analisada.

Apesar da melhoria da vida nos agricultores é importante frisar que dentro do universo de estudo existe assentamento com mais de vinte anos de criação. Ao longo deste tempo ocorreram mudanças nas políticas públicas para agricultura familiar como programas de PAA e PNAE e novas linhas de financiamento para o setor. A pesquisa revela a necessidade de uma reformulação da política pública voltada aos polos agroflorestais e a realização de um planejamento voltado para novas demandas relacionadas à manutenção e mudanças do mercado no sentido de avançar na organização produtiva e social.

Quanto ao desenvolvimento de novos estudos, sugere-se a realização de pesquisa em grupos de agricultores familiares de Rio Branco que não fazem parte dos assentados nos polos agroflorestais. A comparação entre beneficiários e não beneficiários permitirá a verificação da existência de casualidade dos resultados apresentados com a política pública analisada.

REFERÊNCIAS

ACRE. Lei nº 1693, de 21 de dezembro de 2005. **Cria os Programas de Pólos Agroflorestais e Quintais Agroflorestais – PQA e autoriza o Poder Executivo a outorgar, sob condição resolutive, concessão de direito real de uso de terras públicas rurais localizadas nos pólos agroflorestais, para implementação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre.** Online, Disponível em: <<http://www.al.ac.leg.br/leis/?p=6417#:~:targetText=%E2%80%9CCria%20os%20Programas%20de%20P%C3%B3los,Sustent%C3%A1vel%20do%20Estado%20do%20Acre.%E2%80%9D>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ACRE. Secretaria de Meio Ambiente. **Aspectos socioeconômicos:** população e as condições de vida, infraestrutura e a economia do Acre/Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Rio Branco: SEMA, 2011.

AGÊNCIA DO ACRE. **Polos agroflorestais. Escola rural reconstrói memória dos polos Wilson Pinheiro e Dom Joaquim.** Rio Branco: 20/09/2017. Disponível em: <<https://agencia.ac.gov.br/escola-rural-reconstrui-memoria-dos-polos-wilson-pinheiro-e-dom-joaquim/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ALMEIDA, Carla da Silva. **Organismos geneticamente modificados e atores diretamente impactados:** Como agricultores brasileiros avaliam os cultivos transgênicos? 342f. Tese (Doutorado). Programa Educação, Gestão e Difusão em Biociências, Instituto de Bioquímica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

ALMEIDA, L. M. M. C. **Estrutura de governança e gestão das redes e programas de segurança alimentar:** análise comparativa entre municípios paulistas. 220f. Relatório técnico-científico (Pós-Doutorado). Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

ALMEIDA, F. B.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Avaliação do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais do município de Rio Verde, GO: efeitos, entraves e diferenciações. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 277-287, jul./dez. 2015.

ALMEIDA, L. M. M. C.; PAULILLO, L. F. FERRANTE, V. L. S. B. Segurança Alimentar e Consórcios de Produtores Rurais: Possibilidades de Formação de Redes de Capital Social no Território Citrícola Paulista. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 3, p. 398-421, jul-set. 2006.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: Análise dos Programas Municipais de Araraquara-SP. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2008, Rio Branco. **Anais**. Online: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/ags/sbrfsr/107864.html>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ALMEIDA, L. M. M. C. et al. Índice UFSCar de segurança alimentar para agricultores familiares. **Revista de Política Agrícola**, [online] v. 24, n. 14, p. 2-96, Out./Nov./Dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1057/982>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ALVES, R. N. B. **Características da agricultura indígena e sua influência na produção familiar da Amazônia**. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2001.

ANDRADE, C. F. **Análise multitemporal da cobertura e uso da terra, impactos ambientais e aspectos socioeconômicos do pólo-agroflorestal Custódio Freire, Rio Branco – AC**. 88f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

ARAÚJO, M.; GAZZOLA, R. Políticas públicas Prestação de contas dos atores. **Revista de política agrícola**, [online], v. 26, n. 1, p. 25-37, Jan./Fev./Mar. 2017. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1251/1041>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ARAÚJO. A. A.; SANTOS, A. C. O. Segurança alimentar e indicadores socioeconômicos de gestantes de distritos sanitários II e III, Recife - Pernambuco. **Revista de APS**, [online], v. 19, n. 3, p. 466-475, Jul./Set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/view/15667>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

ARRETCHE, M. T. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 3 ed. São Paulo: Cortez: Instituto de estudos especiais, 2001. p. 29-39.

ARRUDA, T. P. **Avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional de agricultores familiares do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena de São Carlos-SP**. 159f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Universidade de Araraquara. Araraquara, 2017.

ASPF, Análise Socioeconômica dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre. **Diagnóstico social, produtivo e econômico do cinturão verde de Rio Branco-AC**. Relatório de pesquisa. Rio Branco, 2016.

ATLAS de Desenvolvimento Humano no Brasil. **Rio Branco, AC**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/rio-branco_ac#demografia>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BECKER, B. K. Papel do Estado brasileiro no desenvolvimento da Amazônia. In: VAL, A. L.; SANTOS, G. M. (Organizadores). **GEEA: grupo de estudos estratégicos amazônicos**. Manaus: editora INPA, 2011. p.105-136.

BELIK, W. Desenvolvimento Territorial e soberania alimentar. In: FILHO, Niemeyer Almeida; RAMOS, Pedro (orgs.). **Segurança Alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010. p.169-192.

BELIK, W. SOUZA, L. R Algumas reflexões sobre programas de alimentação escolar na América Latina. In: FILHO, N. A.; RAMOS, P. (org.). **Segurança Alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010. p.81-103.

BEZERRA, Francisco Dietima da Silva et al. Análise Econômica da Agricultura Familiar na Amazônia Ocidental: Discussões a partir da Produção de Macaxeira no Projeto de Assentamento São Pedro/Acre. **Revista de Estudos Sociais**, [online], v. 32, n. 16, p.3-22, jan. 2014. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/1436/pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BLUM, Gustavo. Os conceitos de Espaço, Território e Estado numa perspectiva político-geográfica dos Investimentos Estrangeiros Diretos no Estado do Paraná. **Conjuntura Global**, [online], v. 3, n. 1, p.28-42, abr. 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/36198/22347>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 jul. 2006.

BRONZO, C. Território como categoria de análise e como unidade de intervenção nas políticas públicas. In: FAHEL, Murilo; NEVES, Jorge Alexandre Barbosa (orgs.). **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC, Minas, 2007. p. 91-114.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R.; VIEIRA, P. A.. O desafio alimentar no século XXI. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 498-522, 2016.

CABRAL, A.S. **Avaliação de desempenho utilizando métodos estatísticos: um estudo de caso na área da saúde**. 87 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Curitiba, 2017.

CARDIA, L. M. **Cumprindo trajetos, refletindo sobre a memória: colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre – uma abordagem antropológica**. Rio Branco: Edufac, 2010.

CARNEIRO, M. J. O Ideal Rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; Costa, L.F.C. (Org.). **Mundo Rural e Política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998. p. 94-118.

CARRIÈRE, J. P. CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. 4, p. 23-47, Dez. 2006.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex ante*. Volume 1. Brasília: IPEA, 2018.

CASTELO, C. E. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. 396 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CASTILHOS, D. S. B. **Capital social e políticas públicas**: um estudo da linha de infraestrutura e serviços aos municípios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

CASTRO, A. P. et. al. A agricultura familiar: principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto PIATAM. In: FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. (organizadores). **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007. p.55-88.

CASTRO, C. N. **A agropecuária na região norte**: oportunidades e limitações ao desenvolvimento. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

COHEN, Ernesto. FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CONTI, I. L. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Passo Fundo: IFIBE, 2009.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p.969-992, Set./Out. 2003.

CORRÊA, V. P. Territórios da cidadania da região nordeste: uma análise preliminar do perfil dos municípios componentes. In: FILHO, N. A.; RAMOS, P. (org.). **Segurança Alimentar**: produção agrícola e desenvolvimento territorial. Campinas: Editora Alínea, 2010.

COTTA, T. C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**, [online], v. 49, n. 2, p. 103-124, Abr./Jun. 1998. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/368/374>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

CUNHA, C. G. S. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil.** Secretaria de Coordenação e Planejamento/RS: [s. ed.], 2006.

DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (org). **O Estado de bem-estar social no século XXI.** São Paulo: LTR, 2018.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

FAO. **Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Ação da Cimeira Mundial da Alimentação.** Roma, 1996. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. **Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica.** São Paulo: Textos IDESP, 1986.

FLORES, T. M. D. Avaliação ex post da política pública PROEJA no IFBA campus Santo Amaro (BA). **HOLOS**, Ano 33, Vol. 03.

FRANCA, S. F. **Padrões ribeirinhos de ocupação: cidades amazônicas e Rio Branco.** Tese (doutorado). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

FRANKE, I. L et al. **Pólos Agroflorestais: Reforma Agrária sustentável no Estado do Acre.** Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural.** v.46, n.2, Brasília, Abr./Jun., 2008.

GRISA, Catia et al. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: **47º Congresso da SOBER, Anais.** Porto Alegre. 2009

GRISA, C.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. **A Produção para Autoconsumo no Brasil uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006.** Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2013.

GUERRA. G. A. D. **A AMAZÔNIA BRASILEIRA E SEUS CONTORNOS. Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública/IICA, FÓRUM DRS –** Brasília: IICA, 2015.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados.** 1995.

HOMMA, A.K.O.; SANTOS, J.C.; SENA, A.L.S.; MENEZES, A.J.E.A. Pequena produção na Amazônia: conflitos e oportunidades, quais os caminhos? **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v.9, n.18, p. 137-154, jan./jun. 2014.

HOMMA, A. K. O.. **Em favor de uma nova agricultura na Amazônia**. Terceira Margem: Amazônia, v. 1, p. 19-34, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2017**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018.

IBGE. **Histórico das Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/historico>>. Acesso em 14 ago. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uso da Terra e a Gestão do Território no Estado do Acre**. Relatório Técnico. Rio de Janeiro, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de dados censo demográfico 2010 por setor censitário**. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD Segurança Alimentar 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Tabela 261 População residente, por situação, sexo e grupos de idade**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/261#resultado>> . Acesso em: 27 nov. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama>>. [s.d.]. Acesso em: 27 nov. 2019.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 6ª. ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Prentice Hall, 2007.

LANI, J. L. **Diagnóstico de uso atual de terra do polo do agroflorestal Geraldo Fleming, Rio Branco, estado do Acre**. Rio Branco, 2006.

LEITE. A. P. **A evolução urbana de Rio Branco (AC): de seringal a capital: de seringal a capital**. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LEITE. M. S. P. Políticas sociais e cidadania. **PHYSIS. Revista saúde coletiva**. Vol. I. Número I; 1991.

LIMA JUNIOR, F. B.; SILVA, R. G. da. Caracterização do nível de eficiência na agricultura familiar no estado do Acre. In: **Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Anais.Vitória: Sober, 2012.

LIRA, T. M.; CHAVES, M. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **INTERAÇÕES**. Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

LOBATO, L. V. C. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 87-97, Dez. 2016.

LOPES, D.L. Diário de Campo: o registro da reconstrução da natureza e da cultura. **In: Sociologia Rural**: questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau: Letras à Margem, 2002.

MACEDO, A. Agricultura familiar e a difusa conceituação do termo. **Hortaliças em revista**. Ano III, número 14. EMBRAPA: Brasília, 2014.

MACIEL, R. C. G. **Ilhas de alta produtividade**: inovação essencial para manutenção dos seringueiros. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente), UNICAMP: Campinas, 2003.

MACIEL, R. C. G.; CAVALCANTE FILHO, P. G. ; LIMA JÚNIOR, FRANCISCO BEZERRA ; SOUZA, ELYSON FERREIRA . Distribuição de renda na Amazônia: um estudo dos polos agroflorestais em Rio Branco, AC. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 8, p. 108-142, 2018.

MACHADO, A. F. Políticas públicas no Estado do bem-estar social e no neoliberalismo: alguns aspectos. **Direito em debate**. Ano XI. Nº 20, jul./dez, 2003.

MAIA, J. A. F. Metodologia para avaliação ex ante e ex post da relevância social de políticas públicas. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 38, p.35-56, jan./jun. 2008.

MALUF, R. S. **Ações Públicas Locais de Apoio à Produção de Alimentos e à Segurança Alimentar**. São Paulo,1999.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista Nutrição**. Campinas, 145s-158s, jul./ago. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/MDA. **Agricultura familiar no Brasil e censo agropecuário 2006**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Silvio Marcus de Souza. Organizador. **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

NEDER, H. D.; LACERDA, F. C. C.; RODRIGUES, A. M. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: FILHO, N. A.; RAMOS, P. (org.). **Segurança Alimentar: produção agrícola e desenvolvimento territorial**. Campinas: Editora Alínea, 2010.

OLIVEIRA, S. A. V. **A agricultura familiar: estudo dos fatores limitantes de desenvolvimento nos polos agroflorestais de Rio Branco**. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2014.

OLIVEIRA, E. M; MACIEL, R. C. G; LEVY, O. P. S; MAFFI, B. A; OLIVEIRA, I. A. **Segurança Alimentar: avaliação da situação nutricional e autoconsumo das famílias do projeto de desenvolvimento sustentável Bonal (PDS)**. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Belém – PA, 21 a 24 de julho de 2013.

PANIGASSI, G; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON; PÉREZ-ESCAMILLA, R; MARANHA, L. K; SAMPAIO, M. F. A. Insegurança alimentar intrafamiliar e perfil de consumo de alimentos. **Revista de Nutrição**, 135s-144s, jul./ago. Campinas, 2008.

PAULA, R. Lixo vira adubo nas mãos de produtores rurais. In: **Desafios do Desenvolvimento**. Brasília, IPEA: 2014. Ano 11, nº 82.

PAULA, E. A.; SILVA, S. S. Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 11 nº 12, p 86-97. Jan-jun, 2008.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre**. 2009. 329 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. Território e agricultura no sudoeste da Amazônia: campo não moderno e produção para o consumo local. **Mercator**. volume 9, número 19, mai./ago. 2010.

PEREZ, J. R. R. **Sistematizando e analisando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. 2007. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, 2007.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PINHEIRO, J. R. N. O. **Contribución de los sistemas agroforestales a la seguridad alimentaria (con énfasis en huertos caseros) de la población del Pólo Agroforestal Wilson Pinheiro en Rio Branco, Acre**. Magister Scientiae en Agroforestería Tropical, Escuela de Posgrado. Turrialba, Costa Rica, 2013.

PINHEIRO, T. T. et al. Um modo de produção no espaço ribeirinho: um estudo no distrito de Nazaré/RO. **XXI Encontro de geografia agrária**. Uberlândia-MG. 12 a 19 de outubro de 2012. ISSN 1983-487 X.

PINTO, H. S. A. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 2):** Desafios Atuais. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, (Texto para Discussão nº 152), 2014.

PIRAUX, M. et al. O futuro incerto da agricultura familiar na Amazônia brasileira: um desafio para territórios e políticas públicas. In: **Agricultura Familiar: ruralidade, território e política pública/IICA, FÓRUM DRS.** Brasília: IICA, 2015.

PONTES, C. J. F. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. **South American journal of basic education, technical and technological**, v. 2, p. 56-67, 2015.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PUGLIESE, L. **Segurança alimentar dos agricultores assentados no território de Araraquara/SP; uma análise a partir do índice UFSCar e das efetividades do Programa de Aquisição de Alimentos.** Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, 2016.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália moderna.** Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMOS, M. P.; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública:** Rio de Janeiro, set./out. 2012.

Rio Branco. **Lei nº. 1.484 de 2 de dezembro de 2002.** Cria os pólos agroflorestais que específica e regulamenta os arts. 111 e seguintes da lei orgânica do município, que trata sobre a política agrícola e fundiária, com os fundamentos dos arts, 186 e 189 da Constituição Federal.

RODRIGUES, M. L. C. et al. **Módulo 10: Alimentação e nutrição no Brasil I.** Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SANTOS, G. M.. Agricultura na Amazônia: o futuro é plantar sem derrubar. **GEEA:** grupo de estudos estratégicos amazônicos. Organizadores: Adalberto Luís Val; Geraldo Mendes dos santos. INPA: Manaus, 2011.

SECCHI, L. Formação da agenda: método de policy advocacy para ensino de políticas públicas. In: OLIVEIRA, Maria de; BERGUE, Sandro Trescastro (organizadores). **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências.** Caxias do Sul, RS : Educ, 2012.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos.** 2 ed. Cengage Learning: São Paulo, 2013.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. Cengage Learning: São Paulo, 2016.

SAFRA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Rio Branco, 2017.

SAFRA. **Ações da SAFRA no Pólo Agroflorestal Geraldo Fleming**. Rio Branco, 2018.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 1-19, 2009.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Sistemas Agroflorestais (SAFs): conceitos e práticas para implantação no bioma amazônico**. Brasília: SENAR, 2017.

SILVA, D. W. et al. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Agosto, 2016, p. 557-577.

SILVA, M. E. M. SILVA, S. S. **O uso rural do solo em área de transição**: O estudo dos polos do Bujari e do Custódio Freire estado do Acre (BR). Rio Branco, 2012.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional**: projetos, discontinuidades e consolidação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2014.

SOUZA, A. C. **Agricultura familiar**: os caminhos alternativos. Revista de Agronegócios da FGV. Rio de Janeiro, p, 23-24, abr.2005.

SOUZA, C. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: Hochman G, organizador. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SOUZA, E. F. **Os pólos agroflorestais como política de desenvolvimento rural sustentável para as famílias assentadas em Rio Branco no Acre**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2008.

SOUZA, E. F.; PINTO, N. M. A.; FIÚZA, A. L. C. **Os pólos agroflorestais como alternativa de desenvolvimento rural sustentável** : o caso do Acre. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 22 a 25 de julho de 2007.

_____. Os Polos Agroflorestais em Rio Branco, Acre: uma análise a partir da sua viabilidade econômica e consumo familiar. **Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, v. 24, p. 93-112, 2013.

STEDILE, J. P.; CARVAHO, H. M. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. 2010. In: Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero**:

Uma história Brasileira. Brasília, DF: Assessoria Fome Zero, 3 vol., vol. 3, 2010, p. 144 a 156.

TONI, F. **Gestão florestal na Amazônia brasileira**: avanços e obstáculos em um sistema federalista. CIFOR/IDRC: La Paz, 2006.

TRALDI, D. R. C. **Efetividades e entraves do Programa Bolsa Família no município de Araraquara/SP**: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. Dissertação de mestrado, Centro Universitário de Araraquara. Araraquara: 2011.

VAZ, J. C. **Iniciativas Municipais para o Desenvolvimento Sustentável**: Coletânea de experiências bem sucedidas no Brasil - para serem aplicadas no âmbito da atuação do PCPR no Piauí. Governo do Estado do Piauí. Teresina, 2002

VALENTE, L. S. **Direito humano à alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

WOLFFENBÜTTEL. A. O que é? – Índice de Gini. **Desafios do desenvolvimento**. Ano 1. Ed 4. IPEA, 2004.

WU, X; RAMESH, M.; HOWLETT, M.; FRITZEN, S. **Guia de políticas públicas**: gerenciando processos; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014.

ANEXO I – Formulário semiestruturado, agricultor familiar.

FORMULÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS LAGOA DO SINO – Questionário Agricultor Familiar
Pesquisa do perfil da segurança alimentar, socioeconômico e sócio demográfico de produtores familiares dos polos agroflorestais de Rio Branco/AC

Nº do questionário

Data: ____/____/____

Nome do entrevistador: _____

Local da entrevista: _____

Apresentação da Pesquisa

Bom Dia/Boa Tarde,

Meu nome é _____ e estou realizando uma pesquisa para conhecer melhor a situação dos familiares/produtores aqui residentes. Procuro saber informações sobre as condições de moradia, segurança alimentar, renda, trabalho, saúde, alimentação, escolaridade, proteção social, entre outras, para poder avaliar como o (s) programa (s) em que estão inseridos estão atendendo vocês, e principalmente em relação à situação alimentar domiciliar. As informações repassadas serão sigilosas e os dados dos moradores não serão divulgados. Posso contar com sua atenção por alguns minutos?

*É beneficiário (a) de qual (is) programa (s)?

- Programa de Assentamentos Rurais
 Programa Bolsa Família (PBF)
 Programas de Segurança Alimentar*
 Outros (especificar)

*Merenda Escolar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Restaurante Popular, Programa Direto do Campo, Banco de Alimentos, Hortas Escolares e Comunitárias, agroindústrias familiares, Cozinhas Comunitárias.

Módulo I- INFORMAÇÕES GERAIS DO DOMICÍLIO

1. Qual a área de localização do domicílio?

1() Urbano 2() Rural

2. Qual é o seu ENDEREÇO?

Tipo de logradouro (Av; R; Pç; Tv)

Nome do logradouro

Nº do logradouro

Bairro/lote

CEP

Telefone residencial

Celular

Cidade:

3. Qual a situação do domicílio?

1() Própria, já paga 2() Própria, ainda pagando 3() Alugada
 4() Cedida 5() Outra condição

4. Qual o material predominante na construção das paredes externas?

1() Alvenaria 2() Madeira 3() Taipa não-revestida 4() Palha 5() Outros

5. A água utilizada neste domicílio é proveniente de:

1() Rede geral de distribuição 2() Poço ou nascente 3() Caminhão Pipa
 4() Cisterna de placa 5() Açude 6() Bica pública 7() Outra forma (anotar)

6. Existe banheiro/privada na sua casa?

1() Não 2() Sim (fora da casa) 3() Sim (dentro da casa)

7. Qual o destino dado ao lixo do domicílio e da propriedade? (poderá ser assinalada mais de uma opção)

1() Coletado pela prefeitura
 2() Queimado e/ou enterrado na propriedade
 3() Jogado em terreno baldio ou outro local próximo à casa
 4() Jogado no córrego, rio, lago ou mar
 5() Outra forma (anotar)

8. Qual o tipo de esgoto sanitário que há na casa?

1() Rede coletora de esgoto ou de chuva 2() Fossa séptica 3() Fossa rudimentar 4() Vaia
 5() Direto para o rio, lago ou mar 6() Outra forma (anotar)

9. Você tem fornecimento de energia elétrica (luz) em casa?

1() Sim, relógio próprio 2() Relógio compartilhado 3() Sem relógio 4() Não tem energia elétrica 5() Outra forma (anotar)

10. O que mais usam para cozinhar?

1() Eletricidade 2() Gás de botijão 3() Gás encanado 4() Carvão ou lenha 5() Outros (especificar) 6() Não utiliza nada/ não cozinha

11. Em sua residência existe _____ (ler cada um dos itens abaixo)? (1 – Sim; 2 – Não)

- TV
 Rádio
 Telefone fixo
 Telefone celular
 Geladeira
 Fogão
 Microcomputador
 Internet

12. Nos últimos 12 meses, quantas vezes sua residência recebeu visitas de agentes comunitários de saúde ou de assistentes sociais?

1() Nenhuma vez 2() Entre 1 e 2 vezes 3() Entre 4 e 6 vezes 4() Mais de 6 vezes 5() Não sabe/não lembra

Módulo II: CARACTERIZAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR/FOME

Escala Brasileira de Medida de Insegurança Alimentar (EBIA)

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

Agora vou ler para a (o) Sra. (Sr.) algumas perguntas sobre a alimentação em sua casa. Elas podem ser parecidas umas com as outras, mas é importante que a (o) Sra. (Sr.) responda todas elas.

EM TODOS OS QUESITOS, O ENTREVISTADOR DEVE REFERIR OS ÚLTIMOS 3 MESES PARA ORIENTAR

1. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve a preocupação de que a comida na sua casa acabasse antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse condição de comprar mais comida?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

2. Nos últimos 3 meses, a comida acabou antes que a(o) Sra.(Sr.) tivesse dinheiro para comprar mais ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

3. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra. (Sr.) ficou sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

OS QUESITOS 4 A 6 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES)

4. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) teve que se arranjar com apenas alguns alimentos para alimentar os moradores com menos de 18 anos, porque o dinheiro acabou ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

5. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) não pôde oferecer a algum morador com menos de 18 anos uma alimentação saudável e variada, porque não tinha dinheiro?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

6. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos não comeu em quantidade suficiente, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

7. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou algum adulto em sua casa diminuiu, alguma vez, a quantidade de alimentos nas refeições ou pulou refeições, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

8. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro o suficiente para comprar comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

9. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não podia comprar comida suficiente ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

10. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) perdeu peso porque não tinha dinheiro suficiente para comprar comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

11. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.) ou qualquer outro adulto em sua casa ficou, alguma vez, um dia inteiro sem comer, ou teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar a comida ?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

OS QUESITOS 12 A 15 DEVEM SER RESPONDIDOS APENAS EM DOMICÍLIOS COM MORADORES MENORES DE 18 ANOS (CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES)

12. Nos últimos 3 meses, a(o) Sra.(Sr.), alguma vez, diminuiu a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

13. Nos últimos 3 meses, alguma vez algum morador com menos de 18 anos deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

14. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos teve fome, mas a(o) Sra.(Sr.) simplesmente não podia comprar mais comida?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

15. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos ficou sem comer por um dia inteiro, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe ou recusa responder

Módulo III- CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS

Antes de iniciar, anote o nome do morador que vai responder a este módulo:

1. A (o) Sra.(Sr.) é a(o) responsável pela família?

1() Sim 2() Não (Neste caso, inicie o quadro abaixo pelo chefe da família)

2. Quadro de CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS:

Anote, com os códigos correspondentes, as informações de todos os moradores do domicílio.

Nº de ordem	Primeiro nome do morador	Sexo	Idade (anos ou meses)	Qual é sua raça/cor?	Relação de parentesco com o chefe do domicílio	Situação conjugal do chefe da família
		1-M 2-F	Anos/meses (anotar 00 para menor de 1 ano)	1. Branca 2. Negra 3. Amarela 4. Parda 5. Indígena 6. Não sabe/ não responde	1. Chefe do domicílio 2. Esposo(a)/companheiro(a) 3. Filho(a)/enteado(a) 4. Pai, mãe, sogro(a) 5. Irmão(ã) 6. Neto (a), bisneto (a) 7. Nora, genro 8. Outro parente 9. Agregado(a)	1. Solteiro (a) 2. Casado (a) 3. Amasiado (a) 4. Separado (a) 5. Divorciado (a) 6. Viúvo (a)
01						
02						
03						
04						
05						
06						

3. Quadro de CARACTERÍSTICAS DA ESCOLARIDADE E TRABALHO

	Freqüenta creche ou escola?	(se freqüenta creche ou escola) Qual o nível que freqüenta?	Qual série está freqüentando?	(se não freqüenta) Até que série estudou e completou?	Qual é a condição de atividade e ocupação? (poderá ser assinalada mais de uma opção)	Trabalha com carteira assinada?	(apenas para a área RURAL) Toca a lavoura/ criação?
01	1. Não 2. Sim, pública 3. Sim, privada	1. Creche 2. Pré-escola 3. Ensino Fundamental 4. Ensino Médio 5. Supletivo do E. Fundamental 6. Supletivo do E. Médio 7. Pré-vestibular 8. Superior 9. Mestrado/Doutorado 10. Não sabe	1. Primeira 2. Segunda 3. Terceira 4. Quarta 5. Quinta 6. Sexta 7. Sétima 8. Oitava 9. NA	1. Sem escolaridade 2. Não sabe ler e escrever 3. Sabe ler e escrever 4. Fundamental (1ª a 4ª série) 5. Fundamental (5ª a 9ª série) 6. Ensino Médio Incompleto 7. Ensino Médio Completo 8. Superior Incompleto 9. Superior Completo 10. Não sabe	1. Empregado permanente, sem contar o trabalho na propriedade 2. Empregado temporário 3. Conta própria 4. Empregador 5. Trabalhador não remunerado (para membros da família) 6. Aposentado 7. Pensionista 8. Procura emprego 9. Estudante 10. Dona de casa 11. Não se aplica	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim, o dia todo 3. Sim, parte do dia 4. Sim, parte da semana 5. Sim, no fim de semana 6. Sim, durante a safra 7. Não se aplica
02							
03							
04							
05							

4. Quadro de CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MENORES DE 14 ANOS

	(Somente para menores de 14 anos) A escola/creche oferece alguma refeição?	O que acontece com a alimentação das crianças durante as férias escolares?	O transporte escolar é gratuito?	(Somente para menores de 2 anos) A criança mama no peito?	(Somente para menores de 2 anos) Além do leite materno a criança toma água, suco, outro leite ou come algum alimento?	Alguma criança menor de 14 anos tem algum trabalho fora de casa?
01	1. Não 2. Sim, 1 vez/dia 3. Sim, 2 vezes/dia 4. Sim, mas não come porque não gosta	1. Melhora 2. Piora 3. Não há alteração	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim	1. Não 2. Sim, não remunerado 3. Sim, com algum tipo de remuneração
02						
03						
04						

Módulo IV- CARACTERIZAÇÃO DO PADRÃO DE CONSUMO ALIMENTAR

1. Quantos dias por semana g(o) Sra. (Sr.) faz as seguintes refeições?

Refeição	Nº de dias por semana
1. Café da manhã/dejejunum/quebra - torto	
2. Almoço	
3. Jantar/lanche da noite	

2. Percepção sobre o consumo de alguns alimentos:

Alimentos	Nº de vezes consumidos nos últimos 7 dias (anotar o nº de vezes)	Depois da participação (ees) no programa (s), o consumo de _____ (ler alimentos ao lado): 1. Aumentou 2. Diminuiu 3. Não se alterou 4. Não sabe	A maior parte dos alimentos desse tipo são: 1. Comprados 2. Produzidos pela família 3. Doados
Arroz e cereais (macarrão, farinha de mandioca, de milho ou fubá, de trigo ou pão, tapioca, amido de milho)			
Biscoitos (bolachas ou bolos)			
Leite (queijos, iogurte, coalhada e achocolatados)			
Ovos			
Frutas e sucos naturais			
Vegetais (verduras e legumes)			
Feijões (outras leguminosas e milho)			

<i>Carnes (vermelhas, frango, pescados, de porco, de bode, de caça)</i>			
<i>Óleos (margarina, manteiga)</i>			
<i>Industrializados (embutidos, bebidas alcoólicas, café, chá, produtos enlatados e prontos pra consumo – sucos, macarrão, salgadinhos)</i>			
<i>Raízes (mandioca, batata, cará, inhame)</i>			
<i>Açúcares (mel, rapadura, melado de cana, doces, sorvetes, geléias, balas, gelatinas, refrigerantes, bombons)</i>			

Módulo V- CONDIÇÕES DE SAÚDE

1. Nos últimos 6 meses, alguém da família procurou atendimento médico ou de saúde?

1() Sim (especificar onde foi feito esse atendimento) 2() Não

2. Alguém na família tem problemas com álcool?

1() Sim 2() Não

3. Alguém na família tem algum problema mental ou é portador de alguma deficiência física?

1() Sim (especificar qual ou quais) 2() Não

4. Alguém na família tem algum problema crônico de saúde (ou seja, doenças que não têm cura ou não são resolvidas rapidamente como: hipertensão, diabetes, artrite, câncer, tuberculose)?

1() Sim (especificar qual ou quais) 2() Não

5. O trabalho de cuidado e limpeza da casa é feito por:

1() Adulto morador 2() Adulto contratado 3() Adolescente contratado
4() Morador menor de 14 anos 5() Morador entre 14 e 18 anos 6() Não sabe/não responde

6. Na sua casa as crianças menores de 6 anos são cuidadas por:

1() Adulto morador 2() Adulto contratado 3() Adolescente contratado
4() Morador menor de 14 anos 5() Morador entre 14 e 18 anos 6() Não sabe/não responde

7. Alguém em sua casa, com 14 anos ou mais, fuma cigarro de tabaco (cigarro comum), cigarro de palha, fumo de rolo, cachimbo ou charuto?

1() Sim 2() Não 3() Não sabe/não responde

8. Ao todo, quanto sua família gasta por mês com cigarro (maços), fumo de rolo ou outro tipo de tabaco?
R\$ _____

Módulo VI- REDES DE COOPERAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL

1. Os moradores deste domicílio recebem ajuda, em forma de alimento, de alguma instituição ou de alguma pessoa não moradora da casa para sua alimentação?

1() Sim 2() Não (pular para 3) 3() Não sabe/não responde (pular para 3)

2. Que tipo de ajuda? **LEIA TODAS AS OPÇÕES, IDENTIFIQUE QUANTIDADE, FREQUÊNCIA E DOADOR**

TIPO	A quantidade é:	DOADOR
	1. Regular 2. Esporádica	1. Governo 2. Familiares 3. Amigos 4. Igreja 5. Empregador de algum morador 6. Feira livre (sobras) 7. Restaurantes/padaria/lanchonete 8. Outros
1. Cesta básica		
2. Leite em pó/caixinha/taquinho		
3. Vegetais e frutas		
4. Outros alimentos		
5. Refeições prontas		

3. Nestes últimos 6 meses, algum morador deste domicílio recebeu ajuda em dinheiro?

1() Sim, Bolsa Família
2() Sim, do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)
3() Sim, Auxílio a portadores de Deficiência/ Idosos
4() Sim, Programa Estadual
5() Sim, Programa Municipal
6() Sim, de parentes, amigos ou organizações comunitárias
7() Não

4. Participam de alguma organização comunitária, associações, cooperativas ou reuniões com ações conjuntas a outros beneficiários? Esses grupos podem ser formalmente organizados ou apenas grupos de pessoas que se reúnem regularmente, para praticar alguma atividade, ou apenas conversar.

Tipo de Organização ou Grupo	Nome da Organização ou Grupo	Quantidade de membros familiares que participam do grupo
Grupo ou cooperativa agrícola/ de pescadores		
Grupos de outros tipos de produção		
Associação de comerciantes ou de negócios		
Associação profissional (de médicos, professores, veteranos)		
Sindicato dos comerciantes ou dos trabalhadores		
Comitê do(a) bairro/localidade		
Grupo religioso ou espiritual (ex: igreja, mesquita, templo, grupo religioso informal, grupo de estudo religioso)		
Grupo ou movimento político		
Grupo ou associação cultural (ex. arte, música, teatro, cinema)		
Sociedade organizadora de festivais (festival societies)		
Grupo financeiro, de crédito ou de poupança		
Grupo educacional (ex: Associação de pais e professores, comitê escolar)		
Grupo de saúde		
Grupo ligado ao meio ambiente (água e resíduos)		
Grupo esportivo		
Grupo de jovens		
ONG ou grupo cívico (ex: Rotary Club, Cruz Vermelha)		
Grupo baseado na comunidade étnica		
Outros grupos		

Módulo VII- CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO E DA RENDA

1. Preencha o quadro abaixo com as informações de renda de todos os moradores do domicílio que trabalham empregados ou em propriedade agrícola, que são aposentados ou pensionistas e de programas de transferência de renda – Bolsa Família, PETI, Renda Cidadã, etc. (utilize a coluna Renda principal). Especifique sempre que existirem segundo e terceiro trabalhos na coluna outro trabalho.

Nº de Ordem	Nome	Rendimento Mensal em R\$		
		Renda principal	Outro trabalho	Especificar o trabalho/programa
01	(chefe do domicílio)			
02				
03				
04				
05				

2. A família costuma comprar alimentos em _____ (ler os itens)? (1-Sim, 2-Não)

- Supermercados e mercadinhos (armazéns, mercearias)
 Tenda, cantina, vendinhas
 Feiras/mercados municipais
 Sacolão, varejão, frutaria

3. Ao adquirir os alimentos para o consumo da família, como são feitos os pagamentos desta compra? (pode haver mais de uma opção)

- Pagamento à vista 2() Pagamento a prazo (prestações/cheque pré-datado)
 Sistema de cadernetas 4() Com o trabalho 5() Outros 6() Não sabe/não responde

4. Os moradores deste domicílio têm dívidas relativas à compra de alimentos?

- Sim 2() Não 3() Não sabe/não responde

5. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de alimentação durante o mês?

R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

6. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de educação durante o mês?

R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

7. Quanto em dinheiro é gasto com as despesas de saúde durante o mês?

R\$ _____ 1() Não sabe/não responde

8. Em sua opinião, a renda total de sua família permite que vocês levem a vida até o fim do mês com:

- 1() Muita dificuldade 2() Dificuldade 3() Alguma dificuldade
 4() Alguma facilidade 5() Facilidade 6() Muita facilidade
 7() Não sabe/não responde

Módulo VIII – PRODUÇÃO, SUBSISTÊNCIA E AUTOCONSUMO

1. Produção Agrícola – 2017/2018

Tipo de Cultura	Área (ha)	Quantidade/ano	Renda (R\$)	Produção Vendida ou Perdida, no caso de significativa		Preço Unitário R\$	Quem cuida? 1. Titular 2. Conjugue 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outros	Destino Principal e Secundário 1. Venda mercado tradicional 2. Venda mercado institucional 3. Autoconsumo 4. Venda mercado institucional e autoconsumo 5. Venda mercado Tradicional e 6. autoconsumo 7. Troca, doação
				Unidade	Quantidade			

2. Produção Pecuária e Pequenos animais – 2017/2018

Criação / Atividade	Quantidade/ano	Produção/ano	Renda (R\$)	Produção Vendida		Preço R\$	Quem cuida? 1. Titular 2. Conjugue 3. Filhos 4. Pais/sogros 5. Outros	Destino Principal e Secundário 1. Venda mercado tradicional 2. Venda mercado institucional 3. Autoconsumo 4. Venda mercado institucional e autoconsumo 5. Venda mercado Tradicional e 6. autoconsumo 7. Troca, doação
				Unidade	Quantidade			

3. Sua família tem dificuldades na agricultura e/ou criação de animais? (marcar até 3 opções)

- 1() Não há dificuldades
 2() Sim, pouca terra
 3() Sim, acesso limitado ou inadequado à crédito
 4() Sim, baixa formação técnica
 5() Sim, alto custo dos insumos e mão-de-obra
 6() Sim, riscos associados à produção (seca, pragas, enchentes)
 7() Sim, infraestrutura para comercialização
 8() Sim, falta de tempo

4. Quanto da alimentação é preenchido com produtos oriundos da propriedade?

1-Quase Tudo, 2- Quase Nada 3-Pouco(menos que a metade) 4-Muito(mais que a metade) 5-Próximo da metade

- () Arroz, feijão e outros cereais
 () Carne
 () Horticultura
 () Frutas
 () Ervas medicinais

5. Quais os canais ou as formas de comercialização da produção? (marcar até 6 opções)

- 1() Programas governamentais
 2() Venda direta ao consumidor
 3() Venda para o comércio local e centrais urbanas de abastecimento (feiras)
 4() Venda a atravessadores
 5() Venda para cooperativas
 6() Outras

6. Em relação à terra em que se planta e/ou cria, sua família ou você é:

- 1() Proprietária
 2() Arrendatária
 3() Assentada pelo Programa Nacional de Reforma Agrária
 4() Beneficiária do Banco da Terra (crédito fundiário)
 5() Uso coletivo
 6() Empregada (remunerada)
 7() Outras

7. Qual o tamanho da área total pertencente/útilizada pela sua família?(hectares, alqueires, litros, braças, metros quadrados)

8. Sua família teve nos últimos 3 anos acesso à crédito, financiamento ou empréstimo agrícola? Se sim, preencher o quadro abaixo.

- 1() Não (pular para 10)
 2() Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF
 3() Através de cooperativas de crédito ou do fundo rotativo
 4() Outros (especificar)

Recursos	Liberado? 1. Sim 2. Não	Valor R\$	Utilização do crédito:		
			1. Custo	2. Investimento	3. Não sabe
PRONAF-A					
PRONAF-A/C1					
PRONAF-A/C 2					
PRONAF-A/C 3					
Outros					

9. O recurso é/foi suficiente para a realização do pretendido?

- 1() Não é suficiente
 2() Pouco suficiente
 3() Muito suficiente

10. Por que sua família nunca usou crédito?

- 1() Não quer investir na produção
 2() Não sabe como acessar
 3() Não tem a documentação
 4() Não tem avalista
 5() Pediu crédito e não foi atendido
 6() Outro (especificar)

11. Assistência Técnica Rural:

Recebe Assistência Técnica Rural? 1. Sim 2. Não	
Com que frequência?	
De onde?	

12. Defina um grau de satisfação sobre a assistência técnica rural disponibilizada à sua propriedade:

- 1() Insatisfatória
 2() Pouco satisfatória
 3() Satisfatória
 4() Muito satisfatória

Módulo IX- ACESSO À POLÍTICAS PÚBLICAS, INTEGRAÇÃO E PERCEPÇÕES DO PROGRAMA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR - PAA e PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

1 – Origem e histórico dos agricultores:

Há quanto tempo está neste município?	anos	ou desde :	
Há quanto tempo é agricultor familiar?	anos	ou desde:	
Há quanto tempo trabalha no meio rural?	anos	ou desde:	() desde jovem : anos
Qual foi sua principal ocupação no meio rural antes?		Já trabalhou fora do meio rural?	
() nenhuma () empregado em fazenda	→	() Não *Qual era sua ocupação?	() Sim*
() diarista () arrendatário () meeiro () agricultor proprietário () parceiro () Outro Qual?		() Comércio () Indústria () Orgão Público () Construção civil () Serviços () Outro Qual?	

2 – Acesso ao Programa:

1. Participam de alguma política pública para agricultura familiar?

- 1() Programa de Aquisição de Alimentos PAA
2() Programa Nacional de Alimentação Escolar
3() Não participaram

2. A participação no PAA ou PNAE melhorou o desempenho econômico (geração de renda) da propriedade?

- 1() Discorda
2() Nem discorda, nem concorda
3() Concorda
4() Não sabe

3. A participação no PAA ou PNAE melhorou planejamento da produção?

- 1() Discorda
2() Nem discorda, nem concorda
3() Concorda
4() Não sabe

4. A participação no PAA ou PNAE aumentou a variedade da produção?

- 1() Discorda
2() Nem discorda, nem concorda
3() Concorda
4() Não sabe

5. A participação no PAA ou PNAE aumentou a produção da propriedade?

- 1() Discorda
2() Nem discorda, nem concorda
3() Concorda
4() Não sabe

6. A participação no PAA ou PNAE melhorou a busca de novas tecnologias?

- 1() Discorda
2() Nem discorda, nem concorda
3() Concorda
4() Não sabe

7. Alguém da sua família se voltou para a produção agrícola por causa do PAA ou PNAE?

- 1() Sim
2() Não

8. Como avalia os resultados da sua participação nas políticas públicas PAA ou PNAE?

Informações Complementares (reivindicações, sugestões, reclamações, etc.):

Muito obrigada (o) pela sua participação e colaboração!

APÊNDICE I – Roteiro de entrevista, gestor público.

- 1 Qual é o arcabouço legal dos polos agroflorestais?
- 2 Quais são as instituições envolvidas na manutenção dos polos agroflorestais?
- 3 Qual é a forma de seleção das famílias assentadas?
- 4 Qual a forma de atuação da secretária da agricultura nos polos? Que atividades são desenvolvidas?
- 5 Quais são os programas e projetos em atividades relacionadas assistência social, saúde, educação, infraestrutura que estão sendo desenvolvidos nos polos?
- 6 A secretária de agricultura tem desenvolvido alguma ação para combater a especulação imobiliária nos polos?
- 7 Como se dá o processo de assistência aos agricultores (metodologia)? (Individual, associativa, formação continuada, periodicidade do acompanhamento, etc.)
- 8 Como é realizado processo de seleção para que os produtores tenham acesso ao mercado institucional?
- 9 Qual o percentual de agricultores que participam dos programas de compras institucionais?
- 10 Existe estudo sobre a variação da produção depois da criação dos programas de compras institucionais?
- 11 Quais sugestões o senhor daria para melhorar a execução do PAA?
- 12 Quais ações são desenvolvidas para assegurar a segurança alimentar dos agricultores?

APÊNDICE II – Roteiro de entrevista utilizado na pesquisa de campo (fase qualitativa)

- 1) Como conseguiu a terra? Houve algum tipo de movimento de reivindicação ou luta?
- 2) Cidade de Origem dos Produtores (casal)
- 3) As práticas de produção tipos de cultivo (Por que escolheu esses cultivos)? Existe algum beneficiamento (venda ou autoconsumo)? (incluir bolos, queijo, farinhas, polpas) (fotos)
- 4) Em sua opinião a diversificação da produção é importante para melhorar a renda?
- 5) Principais cultivos para autoconsumo e comercialização
- 6) Práticas de cultivo (orgânica ou não)
- 7) Quais as dificuldades em adotar cultivo orgânico?
- 8) Visão do (a) Produtor (a) sobre as questões econômicas (inserção ou não aos mercados institucionais da cidade) e as alternativas encontradas para comercialização de seus produtos (aspectos positivos ou negativos)
- 9) Qual o principal motivo de permanecer no lote? A produção para consumo da família tem papel importante para permanecer no lote? Ou a renda obtida é mais importante?
- 10) A mão-de-obra familiar é suficiente para desenvolver as atividades agrícolas?
- 11) A mão-de-obra dos jovens é a principal força de trabalho ou são os adultos que trabalham mais? Os jovens da família desejam ficar nos lotes e dar continuidade ao trabalho agrícola? No caso das famílias em que os jovens querem sair os pais concordam com a decisão?
- 12) Qual o trabalho desenvolvido pelas mulheres? Quem é responsável pela coleta das frutas elas são nativas ou foram plantadas? Custos para manter as fruteiras?
- 13) Quais são as formas de lazer ou festas realizadas de forma coletiva?
- 14) Algum tipo de trabalho coletivo?